
ECOLOGIA

CAMILA FREGNI LINS

**ECOPSICOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES**

CAMILA FREGNI LINS

ECOPSICOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Orientadora: Rosa Maria Feiteiro Cavalari

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Biociências da Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Câmpus de Rio
Claro, para obtenção do grau de Ecóloga.

Rio Claro
2020

L759e Lins, Camila Fregni
Ecopsicologia e educação ambiental : primeiras aproximações / Camila Fregni Lins. -- Rio Claro, 2020
92 p. + 1 CD-ROM

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Ecologia) -
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de
Biociências, Rio Claro
Orientadora: Rosa Maria Feiteiro Cavalari

1. Ecologia. 2. Relação sociedade-natureza. 3. Relação
cultura-natureza. 4. Psicologia. 5. Políticas públicas. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do
Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Eu dedico esta pesquisa ao meu pai, melhor amigo, que vive em mim como uma linda saudade e boas lembranças. Você continua sendo o grande amigo que sempre foi, pai. Meu eterno muito obrigada pelo amor, pelo carinho e pela compreensão. Ser sua filha foi um grande privilégio. Você completou o seu ciclo da vida com muito amor, então dedico o término desse meu ciclo a você, pai. Eu te amo.

AGRADECIMENTOS

Apesar de já ter ouvido de um Professor que “trabalho não se dedica a Deus ou a ‘pets’”, peço licença, Professor, que permanecerá no anonimato: foram tantas pessoas que de alguma forma fizeram parte da minha jornada, compartilhando muitos momentos felizes, alguns tristes e outros até absurdos de cômicos.

À minha família, principalmente ao meu pai, Rômulo, e à minha mãe, Abigail, que sempre me incentivaram e me direcionaram para uma vida feliz e sonhadora. Desde criança, encorajaram-me a caminhar na vida com brilho nos olhos e muito amor por qualquer coisa que eu escolhesse ser ou fazer.

Aos meus irmãos, Daniel e Júlia, que mais do que irmãos são grandes amigos e companheiros de vida. Sem vocês a vida não seria a mesma; sou grata por todos os momentos felizes e desafiadores que passamos juntos e nos uniram cada vez mais. À minha irmã gêmea, Júlia, o amor da minha vida e uma mulher inspiradora e carinhosa, que me inspira e instiga sempre a ser melhor e amar com todo o meu coração.

A todos os meus amigos, Augusto, Karen, Laura, Rayane, Iara, Vinicius, Gabriel, Guilherme, Júlia, Geovana, Luiggi, Lucas, Marina, Felipe e tantos outros que me inspiraram de diferentes maneiras. Pelo companheirismo e pela amizade durante os anos da universidade, repleto de aulas de campo maravilhosas e desafiadoras. Espero caminhar anos ainda com vocês todos na minha vida.

Agradecimento especial à Karen Andressa Fernandes, por ter me ajudado a revisar e a formatar o trabalho.

Ao meu companheiro, Rodrigo, pelo apoio, carinho e amor nas discussões filosóficas e risadas, sempre.

À Maresia, a minha “cão-panheira” nos primeiros anos de faculdade, que esteve ao meu lado em tantos momentos desafiadores e, hoje, ainda vive através da minha saudade.

À Lua, que também é uma “cão-panheira”, sempre carinhosa e presente durante a escrita da pesquisa.

À Professora Rosa Maria, minha orientadora, mulher maravilhosa e muito inspiradora. Agradeço pela paciência e pelo carinho em momentos tão difíceis. Inspira-me para as lutas da vida: sociais, ambientais, institucionais e tantas outras. Gratidão pela orientação, não só acadêmica, mas de vida!

RESUMO

Com a crescente preocupação com o meio ambiente e os seres vivos que nele vivem, diversas áreas das Ciências Naturais e das Ciências Humanas têm buscado caminhos para a solução de questões ambientais e sociais da atualidade. Muitas são as perspectivas acerca de como e qual a forma mais eficiente para despertar a “consciência ecológica”. A Educação Ambiental é um campo fundamental para trabalhar e abordar as questões ambientais e se apresenta a partir das mais diversas correntes e vertentes. Nesse contexto, a Ecopsicologia surge também como uma possibilidade de elucidar tais questões a partir de uma perspectiva interdisciplinar, por meio da união da Ecologia e da Psicologia. Dessa forma, o estudo, realizado como uma pesquisa bibliográfica exploratória, objetivou analisar os fundamentos e os pressupostos da Ecopsicologia, para investigar sua eventual contribuição para a Educação Ambiental, a partir de similaridades com diferentes correntes presentes no campo da Educação Ambiental. Por meio da análise dos diferentes conceitos e das práticas propostas pela Ecopsicologia, foi possível identificar similaridades com cinco correntes de Educação Ambiental identificadas por Sauvé. Apesar das similaridades da Ecopsicologia com a Educação Ambiental, que vai desde a vertente crítica    conservadora, os princípios e as práticas propostas pela Ecopsicologia possuem maior semelhança com a “macrotendência conservacionista” da Educação Ambiental, elaborada por Layrargues e Lima. Isso fica claro devido às proposições de imersão na natureza e estimulação do senso de pertencimento com a terra, proposto pela Ecopsicologia como caminho para “curar” a relação homem-natureza. Ao apresentar os limites e as possibilidades entre as duas áreas, cabe perguntar se a Ecopsicologia poderá contribuir para o surgimento de novas políticas públicas que incluam a dimensão psicológica como intrinsecamente ligada à dimensão ambiental, ou, eventualmente contribuir para o surgimento de uma nova corrente de Educação Ambiental.

Palavras-chave: Ecologia. Relação sociedade-natureza. Relação cultura-natureza. Psicologia. Políticas públicas.

ABSTRACT

With the growing concern with the environment and the living beings that live in it, several areas of Natural Sciences and Human Sciences have been looking for ways to solve today's environmental and social issues. There are many perspectives on how and what is the most efficient way to awaken an 'ecological awareness'. Environmental Education is a fundamental field for working and address environmental issues, presenting itself from the most diverse currents. In this context, Ecopsychology also emerges as a possibility to elucidate such questions from an interdisciplinary perspective, through the union of Ecology and Psychology. Thus, the study, which will be carried out as an exploratory bibliographic research, aimed to analyze the fundamentals and assumptions of Ecopsychology, as to investigate its possible contribution to Environmental Education, based on similarities with different aspects present in the field of Environmental Education. Through the analysis of the different concepts and practices proposed by Ecopsychology, it was possible to identify similarities with five currents of Environmental Education identified by Sauvé. Despite the similarities between Ecopsychology and Environmental Education, that goes from the critical current to the conservative current, the principles and practices proposed by Ecopsychology are more similar to the "conservationist macrotrend" of Environmental Education, developed by Layrargues and Lima. This is clear due to the propositions of immersion in nature and stimulation of the sense of belonging to the land, proposed by Ecopsychology as a way to "heal" the relationship between man and nature. When presenting the limits and possibilities between the two areas, it is worth asking whether Ecopsychology can contribute to the emergence of new public policies that include the psychological dimension as intrinsically linked to the environmental dimension, or, eventually, contribute to the emergence of a new current of Environmental Education.

Keywords: Ecology. Society-nature relationship. Culture-nature relationship. Psychology. Public policies.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 “ECOPSICOLOGIA”: ORIGENS E FUNDAMENTOS	18
2.1 “Ecopsicologia” e suas origens	21
2.2 Os fundamentos e os princípios da “Ecopsicologia”	24
<i>2.2.1 Freud, Jung, Gestalt-Terapia e Reich</i>	<i>25</i>
<i>2.2.2 Ecologia Profunda</i>	<i>31</i>
<i>2.2.3 “Ecopsicologia”, “Psicologia Ambiental” e “Psicologia Ecológica”</i>	<i>38</i>
3 DAS PREOCUPAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE À CONSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA	43
4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONSTITUIÇÃO, CORRENTES E TENDÊNCIAS	51
4.1 Macrotendências e correntes da Educação Ambiental	56
<i>4.1.1 Macrotendência conservacionista</i>	<i>60</i>
<i>4.1.2 Macrotendência pragmática</i>	<i>61</i>
<i>4.1.3 Macrotendência crítica</i>	<i>63</i>
5 “ECOPSICOLOGIA” E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: LIMITES E POSSIBILIDADES	64
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	85

1 INTRODUÇÃO

Com a crescente preocupação com o meio ambiente e os seres vivos que nele vivem, diversas áreas das Ciências Naturais e das Ciências Humanas têm buscado caminhos para solucionar questões ambientais e sociais da atualidade. A atuação antrópica no meio ambiente provoca importantes debates sobre alternativas para minimizar as consequências do desequilíbrio ambiental no planeta.

Muitas são as perspectivas acerca de como e qual a forma mais eficiente para despertar a “consciência ecológica”. A partir do movimento ambientalista dos anos 1960, foi discutida a necessidade da Educação Ambiental. Nesse contexto, televisão, rádios, jornais impressos e outras formas de disseminação de informação, frequentemente, abordam a questão ambiental de maneira intimidadora, que acaba por transmitir sentimentos de desesperança, fracasso, incapacidade e medo diante da questão ambiental. O sujeito a quem se dirige a informação, muitas vezes, não entende o que acontece no meio ambiente, como chegou ao ponto que estamos e como poderia auxiliar na proteção e na preservação da natureza a partir da adoção de “hábitos sustentáveis”. Mostra-se, então, a importância de um campo educativo que possa elucidar estas e outras questões. Por meio da Educação Ambiental, há uma busca para romper com a visão dicotômica que permeia nossa sociedade, criticando os processos de objetificação sustentados pela ética antropocêntrica característica do racionalismo moderno. A Educação Ambiental, para romper com essa visão dicotômica, propõe diferentes práticas que são percebidas e realizadas a partir de diferentes visões sobre Educação, Natureza e ser humano, encontradas nas mais variadas correntes de Educação Ambiental identificadas pelos autores que trabalham com esta temática (LOUREIRO, 2004; OSCAR, 2015; PELIZZOLI, 2002; SAUVÉ, 2005; SORRENTINO, 1995; REIGOTA, 2005).

A partir das diferentes correntes, a crítica ao modo de vida atual pode ser percebida com maior ou menor intensidade, dependendo das fundamentações teóricas e práticas propostas por cada corrente. Independente das visões e argumentos presentes nas diferentes correntes da Educação Ambiental, tornou-se importante questionar o atual modo de viver da sociedade industrial-tecnológica, bem como os impactos que tal modo de viver traz para o meio ambiente como um todo. Diante desse quadro, cabe interrogar se as atuais abordagens de alerta à

sociedade, sobre os impactos ambientais no mundo todo, não estariam ajudando as pessoas a se adaptarem a uma sociedade destrutiva (O'CONNOR, 1995), em vez de ajudá-las a repensar o modo de viver baseado no consumo excessivo e no descarte? Nos últimos sessenta anos, o movimento ambientalista conseguiu transformar a saúde do planeta em uma das principais questões políticas em toda sociedade industrial (BROWN, 1995).

Nesse contexto, a “Ecopsicologia” também surgiu como uma possibilidade para elucidar tais questões e abordagens, bem como elucidar as formas de alertar as pessoas sobre os problemas ambientais e apontar práticas e fundamentos teóricos que auxiliem a mudança da visão hegemônica da atualidade. A partir de uma perspectiva interdisciplinar, por meio da união da Ecologia e da Psicologia, seus conceitos e ideias surgiram de uma vertente da Ecologia chamada “Ecologia Profunda” (NAESS, 1973), que sugere uma visão de mundo holística, captando o mundo como um todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas, reconhecendo “a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedade estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza e, em última análise, somos dependentes desses processos” (CAPRA, 1996, p. 6).

Tido como “pai” da “Ecologia Profunda”, Arne Naess apontou a necessidade de desenvolver formas de terapia que pudessem curar o nosso relacionamento com a Terra (NAESS, 1973), uma cura que, de diferentes maneiras, também é um objetivo buscado através de diferentes propostas do campo da Educação Ambiental. Algumas práticas propostas por correntes da Educação Ambiental buscam “diminuir” a distância entre o ser humano e a natureza, que se traduziria através de um meio ambiente equilibrado.

O caminho que me levou a escolher a temática do presente estudo foi longa e sinuosa: a procura por uma explicação que me elucidasse quanto à problemática ambiental por ser um assunto que permeia nosso dia a dia, despertaram-se muito antes da escolha pelo curso de graduação em Ecologia. No caminho, consegui algumas respostas, mas tenho certeza de que o caminho ainda é longo e, possivelmente, interminável. A necessidade de entender o que leva a sociedade a conseguir ignorar, em certa medida, uma das maiores crises da humanidade, deixa-me profundamente curiosa.

Eu escolhi cursar Ecologia com a esperança de entender as conexões visíveis e não visíveis do mundo em que vivemos, mas confesso que senti falta da educação nessa jornada. Apesar de ser um curso rico, com ótimos professores, sentia que estava numa área em que parecia valer mais os artigos científicos sobre espécies e ecossistemas do que discutir a relação que o homem tem com a natureza a partir da perspectiva educacional e emocional, assim como todos os outros aspectos que afetam essa relação. Ao mesmo tempo em que me parecia coerente as contribuições da Ecologia para entender a crise, eu sentia que não seria suficiente para tentar entender o que acontece na e com a sociedade.

A Psicologia sempre foi um campo que me fascinou e, ao me deparar com a “Ecopsicologia”, parecia fazer sentido juntar uma área à outra. É sabido que vivemos uma crise como nunca antes vista, cujas denominações são diversas: crise planetária, crise da racionalidade, crise ambiental. Mas há de se concordar que dentro dessa crise, vivemos também uma crise psicológica. Estar inserida em uma sociedade dominadora, opressora e repressora, na qual parece não haver uma saída para o sistema social e econômico imposto pelo paradigma dominante, de desenvolvimento ilimitado a qualquer custo, faz-me sentir cúmplice das agressões sociais e ambientais, cujas dimensões não consigo mensurar neste texto.

Antes mesmo da introdução do tema como “Ecopsicologia”, diversos autores se dedicaram a escrever e a investigar o relacionamento do ser-humano com a natureza. Thoreau (1854), em seu livro “*Walden*”, escreveu uma espécie de manifesto contra a civilização industrial e propôs o retorno ao “simples”, uma vida na qual se usa apenas o necessário e o contato com a natureza é intenso. Nesse mesmo sentido, Leopold (1949), ecologista e ambientalista, defendeu a necessidade de uma “Ética da Terra”, um relacionamento responsável entre as pessoas e a terra em que vivem. Em 1976, Fernando Cesarman, professor e psicanalista, investigando as formas agressivas do relacionamento do humano com a natureza, desenvolveu o termo “Ecocídio”, como forma de associar traços autodestrutivos aos modos de consumo e descarte da nossa sociedade. A primeira discussão sobre a interação entre o psicológico humano e o crescente comportamento destrutivo da humanidade foi feita por Shepard (1982), com uma visão de que “os hábitos ecocidas de nossa espécie estão longe de ser apenas uma aberração contemporânea por parte da sociedade industrial” (ROSZAK; GOMES; KANNER, 1995, p. 21), questionando o

porquê de os homens persistirem em destruir seu próprio habitat. Greenway (1995) desenvolveu o termo “efeito floresta”, para se referir ao efeito que expedições e contato com a natureza proporcionam às pessoas.

Finalmente, em 1992, Theodore Roszak (1992), cunhou o termo “Ecopsicologia” e retoma, em seu livro *“The Voice of the Earth”*, a pergunta feita por Shepard por meio de uma síntese das propostas centrais da “Ecopsicologia” a partir de oito princípios, que serão apresentados mais adiante.

A problemática ambiental e a relação do ser humano no contexto desta problemática ganhou força após o surgimento do movimento ambientalista, que se manifestou como movimento político de base popular nos anos 1960, com a publicação do livro *“Silent Spring”* (CARSON, 1962), considerado como marco do movimento, no qual a autora, no auge da produção química dos chamados organoclorados (poluentes orgânicos persistentes) e do seu uso indiscriminado na agricultura, alertava o público sobre as ameaças que eles causam ao ambiente e à população. O movimento se propagou nos Estados Unidos com a atmosfera de transformação social, associado a outros movimentos sociais que questionavam a ordem mundial vigente, buscando o reconhecimento de diferentes visões, identidades e estilos de vida, o que foi marcado pelo movimento da “contracultura” (CARVALHO, 2012).

Em 1995, Roszak, Mary Gomes e Allen Kanner reuniram uma coleção de artigos no livro intitulado *“Ecopsychology: restoring the earth, healing the mind”* (ROSZAK; GOMES; KANNER, 1995), no qual chamam atenção para as diferentes dimensões que são abordadas tanto pelo movimento ambientalista quanto pelo trabalho realizado por psicoterapeutas. De acordo com Roszak (1995), enquanto o movimento ambientalista trabalha a dimensão global de questões sociais e ecológicas, com suas complexas inter-relações, a Psicoterapia trabalha as relações humanas em uma dimensão muito menor e “pessoal” (ROSZAK, 1995). Apesar dessa diferença em escalas de trabalho – o global e o pessoal –, ambas se apresentam como importantes contribuições para o saudável desenvolvimento do meio ambiente e da humanidade. A visibilidade, de acordo com o autor, surgiu quando o movimento ambientalista, carregado de preocupações com a saúde da terra e as consequências de um modo de vida insustentável, elaborou estratégias para comunicar e alertar as pessoas sobre a problemática (ROSZAK, 1995).

De acordo com o autor, naquele momento, as estratégias e as motivações eram aplicadas com base em sentimentos de medo e culpa: estatísticas sobre desastres ambientais, tragédias iminentes e projeções assustadoras do futuro eram os assuntos em tela, sem muita reflexão acerca das complexidades psicológicas do público ao qual se dirigiam (ROSZAK, 1995). A questão central era: como compreender a relação entre saúde mental e saúde ambiental, a relação homem-natureza, em uma sociedade que não reconhece tal relação de maneira interdependente? Qual seria a responsabilidade de nós, humanos, frente à crise ecológica? (ROSZAK, 1995). No livro *“Ecopsychology: restoring the earth, healing the mind”* (ROSZAK; GOMES; KANNER, 1995), diversos autores investigaram e propuseram teorias para explicar o nosso afastamento da natureza, dentre elas: a existência de uma capacidade “biofílica” do ser humano (KELLERT; WILSON, 1993), a teoria de que sofremos da chamada “mutilação ontogênica” (SHEPARD, 1982) e a teoria de que passamos por uma “amnésia coletiva” (DEVEREUX *et al.*, 1989).

Ainda de acordo com o autor, a investigação e a inspiração para o desenvolvimento da “Ecopsicologia” se deu, essencialmente, por meio das contribuições da “Gestalt-terapia” e da “abordagem Jungiana”. Do ponto de vista da Gestalt-terapia, a pessoa é vista como totalmente incorporada no mundo, e o mundo é visto mais como um organismo vivo, em vez de um mecanismo não-vivo de partes separadas que interagem (ROSZAK, 1995).

De acordo com Cahalan (1995, p. 216), “a Gestalt-terapia é, em sua visão de mundo, personalidade teórica e metodologia, inerentemente ecológica”. Como apresentado por Doca e Carvalho (2018, p. 380), “essa visão sistêmica e holística da Gestalt-terapia, focada no contato da pessoa consigo mesma, com o outro e com seu ambiente, contrasta com a visão limitada às relações intra e interpessoais das demais abordagens psicoterápicas”.

Quanto às contribuições da abordagem Jungiana, apresentam-se por meio do conceito do “inconsciente coletivo”, conceito criado por Jung (1981), para “identificar conteúdos arquetípicos formadores do funcionamento psíquico humano como um todo, não apenas restrito a conteúdos individuais” (CARVALHO, 2013, p. 23). A partir disso, Roszak (1992) propõe o resgate do “inconsciente ecológico”, sugerindo que a sabedoria ecológica é um dos principais responsáveis pela compreensão da crise ecológica como uma questão de interesse público ligada à conjuntura global,

uma questão que não só afeta a todos, mas que também depende da sociedade buscar novas maneiras de se relacionar para garantir que o futuro do meio ambiente seja ecologicamente equilibrado (CARVALHO, 2012).

Embora essa temática seja nova e pouco estudada, alguns trabalhos de pesquisa já foram realizados sobre o tema no Brasil. A busca de trabalhos realizados com o tema “Ecopsicologia” e Educação Ambiental é fundamental para apresentar o panorama em que se encontra a discussão do tema no país. A pesquisa se deu através das bases de dados do Google Acadêmico, do “Projeto EArte” e do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A escolha da plataforma “Google Acadêmico” e do “Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES” se justifica pela abrangência de publicações, que conta com trabalhos acadêmicos de graduação e de pós-graduação (mestrado e doutorado), além de artigos publicados em periódicos. Já a escolha da plataforma “EArte”, conhecido como “Projeto EArte”, se deu tendo em vista que o objetivo do presente trabalho é buscar compreender as eventuais interfaces entre “Ecopsicologia” e Educação Ambiental. O banco de dados do “Projeto EArte” tem como objetivo sistematizar a produção acadêmica (teses e dissertações) em Educação Ambiental no Brasil, de acordo com indicadores estabelecidos previamente pelos pesquisadores participantes do projeto (CARVALHO *et al.*, 2016).

Durante a pesquisa nos três bancos de dados, dez trabalhos se apresentaram significantes para o presente trabalho, com as temáticas “Ecopsicologia” e “Educação Ambiental” ou apenas “Ecopsicologia”, no caso de Volpi (2001) que apresenta as fundamentações teóricas da área. Os trabalhos considerados relevantes por apresentarem uma interface entre os dois temas são: um Trabalho de Conclusão de Curso, uma dissertação de mestrado, três teses de doutorado e cinco artigos científicos. Na pesquisa do banco de dados do “Projeto EArte” encontrei uma dissertação de mestrado de Zilda Ferreira Leandro (2001), a qual usa “Ecopsicologia” como uma de suas palavras-chave, no entanto, não consegui acessar o trabalho.

Além dos trabalhos encontrados para a relevância do presente estudo, encontrei também outros trabalhos que discutem a “Ecopsicologia”, enquanto abordagem alternativa em programas educativos ou terapêuticos inter e

transdisciplinares, apontando a importância do envolvimento de diversas ciências para se compreender as relações existentes entre os componentes que formam a rede de relações interdependentes no planeta, assim como a relação homem-natureza (BÔLLA; MILIOLI, 2011; TAGLIAPIETRA; CARNIATTO, 2019; CHAGAS, 2007; FARIAS; KNECHTEL, 2018; HUGUET, 2018; DE LIMA GUIMARÃES, 2005). Outros trabalhos, ainda, apresentam a “Ecopsicologia” como fundamento teórico para entender a relação entre o adoecimento psíquico e a atual crise ambiental, e as contribuições do campo da Psicologia para a cura da relação homem-natureza (DOSS *et al.*, 2018; LIMA, 2010; TERRA; DE CALAIS, 2020).

Volpi (2007, p. 23), em sua tese de doutorado, se propõe a realizar uma “investigação preliminar sobre as bases epistemológicas da ‘Ecopsicologia’”, na qual analisa notícias a respeito das “agressões dos seres humanos ao meio ambiente, dos maus tratos de animais e da falta de conscientização e de identidade ecológica que assola a humanidade” (VOLPI, 2007, p. 18). Quanto à necessidade de encontrar caminhos que deem suporte à luta ambientalista e à cura da relação homem-natureza, Volpi (2007, p. 23) se manifesta sobre a “Ecopsicologia” na luta ambiental:

Isso significa que necessitamos construir uma disciplina que possa viabilizar o diálogo entre a ecologia e a psicologia, a fim de discutirmos esses problemas que são de ordem comportamental/afetiva e que afeta a todos. Sou da opinião de que a partir disso, sejamos capazes de apontar possíveis caminhos que possam ser seguidos em direção à resolução dos mesmos.

O trabalho destaca ainda a importância de uma Educação Ambiental que vá além da intelectualização: “[...] hoje se faz necessário não apenas ofertarmos uma educação Ambiental intelectualizada, mas sim, feita com base no resgate das sensações. É preciso sentir, incorporar esse sentimento para depois pensar e em seguida colocar em prática” (VOLPI; FLORIANI; LESZCZYNSKI, 2008, p. 6).

A partir da pesquisa de doutorado de Volpi (2007), Bilibio (2009, p. 9) pontua a ligação entre a “Ecopsicologia”, a “Ecologia Profunda” e a Educação Ambiental, chegando a afirmar, ao considerar a contribuição da “Ecopsicologia” para a Educação Ambiental, que:

A contribuição da “Ecopsicologia” no diálogo com a Ecologia Profunda e com a Educação Ambiental é, entre outros, afirmar que um dos efeitos importantes da cultura em oposição a natureza em que temos vivido foi reprimir uma dimensão essencial de natureza humana, a que Roszak (1992) chamou de Inconsciente Ecológico.

Posteriormente, em sua tese de doutorado, Carvalho (2013, p. 8) se propõe a realizar uma “organização original do tema, mesclando proposições de outros autores com reflexões pessoais, além de aprofundar o conceito de ‘Inconsciente Ecológico’, a partir das colaborações teóricas da Abordagem Junguiana e da Gestalt-Terapia”. Diferentemente de Volpi (2007), Carvalho (2013) utiliza a “Ecopsicologia”, a Abordagem Junguiana e a Gestalt-Terapia para analisar as dimensões subjetiva e clínica da crise ambiental. Nesse sentido, ao tentar relacionar a “Ecopsicologia” com a Gestalt-Terapia e encontrar nestas abordagens auxílio para ações quanto à crise ambiental, Doca e Carvalho (2018, p. 379) publicam um artigo no qual “apresentam uma reflexão com base na Gestalt-Terapia e na ‘Ecopsicologia’ sobre a conexão natural e espontânea entre a criança e a natureza” através de uma história infantil, “A árvore Generosa” (SILVERSTEIN, 1964), no qual discutem as relações elementares da criança com a natureza e como a criança se transforma no decorrer do tempo com a influência da cultura na qual ela está imersa. De acordo Doca e Carvalho (2018, p. 381), a criança se transforma e é transformada pela “relação de reciprocidade social e afetiva”:

Instintivamente a criança, enquanto um EU, transforma todos os seres vivos em um TU e estabelece com eles uma relação de reciprocidade social e afetiva. Para além de sua forma, da “coisa-em-si”, a natureza é para a criança um Outro, com o qual se encontra face-a-face e entra em contato pleno de aceitação, respeito e cuidado. Uma árvore, por exemplo, não é apenas um objeto - que tem forma, cor e propriedades que podem ser experienciadas no tempo e no espaço - mas sim uma totalidade que inclui todas estas características e que se apresenta à criança, “em pessoa”, tendo algo a ver com ela e vice-versa.

Na mesma linha que Carvalho (2013) e Doca e Carvalho (2018), Bôlla e Milioli (2011) apresentam a “Ecopsicologia” como meio de resgatar uma relação homem-natureza harmônica, sendo que, posteriormente, Bôlla (2019), em sua tese de doutorado, descreve a separação homem-natureza através de uma síntese que perpassa a Educação, a Ecologia, a Psicologia e a Economia, até chegar na “Ecopsicologia” como forma de visualizar e mudar a maneira como lidamos com questões ecológicas e psicológicas, bem como o modo dominante que o sistema econômico mundial lida e vê tais questões. Para Bôlla (2019, p. 412), a infância, enquanto fase do desenvolvimento vital para a formação da identidade, permite que o contato com a natureza fortaleça o vínculo entre ser humano e natureza:

Promover o crescimento pessoal, de modo que as pessoas percebam sua identidade ecológica e se sintam pertencentes à natureza [...] é um dos

caminhos que se alia à Educação Ambiental para a construção de sociedades sustentáveis. [...] Superar a desconexão humana com a Terra, para transformar a relação utilitarista do ser humano com a natureza, é vista como a base para a mudança social na direção da sustentabilidade.

Finalmente, Silva (2018), no seu Trabalho de Conclusão de Curso “Interfaces entre “Ecopsicologia” e Educação Ambiental e suas inspirações para uma professora de ciências em formação”, realiza um levantamento de diversos trabalhos que abordam a interface entre “Ecopsicologia” e Educação Ambiental, no qual discute contribuições que as duas áreas podem dar à educação formal no Ensino de Ciências dentro do ambiente escolar. O autor, ao tratar da subjetividade do ser humano como ponto essencial a ser resgatado para que se cure a relação homem-natureza, afirma: “[...] a subjetividade precisa ser estimulada, valorizada e enriquecida, e uma proposta para essa tarefa é trabalhar as emoções a partir de práticas realizadas, quando possível, em ambientes arborizados ou explorando o ambiente escolar” (SILVA, 2018, p. 40).

Além dos trabalhos sobre “Ecopsicologia”, duas redes de “Ecopsicologia” existem no país, quais sejam: o Instituto Brasileiro de “Ecopsicologia”¹ (IBE) e a Rede Brasileira de “Ecopsicologia”². No âmbito internacional, a Sociedade Internacional de “Ecopsicologia”³ (*International Ecopsychology Society* - IES) tem como objetivo “incrementar o desenvolvimento e a difusão da “Ecopsicologia” e integrar praticantes e simpatizantes a esse esforço” (IBE, 2020).

De acordo com Roszak (1995), a “Ecopsicologia” se dedica a examinar os laços existentes entre os humanos e o mundo natural, procurando entender sua complexidade e sugerindo caminhos que curem as conexões enfraquecidas da relação homem-natureza, sendo estas introduzidas através de um pensamento mecanicista e utilitarista caracterizado por relações de poder e dominação (ROSZAK, 1995).

¹ O Instituto Brasileiro de “Ecopsicologia”, criado em 2005 por Marco Aurélio Bilibio Carvalho, tem como intuito formalizar formações em “Ecopsicologia” no Brasil, ancorando também o trabalho realizado internacionalmente na área. “Tem como missão levar a “Ecopsicologia” ao público brasileiro, em sintonia com outros institutos e parceiros, alinhados com a Sociedade Internacional de “Ecopsicologia”, oferecendo cursos, vivência, expedições e formações em todo o Brasil.” (IBE, 2020)

² A Rede Brasileira de “Ecopsicologia”, criada anteriormente ao IBE, objetiva “o vínculo entre profissionais que integram a “Ecopsicologia” à sua prática, estudantes de “Ecopsicologia” que fizeram cursos credenciados pelo IES ou pelo IBE”. (IBE, 2020)

³ Criada em 2005 como European Ecopsychology Society, na Suíça, o IES foi refundado em 2016 como Sociedade Internacional de “Ecopsicologia”, e conta com representantes de diversos países. A IES realiza congressos de “Ecopsicologia”, sendo o Brasil a sede do VIII Congresso Internacional de “Ecopsicologia” em 2021. (IBE, 2020)

Diante desse quadro que envolve diferentes abordagens na área da “Ecopsicologia”, foi realizado o presente estudo, cujos objetivos foram: analisar os fundamentos e os pressupostos da “Ecopsicologia”, investigar sua eventual contribuição para a Educação Ambiental, bem como identificar quais correntes da Educação Ambiental se aproximam dos fundamentos, dos pressupostos e das propostas práticas da “Ecopsicologia”.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica exploratória, a partir da abordagem qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994). De acordo com Bogdan e Biklen (1994, p. 49), as questões investigadas na abordagem qualitativa não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, de maneira que se busca estudar aspectos da realidade que não podem ser quantificados:

A abordagem da investigação qualitativa exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para construir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo. [...] O investigador interessa-se mais pelo processo do que simplesmente pelos produtos [...] comportando-se mais como um viajante que não planeja do que com aquele que o faz meticulosamente [...] construindo, assim, um quadro que vai ganhando forma à medida que se recolhem e examinam as partes. O processo é como um funil: as coisas são abertas de início e tornam-se mais fechadas e específicas no extremo.

Essa abordagem foi inicialmente muito utilizada por antropólogos e sociólogos, observando depois seu campo de atuação alcançar outras áreas, como Psicologia e Educação. Entende-se por estudo exploratório pesquisas que têm como objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 35). Assim, esta pesquisa bibliográfica exploratória tem o intuito de proporcionar ao leitor o conhecimento relativo às contribuições de diferentes autores acerca do tema escolhido, procurando elucidar eventuais contribuições da “Ecopsicologia” e de bibliografia complementar a ela para a Educação Ambiental.

Segundo Salvador (1986), a pesquisa bibliográfica compreende quatro fases de um processo contínuo que possibilita a adoção de critérios para delimitar o universo de estudo e orientar a seleção do material: 1) levantamento e estudo da bibliografia pertinente, 2) análise do material selecionado, 3) conexão do material de estudo com o tema e, finalmente, 4) reflexão acerca da pesquisa.

Dessa forma, a pesquisa bibliográfica é o “estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica”

(OLIVEIRA, 2007, p. 69). Esse tipo de pesquisa permite ao investigador cobrir uma gama de fenômenos mais ampla, tornando-se particularmente importante quando o problema requer dados dispersos no espaço (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). Enfim, trata de buscar detalhes, particularidades e interpretações sobre o tema escolhido.

Para a identificação das correntes de Educação Ambiental que se aproximam dos fundamentos, dos pressupostos e das propostas práticas da “Ecopsicologia” foram utilizados como referencial teórico Layrargues e Lima (2014) e Sauvé (2008).

Atentando-se aos objetivos da pesquisa, o presente trabalho é apresentado por meio de seis seções, incluindo a introdução e as considerações finais.

Na segunda seção, intitulada “Ecopsicologia: Origens e Fundamentos”, apresento os fundamentos do campo da “Ecopsicologia”, de modo a explicitar quais os princ   pios e os pressupostos do campo possibilitam seu direcionamento ao campo da Educação Ambiental.

Na terceira seção, é apresentada a contextualização do movimento ambientalista, bem como os eventos hist   ricos que levaram ao surgimento do movimento enquanto mobilização não apenas ambiental, mas tamb   m social. Al   m disso, apresento como a influ   ncia do movimento ambientalista, na criação de confer   ncias e tratados, levou ao desenvolvimento da Educação Ambiental enquanto campo fundamental para a luta ambientalista e social.

Na quarta seção, é apresentado o contexto no qual surge a Educação Ambiental, e como diversos autores identificaram as diferentes vertentes dentro do campo, traduzindo diferentes vis   es sobre a relação homem-natureza e as propostas pr   ticas utilizadas para se trabalhar a Educação Ambiental. Nesta seção se fez fundamental apresentar as macrotend   ncias pol   tico-pedag   gicas da Educação Ambiental, elaboradas por Layrargues e Lima (2014), com o objetivo de, atrav   s da proposta dos autores, investigar a qual macrotend   ncia pol   tico-pedag   gica a “Ecopsicologia” poderia se aproximar, bem como investigar os limites e as possibilidades entre a Educação Ambiental e a “Ecopsicologia”.

A partir da an   lise das seções acima, na quinta seção, apresento as semelhan   as da “Ecopsicologia” com a Educação Ambiental, a partir das macrotend   ncias de Layrargues e Lima (2014), de forma a explicitar, primeiro, os limites entre os dois campos e, depois, as possibilidades da “Ecopsicologia” enquanto campo que tamb   m busca entender e “curar” a relação homem-natureza.

2 “ECOPSICOLOGIA”: ORIGENS E FUNDAMENTOS

Nesta seção, objetivo discutir as principais ideias acerca da “Ecopsicologia”, enquanto um novo campo de conhecimento e investigação, a respeito da relação homem-natureza. A forma como tal relação se construiu e como ela influencia a sociedade contemporânea é discutida por meio da forma como se dá a relação do ser humano com o meio ambiente atualmente, e a busca de um modo de vida que procura equilíbrio entre meio ambiente e psique, visando, assim, construir uma “relação saudável e respeitosa” entre o meio ambiente e os seres que nele vivem.

O termo “Ecopsicologia”, enquanto designador de uma área de estudo emergente, como já apontado, foi cunhado em 1992 pelo historiador e professor Theodore Roszak (1933-2011) como meio de entender e investigar os motivos que levam as pessoas a apresentarem diferentes comportamentos e pensamentos em relação ao meio ambiente, e propor formas de resgatar uma relação saudável do ser humano com o planeta.

O autor, graduado pela *University of California* (1955) e Ph.D. em História pela *Princeton University* (1958), foi membro do Departamento de História na *California State College* (1969) e defende a reconexão do homem com a natureza em mais de 12 livros, entre eles: “*The Making of a Counter Culture: Reflections on the Technocratic Society and Its Youthful Opposition*” (1969), “*Where the Wasteland Ends: Politics and Transcendence in Postindustrial Society*” (1972), “*The Cult of Information: The Folklore of Computers and the True Art of Thinking*” (1986), “*The Voice of the Earth: An Exploration of Ecopsychology*” (1992) e “*Ecopsychology: restoring the earth, healing the mind*” (1995) (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2020).

Roszak é apontado como o idealizador do termo “contracultura” para designar um período da história americana no qual uma sociedade jovem se “rebelou” contra uma “constelação cultural que diverge radicalmente de valores e suposições que tem estado no *mainstream* da sociedade pelo menos desde a Revolução Científica do século XVII” (ROSZAK, 1969, p. 12). Apesar da associação do termo com Roszak, que fez o trabalho de popularizar o termo, o sociólogo americano John Milton Yinger foi o primeiro a abordar o tema em um artigo de 1960 publicado na revista “*American Sociological Review*” (YINGER, 1960), sendo, portanto, considerado como o criador do termo no âmbito acadêmico.

Ao analisar a forma como o movimento ambiental tratava as questões relacionadas ao meio ambiente, assim como a forma utilizada para alarmar as pessoas sobre os perigos de se ignorar os “sinais da natureza”, Roszak questionou as estratégias e as motivações utilizadas pelos ambientalistas e alertou para o fato de que elas estariam gerando “medo e culpa” e deixando as pessoas angustiadas e paralisadas frente às estatísticas de desastres iminentes e aos dados alarmantes sobre a exploração e a destruição da natureza (ROSZAK, 1995).

Roszak (1995) escreveu, então, a respeito da ligação entre a Psicoterapia e o movimento ambientalista, chamando-os de “o pessoal e o planetário”, respectivamente, e do que as duas atividades culturais teriam em comum, a partir da seguinte questão: “qual ligação poderia haver entre o pessoal e o planetário?” (ROSZAK, 1995, p. 1). O autor buscou entender em que escala essas atividades culturais, a Psicoterapia e o movimento ambientalista, eram procuradas. Segundo o autor, enquanto as psicoterapias se ocupam em trabalhar as relações em escalas menores e pessoais, um-a-um, ou em pequenos grupos que procuram discutir as relações interpessoais, “o movimento ambiental tem seu lugar na história como a maior causa política já tomada pela raça humana. Inclui a todos, pois não há ninguém com quem o movimento possa se dar ao luxo de não falar” (ROSZAK, 1995, p. 1, tradução da autora).

De acordo com Roszak (1995), no âmbito do movimento ambientalista, questões sociais, econômicas e ambientais complexas são abordadas e trabalhadas. A amplitude do movimento ambientalista também é apontada por Gonçalves (2006), em seu livro “Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente”, quando afirma a abrangência do “movimento ecológico”, enquanto movimento que abarca não só questões ambientais, mas também questões sociais e políticas.

O que Roszak (1995, p. 2) apontou foi que:

Por mais que os ambientalistas estivessem conscientes da complexidade do habitat natural, quando se tratava do comportamento humano, sua imagem norteadora era simplista ao extremo. Eles trabalhavam de uma faixa estreita de estratégias e motivações: as estatísticas de desastres iminentes; a força emocional coerciva do medo e da culpa.

De acordo com o autor, pessoas engajadas no movimento ambientalista pareciam não se preocupar em discutir abordagens que levassem em conta o psicológico a quem se dirigiam os alertas. Segundo Roszak (1995, p. 2), ao se dirigir às pessoas, uma imagem simplista guiava os ambientalistas: “o movimento

ambiental trabalhou para organizar, educar e agitar com pouca consideração pelas complexidades frágeis do público que desejavam conquistar”.

Brown (1995, p. 14, tradução da autora), autor de diversos livros que abordam a questão ecológica e do primeiro capítulo de *“Ecopsychology: restoring the earth, healing the mind”*, chegou a afirmar que, em determinado tempo, os ambientalistas eram vistos como “idealistas que lutavam ao lado dos anjos”. Sua afirmação é posta no contexto de uma “sociedade ecologicamente analfabeta” (*ecological illiteracy*), na qual o trabalho político dos ambientalistas se mostrou fundamental para elucidar diversas informações referentes ao meio ambiente:

Não mais do que uma geração atrás, a maioria dos americanos não tinham ideia do que se tratava o aquecimento global, ou a camada de ozônio, ou a chuva ácida. A distinção entre fontes de energia renováveis e não-renováveis eram desconhecidas. Conceitos como “espécie ameaçada” e “reciclagem” eram conhecidos por poucos especialistas ambientais; não existiam no vocabulário público. [...] Nos últimos 40 anos o movimento ambiental teve sucesso em transformar a saúde do planeta em uma grande questão política em todas as sociedades industriais. (BROWN, 1995, p. 13, tradução da autora).

Roszak (1995) e Brown (1995) não desacreditam ou desmerecem o movimento ambientalista e seus agentes políticos envolvidos, pelo contrário, reconhecem esse movimento e os ambientalistas como responsáveis por elaborar e expor diversos conceitos a um público por muito tempo alienado de diversos conceitos conhecidos e usados pela Ecologia e pelo movimento ambientalista. A questão apontada por Roszak, que Brown discute, essencialmente, é que, após um período necessário de alertas e conscientização sobre termos ecológicos, as pessoas, agora, precisam ser despertadas para novos modos de viver que coloquem em prática uma saudável relação do homem com a natureza, algo além do simples conhecimento de conceitos e termos ecológicos.

Quanto aos psicoterapeutas, segundo Roszak (1995, p. 2-3, tradução da autora), o entendimento acerca da sanidade humana parece ter parado nos “limites da cidade”:

A psicoterapia moderna não achou adequado alcançar para além da família e sociedade para falar sobre o habitat não humano. Isso pode ser visto no Manual Diagnóstico e Estatístico da Associação Americana de Psiquiatria, onde o estado da natureza aparece uma vez: como “transtorno afetivo sazonal” (*seasonal affective disorder*), entendido como um estado depressivo passageiro ocasionado pelo tempo cinzento e nublado; a não ser que a depressão seja relacionada ao desemprego breve, aqui o fator econômico toma precedente sobre o fenômeno natural.

O autor defende a necessidade de que a comunidade psicoterapeuta, juntamente com o movimento ambientalista, recorra a “motivações afirmativas e o amor pela natureza”, ao contrário de se utilizar de estratégias que acabam por paralisar as pessoas para a ação. Roszak (1995, p. 3) aponta o livro *“Ecopsychology: restoring the earth, healing the mind”* (ROSZAK; GOMES; KANNER, 1995) como uma das mudanças de uma “nova geração de psicoterapeutas que busca meios para que psicólogos profissionais possam ter um papel na crise ambiental do nosso tempo”. De outro lado, a escala, que Roszak coloca como a pessoal e a planetária, na qual tanto a psicoterapia quanto o ambientalismo são buscados, diverge drasticamente dos “negócios como de costume” (*business as usual*) (ROSZAK, 1995). O autor afirma que os problemas psicoterapêuticos e os problemas ecológicos “não podem ser resolvidos dentro dos limites de estados-nações”, necessitando ser discutido e endereçado ao mundo todo, incluindo gerações, diferentes culturas e todas as instituições político-econômicas vigentes (ROSZAK, 1995, p.1).

Ao discutir a importância de se considerar a dimensão psicológica na luta pelo meio ambiente, Roszak (1992) propõe diferentes conceitos e ideias baseados em diferentes fundamentos epistemológicos de vertentes da Psicologia, assim como resgata as origens da “Ecopsicologia”. Assim sendo, no próximo item, exploro como Roszak defende a necessidade de buscar a “cura” para a relação homem-natureza, apontando não ser uma preocupação estritamente contemporânea.

2.1 “Ecopsicologia” e suas origens

As principais obras de fundamentação do presente trabalho, *“The Voice of the Earth”* (1992) e *“Ecopsychology: restoring the earth, healing the mind”* (1995), apresentam conceitos e ideias sobre a necessidade de uma “conexão e cura” do ser humano com a natureza, que, segundo Roszak, possa superar uma alienação causadora de mal-estar psicológico. No entanto, Roszak não foi o primeiro teórico a discutir a necessidade de uma cura entre a natureza e os seres humanos. Paul Shepard (1982), considerado um dos primeiros *ecopsicólogos*, em seu livro *“Nature and Madness”*, lançou a primeira discussão acerca da interação entre o psicológico humano e o “crescente comportamento destrutivo da humanidade”. Na visão do

autor, “os hábitos eco suicidas da nossa espécie estão longe de ser apenas uma aberração da sociedade industrial somente” (SHEPARD, 1995, p. 21), afirmando que essa tendência está enraizada na forma de uma “mutilação ontogênica”⁴, cujo início se deu com a invenção da agricultura, quando “a cultura humana alcançou um falso senso de separação de si com seu habitat natural”, assistindo à perda de ritos de passagem essenciais para uma saudável formação do psicológico humano e da relação com o meio ambiente. A saúde mental “padrão”, da qual desviamos, vem do modo de viver de comunidades tribais:

O modo de vida deles [comunidades tribais] é aquele ao qual nossa ontogênese foi ajustada pela seleção natural, promovendo cooperação, liderança, um calendário de crescimento mental e o estudo de um mundo misterioso e bonito, onde a vida cotidiana era inextricável do significado e do encontro espiritual, e onde os membros do grupo celebravam etapas e passagens individuais como rituais de passagem. (SHEPARD, 1995, p. 26, tradução da autora).

A intenção, aqui, é apontar que ideias e visões relativas à relação “harmoniosa” do ser humano com o meio ambiente não é nova, embora recentemente introduzida na academia. Essa relação harmoniosa está presente há milênios em diversas comunidades e povos tradicionais. Segundo Leslie Gray (1995, p. 173, tradução da autora), “a visão de mundo do xamanismo é que saúde é igual relacionamentos equilibrados com todos os seres vivos”, pois “a ideia de que tudo é conectado, é um conceito antigo”. Assim, Roszak (1995), que cunhou o termo “Ecopsicologia”, defende que a visão e a busca de uma relação homem-natureza saudável (uma relação que envolva a psique e o meio ambiente como um só) não são novas. E afirma que o “fez consciente de que há entusiastas *New Age*⁵ que já ‘saqueiam e emprestam’ livremente restos de culturas tradicionais e aborígenes,

⁴ Segundo Shepard (1995, p. 39), “o nosso crescimento durante os primeiros vinte anos (incluindo o crescimento físico)” é denominado “como nossa ontogênese, ou ontogenia, nosso “vir a ser””, sendo este um momento crucial para construir nossa identidade pessoal e coletiva, que não deve excluir as conexões com o meio ambiente”. O autor critica que a nossa sociedade se construiu de tal maneira que acabou por ignorar rituais importantes que contribuem para a formação psicológica e física do ser humano, e vincula essa perda à invenção da agricultura, aproximadamente dez mil anos atrás, que contribuiu para uma visão de que a terra devesse ser dominada e domesticada. Assim, diz que “um senso de mundo ecologicamente harmonioso não é resultado de escolhas racionais. É latente no organismo. E continua: “por debaixo da civilização há humanos que sabem o que é certo e necessário para tornar-se totalmente humano: nascimentos em ambientes gentis, um meio ambiente não-humano rico, a consciência de que o alimento é um presente espiritual e não um produto [...]”.

⁵ Durante os anos 1980, o movimento *New Age* surgiu como “forma de apresentar uma opção religiosa ou semi religiosa para o consumidor do mercado espiritual ou para o buscador metafísico” na qual pessoas e comunidades aguardavam a chegada de uma Nova Era de amor e luz, que seria alcançada através da transformação e cura pessoal (YORK, 1995, p. 1)

geralmente com pouco estudo ou preparação respeitosa” (ROSZAK, 1995, p. 6, tradução da autora).

Roszak (1995, p. 5-6, tradução da autora), nas referências sobre a “Ecopsicologia” como uma área emergente, manifesta-se da seguinte forma:

Eu estive chamando a “Ecopsicologia” de “nova”, mas, na realidade, a sua origem é antiga o suficiente para ser chamada de primitivo (*aboriginal*). Era uma vez em que toda a psicologia era “Ecopsicologia”. Os curandeiros mais antigos do mundo, pessoas que nossa sociedade uma vez chamou de “feiticeiros”, não conheciam outra forma de curar a não ser trabalhar dentro do contexto da reciprocidade ambiental.

O autor resgata o significado da afirmação de que a psique humana tem uma profunda conexão com a natureza, assim como as influências da natureza sobre a saúde psicológica, levantando essa questão ciente de que existem pesquisadores que utilizam remanescentes de culturas tradicionais e aborígenes. De acordo com o autor:

Ao generalizar sobre a sanidade e a loucura do mundo moderno, os ecopsicólogos aprenderam a usar a palavra “nós” com a mais elevada discriminação. Eles reconhecem que o “nós” que dirige o mundo industrial é fisicamente estranhado do “nós” que mantém as florestas e as reservas por uma distância que deve ser calculada em anos-luz. Mesmo separado de questões de justiça, vê-se um obstáculo para tal diálogo entre o tradicional e o moderno. Tem a ver com a visão de mundo contrastante que divide a psicoterapia da sociedade industrial dos psicólogos “tradicionais” originais. Deles, a visão de mundo era animística, uma sensibilidade que tanto a doutrina Judaico-cristã quanto a objetividade da ciência censuraram. Em nossa sociedade, ouvir as vozes da Terra como se o mundo não humano sentisse, ouvisse e respondesse iria parecer a essência da loucura para a maioria das pessoas. (ROSZAK, 1995, p. 6-7, tradução da autora).

Ao reconhecer a necessidade e o perigo de resgatar uma visão primitiva sobre uma relação saudável do ser humano com a natureza, uma que não descaracterize tradições xamânicas milenares, o autor questiona:

[...] É possível que, afirmando essa mesma concepção de loucura, os psicoterapeutas estariam defendendo a maior de todas as nossas repressões, a forma de mutilação psíquica que é a mais crucial para o avanço da sociedade industrial, isto é, a suposição de que a terra é uma coisa sem vida e estéril que não tem sentimentos, memória ou intenções próprias? (ROSZAK, 1995, p. 7, tradução da autora).

E continua, ao afirmar que “com a total autoridade da ciência moderna, a sanidade convencional nos impede de usar a ‘psiquiatria da Idade da Pedra’ como um recurso terapêutico” (ROSZAK, 1995, p. 7, tradução da autora).

Roszak (1995, p. 6, tradução da autora) discute, ainda, a respeito da “rapidez em ver elementos de sentimentalidade e romantismo na nossa crescente apreciação das ecologias sagradas que guiam sociedades tradicionais”, e afirma:

Não há nada “místico” ou “transcendental” sobre o assunto, como poderíamos entender essas palavras [...]. Ao longo da periferia da ciência moderna, estamos testemunhando o nascimento de uma nova cosmologia, fundada em uma visão de mundo de complexidade cada vez mais profunda sobre a Terra. (ROSZAK, 1995, p. 6-8, tradução da autora).

Reconhecendo a importância de ser fiel às origens da “Ecopsicologia”, Roszak (1995) aponta que a visão de uma relação harmoniosa com a natureza não é nova. O autor discute ainda que a necessidade de uma abordagem holística, que englobe diferentes aspectos do ser-humano, além do biológico e social, é uma necessidade urgente na luta contra a degradação ecológica, que se manifesta através de uma psique adoecida.

A seguir, exponho o porquê Roszak (1992) busca as fundamentações da “Ecopsicologia” na Psicologia como forma de apoiar sua teoria de que a junção da Ecologia com a Psicologia pode ser um caminho possível para uma mudança em direção a uma sociedade mais justa e saudável, tanto fisicamente quanto psicologicamente.

2.2 Os fundamentos e os princípios da “Ecopsicologia”

De acordo com Roszak (1995), seu livro *“Ecopsychology: Restoring the Earth, Healing the Mind”* é uma amostra do “pensamento sendo realizado por psicoterapeutas ambientalmente conscientes, e uma sugestão de técnicas que eles estão inovando [...]”, apontando para “uma necessidade urgente de se falar sobre a quantidade de raiva, negatividade e desgaste emocional que se vê no movimento ambiental” (ROSZAK, 1995, p. 3, tradução da autora).

“‘Ecopsicologia’ é o nome mais comumente usado para essa síntese emergente entre psicologia e ecologia” (ROSZAK, 1995, p. 4, tradução da autora) e, embora muitos outros nomes tenham sido sugeridos, “a suposição é a mesma: a *ecologia precisa da psicologia e a psicologia precisa da ecologia*” (ROSZAK, 1995, p. 5, tradução da autora). Ainda segundo o autor, “a ‘Ecopsicologia’ se preocupa com os fundamentos da natureza humana e seus comportamentos” - fundamentos da natureza no sentido de como se deu a construção da relação homem-natureza, e

seus comportamentos como os eventos e influências que fazem os seres humanos se comportarem de uma forma ou de outra frente ao meio ambiente (ROSZAK, 1995).

O campo da “Ecopsicologia” sugere que a relação do homem com a natureza afeta a psique assim como as relações intra-humanas imediatas afetam a psique humana, que são as relações trabalhadas e estudadas pelo campo da Psicologia.

A “Ecopsicologia” precede a suposição de que, em um nível profundo, a psique permanece simpaticamente conectada à Terra. [...] e que o movimento ambiental possui outros meios para recorrer além de chocar e envergonhar o público que deseja conquistar (ROSZAK, 1995, p. 5, 15, tradução da autora).

Segundo Roszak (1995, p. 16), a “Ecopsicologia” afirma a existência de uma “inteligência ecológica, profundamente enraizada na psique” que, acessada através do inconsciente ecológico, poderia restaurar a conexão do ser humano com a terra através de um senso de identidade compartilhada, resultando em sentimentos de reciprocidade e lealdade para com o meio ambiente (ROSZAK, 1995).

O autor, ao buscar fundamentar sua ideia de que a “Ecopsicologia” é um caminho importante em direção a uma sociedade ecologicamente e socialmente justa, apoia-se em diferentes conceitos, ideias e teorias da Psicologia. A seguir apresento como o autor se apropria de diferentes conceitos da área da Psicologia, bem como da importância desta área para entender a “Ecopsicologia” como um caminho possível na “cura” da relação homem-natureza.

2.2.1 Freud, Jung, Gestalt-Terapia e Reich

Nas fases iniciais de desenvolvimento, de acordo com o autor, a “Ecopsicologia” buscou “potencialidades que estavam esperando ser encontradas na Ecologia profunda e em escolas existentes da psicologia” (ROSZAK, 1995, p. 19, tradução da autora), entendendo que “não há ortodoxias na ‘Ecopsicologia’”. Ela é melhor abordada como um campo de investigação aberto e em desenvolvimento, onde muitas ideias e técnicas podem florescer” (ROSZAK, 1995, p. 20, tradução da autora).

Segundo o autor, a “Ecopsicologia” tem suas raízes em visões de mundo xamânicas que trabalham sob uma “reciprocidade ambiental” e humana,

fundamentada em diferentes visões e conceitos tanto de “ecologia profunda” quanto de escolas existentes da Psicologia. No que diz respeito à Psicologia clássica:

A ciência “pré-ecológica” dos dias de Freud preferiu limites claros e a particularidade atomística. Foi pressuposta na suposição de que a estrutura do universo simplesmente se “ordenou” por acidente no curso da eternidade. O ego que funciona com normalidade, era visto como um átomo isolado de consciência autorregulatória, que não possuía continuidade relacional com o mundo físico a sua volta. (ROSZAK, 1995, p.10, tradução da autora).

Ainda de acordo com o autor (1995, p. 11), a crença de Freud (1856-1939) de que o “‘mundo externo’ se inicia na superfície da pele humana, continua a passar como senso comum em todas as grandes escolas de psicologia moderna”. Assim, a influência do “pai da Psicanálise” para a contribuição de uma visão de que o externo não afeta o interno, e vice-versa, se sustenta na forma como são praticados os métodos psicoterapêuticos modernos nos quais, não raras vezes, os acompanhamentos são realizados com ênfase nas relações humanas imediatas, sem menção à relação com o meio ambiente. Ainda segundo Roszak (1995, p. 11, tradução da autora), “a ‘natureza’, de acordo com Freud, ‘é eternamente remota. Ela nos destrói - friamente, cruelmente e implacavelmente’”. Assim sendo, segundo o autor, as visões de Freud, que influenciam as abordagens psicoterapêuticas até hoje, contribuem para a manutenção de modos de ver o mundo que se sustentam no paradigma cartesiano-newtoniano⁶, isto é, visões que tomam natureza e ser humano como opostos e independentes, como se um não tivesse repercussão ou efeito sobre o outro.

De acordo com Roszak (1995), a “Ecopsicologia” defende que a visão de mundo sustentada no paradigma cartesiano-newtoniano é imprecisa, e apresenta a “Ecopsicologia” como “um esforço para recuperar a ‘mais que íntima ligação entre o ego e o mundo ao seu redor’” (ROSZAK, 1995, p. 12, tradução da autora). Roszak, apesar de admitir “as falhas” de Freud - que afirma que “o ‘mundo externo’ começa na superfície da pele” (1995, p. 11) -, reconhece-o como um dos maiores estudiosos

⁶ No período entre 1500 e 1700, sob a égide da filosofia de Descartes e da física de Newton, a percepção do mundo foi alterada profundamente, orientada pela metáfora dominante da era moderna de que “o mundo é uma máquina”, assim como o corpo humano. Tal pensamento influenciou o pensamento racionalista, onde razão-emoção se tornaram dicotômicas, na qual a razão passou a ser vista como única forma de alcançar o conhecimento verdadeiro. O paradigma cartesiano-newtoniano trouxe também uma dualidade para os aspectos sujeito-objeto que iniciou um processo de objetificação do mundo pela ciência, contribuindo para que a alienação do homem em relação ao ambiente se concretizasse (BÔLLA, 2019).

no que diz respeito à contribuição de teorias para a Psicoterapia moderna. E afirma, baseando-se em um trecho do livro “O mal estar da civilização”, de Freud, publicado em 1930, que, apesar de sua “rígida análise da vida interior”, o pai da Psicanálise finalmente “se sentiu compelido a admitir que nosso senso infantil de unidade com o mundo desempenha um importante papel na vida adulta” (ROSZAK, 1995, p. 16, tradução da autora). Ao discutir a dissolução do limite entre “eu” e “você”, ao se referir ao estado da paixão, Freud (apud ROSZAK, 1995, p.16, tradução da autora) afirma que:

O ego parece manter linhas de demarcações claras e nítidas. Tem apenas um estado - admitidamente um estado incomum, mas não um que pode ser estigmatizado como patológico - onde não faz isso. No auge da paixão o limite entre ego e objeto ameaça derreter. Ao contrário de toda a evidência dos sentidos, um homem que está apaixonado declara que “eu” e “você” são um, e está preparado para se comportar como se fosse tal.

Tendo como referências as ideias de Freud citadas acima, Roszak escreve sobre a possibilidade de, ao despertar um sentimento de amor do ser humano em relação à natureza, a relação homem-natureza se tornar uma relação de unicidade, reciprocidade, cumplicidade e lealdade, na qual uma nova “concepção de psique, ecologicamente baseada”, estaria disposta a admitir os “laços intrínsecos que existem entre nós e a biosfera, e tudo nela que nos sustenta à vida” (ROSZAK, 1995, p. 17, tradução da autora).

Roszak entende que Jung (1875-1961), discípulo de Freud, considerava o inconsciente psicológico como espaço de conteúdos reprimidos e esquecidos da natureza exclusivamente pessoal, e propôs o “inconsciente coletivo”, uma teoria “recheada de arquétipos e símbolos religiosos” que propõe traços que seriam comuns a todos os seres humanos (ROSZAK, 1995, p. 12, tradução da autora). Para Jung, de acordo com Roszak (1992), há uma camada do inconsciente que é pessoal, mas que ela repousa sobre outra camada profunda da psique, que não se refere exclusivamente à vivência pessoal do sujeito:

Esta camada mais profunda é o que chamamos de inconsciente coletivo. Eu optei pelo termo “coletivo” pelo fato de o inconsciente não ser de natureza individual, mas universal; isto é, contrariamente à psique pessoal ele possui conteúdos e modos de comportamento, os quais são ‘cum grano salis’ os mesmo em toda parte e em todos os indivíduos. Em outras palavras, são idênticos em todos os seres humanos, constituindo, portanto, um substrato psíquico comum de natureza psíquica suprapessoal que existe em cada indivíduo. (JUNG, 2000, p. 15).

Roszak baseia-se no “inconsciente coletivo” elaborado por Jung para propor um “inconsciente ecológico”, que estaria “no centro da psique como recurso para nos restaurar à harmonia ambiental” (ROSZAK, 1995, p. 14), e sustentaria informações e arquétipos relacionados à história ambiental humana (ROSZAK, 1992). Nesse sentido, a Psicologia Junguiana, considerada uma abordagem na qual a “Ecopsicologia” busca apoio, tem como conceitos importantes a ideia de “inconsciente coletivo”, “individualização” e “arquétipos”.

Assim, ao propor a teoria da existência de um “inconsciente ecológico”, que abrigaria um histórico ambiental capaz de restaurar a harmonia do ser humano com a natureza, Roszak admite que a ideia é especulativa, “não mais do que o inconsciente coletivo de Jung” (1995, p. 14, tradução da autora), e afirma que:

Na psicologia, teorias são melhores vistas como compromissos para entender as pessoas de certas formas. Quer alguém aceite ou rejeite o conceito de um inconsciente ecológico, a “Ecopsicologia”, como um campo de investigação, se compromete em entender as pessoas como atores em um palco planetário na qual moldam e são moldados pelo sistema biosférico. (ROSZAK, 1995, p. 14-15, tradução da autora).

Meredith Sabini, em seu livro *“The Earth has a soul: C. G. Jung on Nature, Technology & Modern Life”* (2016), compila pensamentos do psicólogo sobre a natureza, tecnologias e vida moderna a partir de discursos, textos, livros e seminários publicados, no qual critica a cultura dissociada da natureza e aconselha uma vida modesta e próxima à natureza para o bem da saúde humana.

Jung (apud SABINI, 2016, p. 1), demonstra preocupações com a perda da conexão do ser humano com a natureza, e discute que a vida natural é o “solo nutritivo da alma”, tendo ressaltado em diversos escritos a necessidade do ser humano encontrar-se com a natureza que habita seu ser, de modo a reconstruir a antiga conexão homem-natureza presente em diversas comunidades tradicionais nos dias de hoje. Segundo Duarte (2017), as obras de Jung têm um caráter ecológico que pode ser percebido por meio de citações que faz sobre a natureza e uso constante de observações naturais para fundamentar tendências psicológicas.

No que tange à influência de outras abordagens da Psicologia sobre a “Ecopsicologia”, a “Gestalt-terapia” também contribui significativamente para o arcabouço epistemológico presente na “Ecopsicologia”. Criada na Europa, no início do século XX, postula a necessidade de compreender o ser humano em sua totalidade (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2001). A partir da “Psicologia de Gestalt”,

a “Gestalt-Terapia”, desenvolvida por Frederick Perls (1893-1970), psiquiatra e psicoterapeuta alemão, trabalha com descobertas de sua antecessora, ao incorporar também contribuições de outras abordagens da Psicologia, como as de Freud e Reich (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997).

Segundo Ribeiro (1994, p. 17), a “Gestalt-Terapia” propõe que o indivíduo seja percebido na sua totalidade no processo terapêutico:

A abordagem gestáltica é essencialmente realística e integrativa, enquanto considera o lado escuro e regressivo do ser humano, bem como seu natural impulso para a saúde, felicidade e auto-atualização. [...] A Gestalt deseja que a pessoa se torne ela mesma o quanto possível, pois gostamos e procuramos profundamente a sensação de completeza, de plenitude, de unicidade.

Por isso, Roszak (1992, p. 275) diz considerar que a síntese que a “Gestalt-Terapia” faz de outras teorias faz dela “uma entre as formas modernas de introspecção mais ricas”. A “Gestalt-Terapia”, segundo Roszak (1992, p. 275), “compreende o homem como uma totalidade integrada ao ambiente em que vive e com o qual possui uma relação de interdependência, de forma tal que pessoa-mundo constitui uma unidade de sentido”.

Finalmente, outra abordagem que influencia os estudos da “Ecopsicologia” e também escritos de seu precursor, Roszak, se relaciona a “Psicologia Corporal”, que abrange abordagens surgidas a partir do trabalho de Wilhelm Reich (1897-1957). A partir de seus estudos, de acordo com Trotta (2000), Reich procurou pesquisar o papel da neurose a partir do desenvolvimento humano, e desenvolveu um modelo teórico e terapêutico que integra corpo, energia e mente, chamado de “Organoterapia”. Reich postula que corpo e mente funcionam de forma dinâmica e integrada e, portanto, adoecem concomitantemente (TROTТА, 2000). De acordo com as pesquisas de Reich, a partir da “Psicologia Corporal”, Alexander Lowen, discípulo de Reich e criador da “Análise Bioenergética”⁷, avalia a relação humana com a natureza no entendimento da saúde humana. Ao criticar a destruição da natureza, Lowen (1982, p. 289) associa essa destruição à “falta de equilíbrio das pessoas com o próprio corpo, ao ignorar sinais e sintomas do corpo quando apresenta alguma demanda”. Sobre a falta de sensibilidade do sujeito em relação ao próprio corpo, Lowen (1982, p. 272) afirma que “[...] não é difícil de ver que a função

⁷ Segundo Lowen (1982, p. 38), “técnica terapêutica que ajuda o indivíduo a reencontrar-se com seu corpo, e a tirar o mais alto grau de proveito possível da vida que há nele”, consiste em ajudar o sujeito a retomar sua abertura à vida e ao amor.

da consciência depende do grau de vivacidade da pessoa, estando diretamente relacionada à saúde emocional”, apontando, assim, a importância da manutenção da saúde integral do ser humano, hoje esgotada por diversos fatores intimamente conectados com a exploração do meio ambiente e dos indivíduos.

Roszak (1992) cita o pensamento de Reich ao concordar com diversas ideias desenvolvidas pelo médico austríaco, como a “courage muscular”, entendida como bloqueio da energia vital relacionado a um ou mais traumas (TROTTA, 2000), a origem social das neuroses e suas implicações sociais e políticas.

A “Ecopsicologia” e a “Psicologia Corporal”, embora com fundamentos teóricos e práticas bastantes distintas, de acordo com Roszak (1992), possuem como objetivo comum o desenvolvimento de seres humanos capazes de perceber e respeitar a natureza interna e externa. Desse modo, Roszak (1992), que discorre sobre a desconexão das pessoas com a natureza como sinal de alienação, encontra sustentação em Lowen (1982, p. 58), o qual também aponta para a alienação daqueles que não possuem pertencimento ao universo:

Acredito que a energia do nosso corpo está em contato e interage com a energia do mundo e universo que nos envolve. Nós não somos um fenômeno isolado. Entretanto, nem todos sentem essa conexão e contato. Minha impressão sobre as pessoas é a de que um indivíduo isolado, alienado e fora de vontade vive como se não tivesse alma, de forma diferente daqueles indivíduos que se sentem parte de algo maior que eles próprios.

Marcella Danon (2006), ecopsicóloga italiana, cita a abordagem Reichiana na compreensão mais ampla do ser humano e da saúde, que, segundo a autora, ocorre através da valorização da relação entre corpo e mente. Danon (2006, p. 124) afirma que “a atenção ao corpo e suas energias leva a uma sensibilidade e consideração diferentes em relação ao corpo da Terra”, enfatizando que, ao assumir a identidade do corpo, o sujeito possibilita o reconhecimento do ser como parte do mundo e passa a compreender que o ser humano é um ser natural, dependente dos processos ecológicos para viver, com necessidades e ritmos naturais que necessitam ser respeitados, de forma a reafirmar e curar o vínculo do ser humano com a natureza. A visão da autora também aponta para a importância de rejeitar a dualidade corpo-mente, advinda da visão cartesiana-newtoniana.

Roszak, ao desenhar um arcabouço teórico que buscasse apresentar os pressupostos, princípios e ideias da “Ecopsicologia” no que tange a abordagens da área da Psicologia, buscou em Freud, Jung, Gestalt-Terapia e Reich conceitos,

teorias, abordagens e percepções sobre o ser humano que integram o sujeito em sua totalidade, interligando o meio ambiente ao ser humano e sua saúde psicológica e física, de forma que o ser humano seja entendido como parte integral do meio ambiente. Dessa forma, a saúde do ser humano, seja ela psicológica ou física, é vista como intrinsecamente conectada à saúde do planeta, no qual ações diárias para com o meio ambiente fazem parte de manifestações psicológicas, transformadas em ações, que revelam os efeitos da separação do homem com a natureza no psicológico humano.

A “Ecopsicologia” busca, em teorias e conceitos da Psicologia, bases para sua fundamentação enquanto área de investigação emergente. Da mesma forma, Roszak (1992) se volta ao campo da Ecologia como forma de aprofundar a importância de se considerar o ser-humano como “parte orgânica do todo”. A seguir esclareço de que forma a “Ecologia Profunda” é usada pelo autor para auxiliar a “Ecopsicologia” no entendimento do ser humano como um ser holístico.

2.2.2 Ecologia Profunda

A “Ecologia Profunda”, desenvolvida no início da década de 1970 pelo filósofo Arne Naess, foi elaborada, de acordo com o autor, como sustentação filosófica contrária à “ecologia rasa” de Fritjof Capra (1997), na qual se voltou ao esgotamento dos recursos naturais como preocupação com as consequências que podem acarretar à saúde física e à qualidade de vida dos humanos (NAESS, 2007). Braun (2005, p. 33) afirma que “a Ecologia Profunda considera os indivíduos como parte orgânica do todo, cuja visão está além da puramente materialista, englobando a questão vibracional da espiritualidade [...]”, na qual a percepção espiritual, segundo Capra (1997, p. 26) “é entendida como o modo de consciência no qual o indivíduo tem uma sensação de pertinência, de conexidade, com o cosmos como um todo, tornando-se claro que a percepção ecológica é espiritual na sua essência mais profunda”.

Vários princípios orientam a Ecologia Profunda de Naess (2007), como a imagem relacional do ser humano com o meio ambiente, “a igualdade biosférica”, a “diversidade” e a “simbiose”, o combate à contaminação e ao esgotamento dos recursos naturais com ética, a complexidade e a autonomia local e a

descentralização dos processos de produção materiais e mentais. Para Braun (2005), o princípio da “igualdade biosférica” afirma o direito à igualdade com que todos os elementos da biosfera possuem de viver e se desenvolver plenamente para alcançar sua própria forma individual dentro do processo evolutivo. Naess (2007) sustenta que a partir da “igualdade biosférica”, a “Ecologia Profunda” defende o respeito por todas as formas de vida e o reconhecimento de viver, em sua maior capacidade de plenitude, inerente a todos os seres vivos do planeta. Desse modo, a característica central da “Ecologia Profunda” está ligada a valores fundamentados em pensamentos ecocêntricos, ao contrário do antropocentrismo vigente. A visão de mundo apresentada pela “Ecologia Profunda” objetiva um modo de vida guiado pela harmonia com a natureza, equidade das espécies, simplicidade, descentralização da produção e visão da ciência não como conhecimento dominante.

Desse modo, segundo Macy e Brown (2004, p. 69):

[...] a ecologia profunda não é nem uma ideologia, nem um dogma. De caráter essencialmente exploratório, procura motivar as pessoas a fazer, como diz Naess, “perguntas mais profundas” sobre suas verdadeiras necessidades e desejos, sobre sua relação com a vida na Terra e sua visão para o futuro.

Assim, a “Ecologia Profunda” concebe os seres vivos como parte de uma grande teia, interconectada e interdependente, na qual o ser humano é concebido como um fio e não uma espécie principal. Nesse sentido, segundo Roszak (1995), através das ideias de Paul Shepard (*Nature and Madness*, 1982) sobre um “eu com limites permeáveis” que “entra em contato com o mundo em vez de excluí-lo”, a maioria dos ecopsicólogos “recorrem, de uma maneira ou de outra, à evocativa, embora altamente controversa, hipótese Gaia⁸” (ROSZAK, 1995, p. 13, tradução da autora). O autor diz que

em seus esforços para dignificar as “zonas macias” (“*soft zones*”) da psique, como um novo padrão de sanidade, alguns estudiosos da “Ecologia Profunda” viram na “Hipótese Gaia” uma “declaração convincente das conexões vitais de todas as criaturas vivas (ROSZAK, 1995, p. 13, tradução da autora).

⁸ Desenvolvida pelo bioquímico James Lovelock e a microbiologista Lynn Margulis, a Hipótese Gaia foi desenvolvida como uma teoria explanatória para a homeostase a longo prazo da atmosfera planetária. Ambos postularam que “a biota, os oceanos, a atmosfera e os solos são um sistema autorregulatório que possui um papel ativo na preservação das condições que garantem a sobrevivência da vida na Terra” (ROSZAK, 1995, p. 13, tradução da autora). O nome dado à hipótese se refere à antiga deusa Grega Mãe-Terra.

No entanto, segundo Roszak, enquanto outros estudiosos da “Ecologia Profunda” expressaram preocupações com “a perspectiva global da Hipótese (Gaia), a imagem da terra como um superorganismo único a deriva no espaço”, outros encontram nela a base para uma “ética biocêntrica quase mística” (ROSZAK, 1995, p. 13, tradução da autora). Consciente das implicações de tal teoria, Roszak, afirma que “não é necessário ir tão longe”:

Gaia, tomada simplesmente como uma imagem dramática de uma interdependência ecológica [...] seria o suficiente para reverter a visão de mundo científica e toda a psicologia baseada nela. [...] Mais hipoteticamente, nós temos a possibilidade de que a biosfera autorregulatória “fala” através do inconsciente humano, fazendo sua voz ouvida até na moderna estrutura da cultura humana urbana. (ROSZAK, 1995, p. 14, tradução da autora).

Ao sugerir que os seres humanos seriam emocionalmente ligados à terra, Roszak (1995) apresenta diversos conceitos sobre como essa ligação ocorre utilizando-se de ideias e conceitos de autores da Psicologia, como Jung e Freud, da Gestalt-Terapia e da Psicologia Reichiana, como já apontado, e também da “Ecologia Profunda”, e afirma que pessoas “moldam e são moldadas” pelo meio ambiente, em toda sua complexidade, não apenas através de suas ações diárias, mas também do subconsciente e do psicológico.

Mais do que buscar fundamentações para sua teoria, Roszak (1992) procurou apresentar como os conceitos das diferentes áreas trabalham juntos para nortear a aplicação prática e teórica da “Ecopsicologia” através de oito princípios, os quais são apresentados a seguir.

Roszak (1992, p. 320, tradução da autora), em seu livro “*The Voice of the Earth*” (A voz da Terra), apresenta oito princípios que servem como um guia para entender os pressupostos da “Ecopsicologia” e da sua busca por compreender o ser humano como um todo, no qual a lista de princípios foi formulada, segundo o autor, na esperança de guiar “o quão profundo essa compreensão deve ir para ouvir o Eu que fala sobre o eu”.

O primeiro princípio discute a existência de um “inconsciente ecológico” comum a todos os seres humanos, na qual sua repressão seria a raiz de todos os problemas:

1. O núcleo da mente é o “inconsciente ecológico”. Para a “Ecopsicologia”, a repressão do inconsciente ecológico é a raiz mais profunda da loucura conspiratória na sociedade industrial; abrir acesso ao inconsciente ecológico é o caminho para a sanidade (ROSZAK, 1992, p. 320, tradução da autora).

A partir de Jung (2000), que propõe a existência de um “inconsciente coletivo” no qual contém memórias da vivência da humanidade, Roszak (1992) defende que os seres humanos possuem também um registro da evolução natural da vida na Terra, na qual memórias das condições ecológicas dos primórdios do planeta permeia o inconsciente. Jung, de acordo com Roszak, ao descrever o inconsciente coletivo, o faz enquanto um “armazém cultural” e “exclusivamente humano” (ROSZAK, 1992, p. 302, tradução da autora), enquanto Roszak propõe o “inconsciente ecológico” como a experiência humana em comum com a natureza.

O segundo princípio de Roszak discute a ideia de que os conteúdos do “inconsciente ecológico”, como seria o “inconsciente coletivo” para Jung (2000), representam a “gravura” de nossa história evolutiva:

2. Os conteúdos do “inconsciente ecológico” representam, em algum grau, em algum nível, o registro vivo da evolução cósmica em nossa mente, remontando às condições iniciais na história do tempo. Estudos contemporâneos sobre o complexo ordenamento da natureza nos contam que a vida e a mente emergem desta história evolutiva como um sistema culminante natural dentro da sequência em que desabrocharam os sistemas físico, biológico, mental e cultural a que nós chamamos “o universo”. “Ecopsicologia” apoia-se nesses achados da nova cosmologia, lutando para fazê-los reais à experiência (ROSZAK, 1992, p. 320, tradução da autora).

Como hipótese, o “inconsciente ecológico” proposto por Roszak (1992, p. 319) é “ser utilizado como um recurso para restaurar a harmonia ambiental”, na qual evidenciar a existência de uma conexão psíquica profunda e permanente com a Terra pressupõe o desenvolvimento de novos critérios de saúde mental, que podem, assim, contribuir para outros caminhos legais e políticos. Sobre a repressão do “inconsciente ecológico”, Roszak (1995), afirma que essa repressão leva à alienação dos seres humanos em relação à natureza. Nesse sentido, Carvalho (2013, p. 24) afirma que “no inconsciente ecológico reside a sabedoria integrativa que permitiu que tantas culturas [...] tenham experimentado por milênios modos de vida de baixo impacto ambiental”. Dessa forma, essa repressão apontada por Roszak como a causa da alienação entre humano e natureza é resultado de uma cultura dominante construída a partir da objetificação da natureza, que enaltece visões de mundo fragmentadas e contribui para a falta da compreensão da complexidade ambiental.

De acordo com Freud (apud CARVALHO, 2013), a repressão se refere à exclusão de um ou mais conteúdos da consciência, fazendo com que o sujeito não se recorde daquele conteúdo, que ficará registrado em outros campos do

psicológico. Segundo Carvalho (2013), a repressão do vínculo dos seres humanos com a natureza tem seu interesse na sociedade que busca o lucro, uma vez que este é obtido por meio da exploração da natureza e de pessoas. Bock, Furtado e Teixeira (2001) afirmam que a repressão ocorre no processo de socialização da pessoa, na qual regras e normas sociais, que se contrapõem ao conteúdo reprimido na consciência, são internalizados. Sobre esta repressão, Roszak (1992) apresenta o terceiro princípio, explicitado a seguir:

3. Assim como tem sido a meta de terapias anteriores recuperar os conteúdos reprimidos do inconsciente, o objetivo da “Ecopsicologia” é despertar o sentido inerente de reciprocidade ambiental que se encontra adormecido no inconsciente ecológico. Outras terapias procuram curar a alienação entre pessoa e pessoa, pessoa e da família, pessoa e da sociedade. (ROSZAK, 1992, p. 320, tradução da autora).

Como forma de propor maneiras de tratar essa repressão apontada por Roszak (1992), a “Ecopsicologia” busca prevenir tal repressão ainda na infância, como pode ser observado no quarto princípio:

4. Para a “Ecopsicologia”, como para outras terapias, a fase crucial do desenvolvimento é a vida da criança. O inconsciente ecológico é regenerado, como se fosse um presente, no senso de encantamento com o mundo de cada criança que nasce. A “Ecopsicologia” procura recuperar a qualidade animística inata da experiência infantil em adultos funcionalmente “sãos”. Para fazer isso, ela se volta a muitas fontes, entre as quais as técnicas tradicionais de cura de povos centrados na terra, misticismo da natureza como expresso na religião e na arte, a experiência em ambientes selvagem, os insights da Ecologia Profunda. [A “Ecopsicologia”] adapta esses ao objetivo de criar o ego ecológico (ROSZAK, 1992, p. 320-321, tradução da autora).

O “animismo”, para Roszak (1992, p. 297), se refere à qualidade da criança em perceber o ambiente como espaço vivo, vital, detentor de consciência e inteligência, no qual o autor afirma que as crianças “cumprimentam a vida, e especialmente o mundo natural ao seu redor, com uma reação animista. O ambiente é vivo e pessoal para elas. Tem uma voz. Na lucidez de sua experiência, algo da antiga visão sacramental da natureza renasce”.

Barrows (1995), um dos colaboradores de Roszak, discorre sobre o entusiasmo de crianças com histórias ambientadas na natureza como uma evidência de um “ego ecológico”, evidenciando seu vínculo com a natureza. Sobre o “ego ecológico”, Roszak apresenta o quinto princípio:

5. O ego ecológico amadurece em direção a um senso de responsabilidade ética para com o planeta que é experienciado vividamente como nossa responsabilidade ética para com outras pessoas. Destina-se a tecer essa

responsabilidade no tecido das relações sociais e no âmbito das decisões políticas (ROSZAK, 1992, p. 321, tradução da autora).

De acordo com Roszak (1992), o “ego ecológico” é compreendido como um modo de ser, pensar e agir coerente com ações sustentáveis, nutrindo-se de relacionamentos participativos e cooperativos. Carvalho (2013) afirma que o “ego ecológico” é contrário ao individualismo, que pode ser associado à alienação resultante da repressão do “inconsciente ecológico”, contrapondo-se às formas de crescimento e às estruturas de grande escala que buscam crescimento ininterrupto em detrimento do meio ambiente.

Anita Barrows, também colaboradora de Roszak em seu livro *“Ecopsychology: restoring the earth, healing the mind”* (1995), aponta para a existência do “ego ecológico” quando afirma o prazer de bebês e crianças ao entrarem em contato com a água, com a grama, e ao ficarem fascinadas por contos ambientados na natureza, e propõe que o desenvolvimento do “ego ecológico” amplia a visão e o sentimento do ser humano como não apenas ligado à família, como também ao meio ambiente e a todos os seres vivos. Sobre o resgate da conexão com a natureza, assim como o desenvolvimento do “ego ecológico”, Roszak apresenta o sexto princípio:

6. Entre os projetos terapêuticos mais importantes para a “Ecopsicologia” está a reavaliação de certos traços de caráter compulsivamente “masculinos” que permeia nossas estruturas de poder político e que nos impulsionam para dominar a natureza como se fosse um reino estranho a nós e sem direitos. A este respeito, a “Ecopsicologia” apoia-se significativamente em alguns (não todos) dos insights do Ecofeminismo e da Espiritualidade Feminista, com vistas a desmistificar os estereótipos sexuais (ROSZAK, 1992, p. 321, tradução da autora).

Sobre o caráter “masculino” que permeia nossa sociedade, Roszak (1992) afirma que se refere à agressividade, dominância e subjugação com que a sociedade age em relação ao meio ambiente, uma relação que se estende sobre o controle dos corpos e vidas femininas, para subjugar, controlar e dominar processos naturais. Nesse sentido, o Ecofeminismo afirma que o problema não é o antropocentrismo em si, mas, sim, o androcentrismo, no qual traços masculinos são enaltecidos na sociedade como poderosos e eficientes, apoiados em uma construção histórica marcada pela visão de que a natureza é obrigada a servir, ser explorada e reduzida de forma a se extrair dela “todos os seus segredos” (ROSZAK, 1992).

A partir da reavaliação dos traços masculinos exibidos e fixados de uma sociedade dominante, Roszak (1992) discorre no sétimo princípio sobre modos de agir e ser em direção a uma sociedade sustentável e respeitosa, em todas suas relações, seja homem-natureza ou homem-homem:

7. Tudo o que contribui para formas sociais de pequena escala e de empoderamento pessoal alimenta o ego ecológico. O que quer que se esforce por dominação em larga escala e a supressão do valor do ser humano, enfraquece o ego ecológico. A “Ecopsicologia”, portanto, questiona profundamente a sanidade da nossa cultura urbano-industrial centrada na valorização do gigantismo e no crescimento sem fim, seja capitalista ou coletivista na sua organização. Porém, o faz sem rejeitar a genialidade tecnológica de nossa espécie ou medidas para melhoria do viver oriundos do poder industrial. A “Ecopsicologia” é *pós-industrial* e não *anti-industrial* em sua orientação social (ROSZAK, 1992, p. 321, tradução da autora).

De acordo com Brown (1995), a próxima revolução será baseada no afastamento de combustíveis fósseis e, ao contrário da revolução industrial que se ergueu a partir do uso desse tipo de combustível, será buscado o uso de tecnologias que auxilie a reestruturar a economia global, uma economia que não destrua seu sistema natural de suporte. Em suma, no sétimo princípio da “Ecopsicologia”, Roszak (1992) evidencia a busca de implicações sociais e políticas por meio da alteração do princípio econômico pautado no crescimento desenfreado em nome do “desenvolvimento”. Carvalho (2013, p. 34) discute a importância de valorizar pessoas frente a economia que, em sua hegemonia atual, explora humanos e natureza: “a valorização da pessoa põe em xeque um sistema no qual os seres humanos são vistos como partes de uma grande máquina de produção de bens, cuja história remonta ao início da industrialização”.

Dessa forma, Roszak (1992) finaliza a apresentação dos princípios ao defender, no princípio 8, a “Ecopsicologia” como caminho para o bem-estar do humano e do planeta, evidenciando a interdependência desse bem-estar para a saúde da sociedade como um todo:

8. A “Ecopsicologia” sustenta que há uma interação sinérgica entre o bem-estar planetário e o bem-estar pessoal. O termo “sinergia” é escolhido deliberadamente por sua conotação teológica tradicional, que ensinava que o humano e o divino são cooperativamente ligados na busca pela salvação. A tradução contemporânea ecológica do termo pode ser: as necessidades do planeta são as necessidades da pessoa, os direitos da pessoa são os direitos do planeta (ROSZAK, 1992, p. 321, tradução da autora).

Segundo Carvalho (2013), é necessário que a economia se alinhe às necessidades humanas, não no sentido de desejos de consumo, mas de bem-estar

social e modos de viver dignos que valorizem a saúde psicológica e física, para que uma mudança ocorra no paradigma hegemônico. O reconhecimento de que a saúde do ser humano, em todos seus aspectos, está intimamente relacionada ao bem-estar do meio ambiente é um dos pontos frequentemente defendidos por Roszak (1992), que buscou conceitos e teorias que apoiam sua proposição em diferentes abordagens da Psicologia, e sustentou que não podemos falar de meio ambiente saudável, ou buscá-lo, sem que levar em consideração o psicológico humano, de forma a entender ações, pensamentos e anseios em uma construção histórica na qual o meio ambiente se tornou espaço de exploração e dominação.

No próximo item busco apresentar as diferenças e particularidades da “Ecopsicologia”, “Psicologia Ambiental” e “Psicologia Ecológica”, bem como as diferentes visões sobre ambiente que cada uma apresenta, de modo a identificar como cada área vê e propõe trabalhar a relação homem-natureza.

2.2.3 “Ecopsicologia”, “Psicologia Ambiental” e “Psicologia Ecológica”

Embora a “Ecopsicologia” tenha, no passado, sido considerada uma subdisciplina da “Psicologia Ambiental”, Roszak (1992) a define como área independente. Doherty (2011), que apresenta as áreas da “Ecopsicologia”, “Psicologia Ambiental” e “Psicologia Ecológica” como “psicologias ambientalmente focadas”, diz que os diferentes pontos de vista dessas áreas podem oferecer diferentes contextos que envolvam a questão ambiental, na qual, apesar de suas diferenças, podem se complementar.

A “Ecopsicologia” como área emergente da Psicologia, busca a interlocução entre Psicologia e Ecologia de forma que a distância entre ser humano e meio ambiente possa ser diminuída. Segundo Carvalho (2013, p. 16), a “Ecopsicologia” busca que “a Psicologia como um todo se torne uma Psicologia para a sustentabilidade, e que uma revisão conceitual em suas diversas vertentes amplie o entendimento e reconheça a indissociabilidade entre as pessoas e o planeta”, assim, seu foco é o ambiente natural, possuindo uma aspiração maior do que uma Psicologia da Sustentabilidade. Hibbard (2003) afirma que para saber se um conhecimento é ou não ecopsicológico deve-se recorrer à definição de Roszak e verificar se está de acordo com um ou ambos de seus propósitos: “ecologizar a

Psicologia e psicologizar a Ecologia”, na qual, segundo o autor, se não ocorrer, não se trata da “Ecopsicologia”. Roszak (1992) salienta que a própria Psicologia precisa reconhecer a relação entre destruição do meio ambiente e atos cotidianos, para que a disfuncionalidade destas atitudes não permaneça à margem da discussão acerca da saúde do ser humano e do planeta.

A “Ecopsicologia”, a “Psicologia Ambiental” e a “Psicologia Ecológica”, cada qual com sua nomenclatura própria, utilizam o conhecimento psicológico para abordar as relações entre o meio ambiente e o ser humano com enfoques diferentes, e apresentam também concepções de meio ambiente distintas. Essas diferentes “Psicologias” que abordam, de uma maneira ou de outra, o meio ambiente, têm suas definições apresentadas de maneira diferente em países anglo-americanos e germânicos. De acordo com Carneiro e Bindé (1997, p. 365):

As denominações Psicologia Ecológica ou “Ecopsicologia” utilizadas nos países de idioma germânico, correspondem ao que na esfera anglo-americana é designado como Psicologia Ambiental (do inglês Environmental Psychology). No âmbito anglo-americano (visto globalmente), a Psicologia Ecológica se caracteriza como aqueles trabalhos que são relacionados e orientados quase que exclusivamente à escola barkeriana. Já nos países de idioma tudesco a terminologia Psicologia Ambiental, se refere a todos os esforços da Psicologia como um todo, em relação aos grandes problemas ambientais de nosso tempo.

A “Psicologia Ambiental” surgiu por volta dos anos 1950 focada em contribuir para a demanda de conhecimentos acerca das relações entre o comportamento humano e os ambientes socio-físicos (CARVALHO, 2013), tendo sua origem na interdisciplinaridade entre Psicologia e três grandes disciplinas com as quais interagem, sendo elas: 1) Arquitetura e Planejamento Urbano; 2) Geografia e 3) Ciências Biológicas e Ecológicas (PINHEIRO, 1997). Apesar do adjetivo “ambiental” nessa área, a “Psicologia Ambiental” tem seu foco no estudo de ambientes construídos, sendo sua primeira tendência originada no interesse pela relação de espaços edificados sobre o comportamento humano, sendo a área voltada à Psicologia e meio ambiente mais praticada no Brasil (PINHEIRO, 1997).

Segundo Pinheiro (1997), essa tendência, que têm como foco o estudo do comportamento humano em ambientes edificados, teve como grandes influenciadores autores como Robert Sommer, Kevin Lynch e Terence Lee. A segunda tendência da área é a que se originou com foco na Geografia, sendo o geógrafo Yi Fu Tuan um dos grandes influenciadores desta tendência que considera

fatores socioculturais na configuração do comportamento espacial humano, incluindo a percepção ambiental na correlação dinâmica entre ambiente e pessoa no território (PINHEIRO, 1997).

Já a terceira tendência, se configura na interface entre Psicologia e áreas das Ciências Biológicas e Ecológicas, abordando o papel do ser humano em torno dos problemas ambientais atuais. Esta tendência entende que a percepção ambiental, nela definida de modo abrangente, é um fenômeno psicossocial, no qual processos cognitivos e afetivos estão envolvidos na representação do ambiente pelo ser humano, ambos na esfera individual e coletiva (PINHEIRO, 1997). Segundo Gonçalves (2007), alguns dos conceitos-chave nesta área da Psicologia são: 1) o sentimento de pertencimento (identificação das pessoas com ambientes e do sentimento de pertencimento que surge em relação àquele ambiente) e 2) a apropriação do espaço, processo que se desenvolve a partir do primeiro.

A área da “Psicologia Ecológica” tem como pioneiro Roger G. Baker, que definiu e desenvolveu a “Psicologia Ecológica” com objetivo de construir uma articulação teórica dos acontecimentos da vida diária (BARKER, 1968; BARKER; SCHOGGEN, 1973; BARKER; WRIGHT, 1954). Segundo Pinheiro (1997), a “Psicologia Ecológica”, elaborada por Baker, é uma das vertentes formadoras mais importantes da “Psicologia Ambiental”. Segundo Carneiro e Bindé (1997, p. 3), em sua fase de desenvolvimento, “Barker foi muito influenciado por sua esposa Louise, bióloga”, tendo buscado descrever a organização dos acontecimentos da vida diária do ponto de vista ecológico. A “Psicologia Ecológica” recebe críticas por sua orientação behaviorista, conferindo pouca atenção às características psicológicas dos acontecimentos. Segundo Carneiro e Bindé (1997), Barker e seus associados buscaram observar crianças durante o dia, onde seus comportamentos foram descritos em “linguagem comum”. Ainda segundo os autores (CARNEIRO; BINDÉ, p. 3), a partir das observações, Barker e seus associados concluíram que o comportamento de crianças

[...] não poderiam ser gerados somente a partir de suas necessidades individuais e metas correspondentes, como geralmente é aceito pela Psicologia, mas que a ação parecia ser influenciada, essencialmente, pelos contextos espaciais nos quais as crianças correspondentemente se encontravam.

Assim, Baker e seus associados desenvolveram o termo *behavior setting* para denominar os diferentes comportamentos que poderiam surgir de diferentes ambientes (CARNEIRO; BINDÉ, 1997).

Doherty (2011) indica que a “Ecopsicologia” pode ser diferenciada de outras áreas que relacionam Psicologia e ambiente pelo seu foco nos aspectos holísticos, existenciais e subjetivos da conexão entre ser humano e natureza, cujo foco pode ser visto como uma cosmovisão e um movimento ambiental que reconhecem a sinergia entre o bem-estar humano, a saúde mental e a saúde ambiental. No que tange à “Psicologia Ambiental”, esta pode ser compreendida como subdisciplina ou especialidade da Psicologia, na qual a pesquisa e a prática são voltadas para a relação humana com os ambientes construídos e naturais e para a pesquisa (DOHERTY, 2011). Dentre as diversas áreas que interligam meio ambiente e Psicologia, a “Ecopsicologia” possui maior compatibilidade com a Psicologia Ambiental e a área da Saúde Ambiental (DOHERTY, 2011).

A “Ecopsicologia” é importante para a sensibilização das pessoas acerca de problemas que vão além do bem-estar individual, para que também incluam os outros e o mundo, de forma a despertar senso de justiça, apreciação da beleza do mundo, responsabilidade, compromisso pessoal e parceria (DANON, 2006). Nesse sentido, “a ‘Ecopsicologia’ convida a prática terapêutica a expandir seu foco além da paisagem interior, a explorar e gerar o desenvolvimento da comunidade, a entrar em contato com a Terra e com o espaço, e com a identidade ecológica” (MACY; BROWN, 2004, p. 71). Dessa forma, ainda de acordo com Danon (2006), a “Ecopsicologia”, no campo educacional, leva estudantes à reflexão sobre diferentes visões de mundo e de ser humano, concentrando a atenção no aspecto emocional, para que assim seja desperta uma sensibilidade “entorpecida” pelos estímulos da vida moderna, possibilitando que as emoções emergam a partir de um encontro autêntico com a natureza (DANON, 2006). A “Ecopsicologia” se espelha na Educação Ambiental, pois visa a reconexão do homem com a natureza, na busca por despertar sentimentos de amor em relação ao meio ambiente, que leve as pessoas a uma cidadania responsável (DANON, 2006).

Mas, como se formaram as visões de mundo, ser humano e natureza que conhecemos hoje? Na seção a seguir busco apresentar como diferentes momentos da história influenciam, ainda hoje, uma visão de natureza que enaltece o homem

como centro do mundo e a natureza como um objeto a ser dominado, esgotado e explorado. A partir da história do movimento ambientalista será possível entender a problemática ambiental não só através da urgência da questão ambiental, mas também da urgência da questão social, e de que forma isso modificou a forma como vemos a relação homem-natureza.

3 DAS PREOCUPAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE À CONSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA

Assim como Roszak discute que a ideia de uma relação harmoniosa e a busca por cura na conexão homem-natureza não é nova, Matos (2009) discute que a preocupação com a natureza faz parte dos questionamentos humanos desde a antiguidade, na qual diferentes culturas da antiguidade construíram reflexões filosóficas acerca dessa questão. Segundo Loureiro (2006), a natureza enquanto conceito presente na ação humana permeia no ocidente discussões filosóficas desde os pré-socráticos.

Então, nesta seção, apresento a trajetória histórica que expõe de que forma diferentes eventos e ações ao longo da história contribuíram para o surgimento do movimento ambientalista, e como a relação do ser-humano com a natureza se modificou através da história. Assim, diferentes concepções de natureza que se construíram desde a antiguidade, a partir da relação do homem com a natureza, formam a base na qual se assentam as atuais concepções de meio ambiente e que levaram o movimento ambientalista a mobilizar a sociedade ocidental sobre questões ecológicas e sociais urgentes (MATOS, 2009).

A história do movimento ambientalista pode ser bem compreendida ao se analisar o modo como a sociedade construiu, e ainda constrói, o conceito de natureza, que se caracteriza como uma espécie de deslocamento do homem em relação à natureza (GONÇALVES, 2006). Nesse sentido, Carvalho (2012) afirma que o ideário ambiental é marcado pela tensão entre o repúdio e o enaltecimento da natureza, na qual diferentes visões da natureza se formam e se intercalam, ao passo que a sociedade se molda a diferentes descobertas e períodos decisivos. De acordo com a autora, duas visões principais da natureza se fizeram ao longo da história, visões estas que possuem influência até os dias atuais, sendo elas a visão da natureza como domínio do selvagem e a visão da natureza como “boa e bela”. A primeira visão, ainda segundo a autora, foi estabelecida sob a crença de que o progresso humano poderia ser medido através de sua capacidade de domínio sobre o mundo natural, de maneira que tal visão situa o ser humano como centro do universo e é denominada antropocêntrica. Esta visão se concretizou na medida em que o processo civilizatório moderno avançava a partir do século XV, em que a ideia

de civilidade e cultura se construiu como oposta à esfera associada à natureza e ao selvagem, e o controle sobre os processos naturais se associava cada vez mais com o culto e civilizado: “terra boa e bonita [...] era sinônimo de terra cultivada” (CARVALHO, 2012, p. 75).

A visão antropocêntrica é derivada de uma ética desenvolvida a partir do humanismo e da revolução científica nos séculos XVI e XVII, e segundo Grün (1996, p. 23), é uma das principais causas da degradação ambiental que impulsionou a separação do homem da natureza. À medida que “sair da floresta e ir para a cidade era considerado um ato civilizatório” (CARVALHO, 2012, p. 74), construiu-se a representação do mundo natural como lugar do selvagem, do feio, do inculto, o que deu lugar, posteriormente no século XVIII, à visão utilitarista da natureza. (CARVALHO, 2012). Portanto, a ética antropocêntrica está associada ao paradigma mecanicista, “caracterizada pelo abandono da concepção orgânica da natureza em favor de uma concepção mecanicista” (GRÜN, 1996, p. 27), isto é, a natureza passa a ser vista como uma máquina regida por leis do movimento. A partir de então, a natureza passou a ser classificada segundo sua utilidade, de acordo com sua capacidade de suprir as necessidades humanas imediatas (CARVALHO, 2012).

No entanto, na Inglaterra, a partir do século XVIII iniciou-se uma mudança na visão da sociedade em relação à natureza: as chamadas “novas sensibilidades” surgiram como traço cultural ligado aos efeitos de deterioração do meio ambiente e da vida nas cidades, causados pela Revolução industrial, orientando-se para a valorização de paisagens naturais que, segundo Carvalho (2012, p. 76), pode ser considerado como “parte das raízes do interesse contemporâneo pela natureza”. Como veremos adiante, este fenômeno de valorização da natureza seria fortalecido com o movimento romântico europeu do século XIX permanecendo até os dias de hoje. Não por acaso,

Esses dois modos de experienciar a natureza e atribuir-lhe sentidos - ora selvagem e ameaçadora, ora bela e boa - têm origem em períodos diferentes de nossa história social, mas permanecem para além de seus contextos de origem, como uma tensão que segue vigente em boa parte das idéias, sensibilidades e afetos constituintes da experiência contemporânea do ambiente”. (CARVALHO, 2012, p. 73).

O ambientalismo é uma resposta direta à rápida industrialização mundial, o que marca a modificação da visão de natureza de acordo com a experiência do período histórico. No entanto, essa resposta se manifestou ao longo da história de

diferentes maneiras, apoiadas em diferentes concepções sobre a natureza e em diferentes períodos da história, como apontado acima.

Muito antes do século XX, as preocupações com a natureza podem ser identificadas através de diferentes visões: “conservacionista, preservacionista⁹, ou romântico, desde o século XVI, e positivista e desenvolvimentista, desde o final do século XVIII” (MATOS, 2009, p. 15). O movimento ambientalista não marca o início das preocupações da sociedade com questões ambientais. Mas, a importância que teve nos âmbitos social e político como meio para transformações da sociedade, ressignificou o sentido da nossa existência e “o que é ser natureza” (MATOS, 2009, p. 17), ressignificação que se deu através de diferentes conflitos.

De acordo com Lima (2005, p.26):

De uma maneira simplificada podemos dizer que o meio ambiente tornou-se problemático porque intensificaram e ampliaram os impactos e o mal-estar, individuais e sociais, provenientes da relação entre a sociedade e o ambiente, porque se acirraram os conflitos pela posse e uso dos bens ambientais, porque se tornou mais visível o potencial predatório do estilo de vida e desenvolvimento ocidental e também porque se aprofundaram a observação, a reflexão, a pesquisa e a divulgação dos problemas socioambientais presentes e futuros.

Os movimentos ambientalistas, enquanto movimento social e político, têm sua origem na década de 1960 e 1970 e, apesar de surgirem em lugares e tempos distintos por diferentes motivos, mantêm relação entre si por causa de um contexto histórico marcado por fortes mudanças sociais, econômicas e tecnológicas, cujos pontos em comum foram: a influência dos fluxos migratórios do meio rural para o meio urbano, transformando pequenas cidades em grandes centros urbanos, e a busca de uma outra relação da sociedade com o meio natural (JUNQUEIRA; KAWASAKI, 2017). Um dos principais méritos do movimento foi “recolocar no atual contexto as reflexões acumuladas sobre o que significa a nossa existência e o que é ser natureza”, levando isso para “uma esfera pública de decisão dos caminhos a serem construídos pela sociedade” (MATOS, 2009, p. 17).

Guha (2000), em seu livro “*Environmentalism: A Global History*”, discorre sobre as origens e o desenvolvimento de pensamentos e ações no ambientalismo, dividindo o ambientalismo em duas “ondas”, com diferentes percepções e

⁹ A corrente preservacionista de John Muir (1838-1914) surge com a intenção de preservação de áreas nativas sem uso para fins recreativos e educacionais, e a corrente conservacionista de Gifford Pinchot (1865-1946), surge com a intenção de que recursos poderiam ser explorados, mas de modo planejado (JUNQUEIRA; KAWASAKI, 2017).

concepções atribuídas à natureza pelo ser humano. Enquanto a primeira onda é constituída de um viés preservacionista e conservacionista, a segunda onda é constituída de um viés majoritariamente social e político.

O autor identifica na primeira onda, iniciada no século XVIII e continuada através do período entreguerras, três diferentes pensamentos ambientalistas que competiram pela construção de um diagnóstico de degradação ambiental e uma visão alternativa aos problemas da época: “*back to the land movement*”, “*scientific conservation movement*” e “*wilderness movement*”.

De acordo com Guha (2000), o “*back to the land movement*” surgiu na Inglaterra e na Alemanha como resposta à revolução industrial européia (1760-1860) e despertou um “sentimentalismo agrário” em decorrência do modo de vida, naquela época já precário, dos centros urbano-industriais. O segundo pensamento, caracterizado pelo “*scientific conservation movement*” surge, também na Inglaterra e na Alemanha, como uma preocupação da sociedade com a degradação ambiental e, uma vez influenciado pelas descobertas científicas entre os séculos XVI e XVIII, desenvolveram-se ideias acerca do “conservacionismo” e “preservacionismo”.

Nesse contexto, surgiram os naturalistas, que viam, nos progressos da ciência, confiança na habilidade científica para reverter a degradação ambiental assim como a importância da ciência para proteger o meio ambiente, a fim de garantir a sobrevivência da civilização (MCCORMICK, 1992). Carvalho (2012) aponta que, na contraposição à violência ambiental do mundo urbano, se afirmou uma nostalgia pela natureza intocada (paisagens naturais passaram a ser valorizadas) e floresceram práticas naturalistas buscando conhecer o mundo natural, e não mais apenas dominá-lo.

Paralelamente, tanto a popularidade da “História Natural” quanto o movimento romântico exerceram influência no movimento ambientalista norte-americano, no qual escritores, poetas e cientistas, como Henry David Thoreau, se encantaram pela “natureza virgem americana” (JUNQUEIRA; KAWASAKI, 2017, p. 166). É importante destacar que o movimento romântico, surgido na Europa, influenciou diretamente sobre a visão norte-americana em relação à natureza, motivando a criação das primeiras áreas norte-americanas para recreação e lazer público (MCCORMICK, 1992). Nesse “conservacionismo tradicional norte-americano”, o valor estético e ecológico era visto, mas não o valor humano das populações tradicionais, o que fortaleceu ainda

mais a dicotomia homem-natureza já instaurada pelo pensamento cartesiano-newtoniano (JUNQUEIRA; KAWASAKI, 2017, p.168).

O segundo pensamento, apresentado por Guha (2000), “*scientific conservation movement*”, possui forte influência no terceiro pensamento, o “*wilderness movement*”. De acordo com o autor, o terceiro pensamento apresentado se caracteriza por um viés “colonialista” de conservação da natureza, apoiada em uma visão naturalista e utilitarista da natureza, na qual a proteção da vida selvagem (*native wildlife*) foi buscada em detrimento da proteção de populações nativas (*native people*), de tal modo que as relações de populações tradicionais com a natureza não foram valorizadas ou levadas em conta no momento da criação de parques. O “*wilderness movement*”, conseqüentemente, ajudou a concretizar a ideia e a “necessidade” de um movimento conservacionista e preservacionista.

De acordo com Guha (2000) e Diegues (2001), essa dicotomia homem-natureza, evidenciada com a criação de parques com viés conservacionista, ocasionou sérios conflitos entre populações tradicionais e o Estado devido às diferentes relações (irreconhecidas pelo Estado) dessas populações com a natureza.

De acordo com Guha (2000), a primeira onda do ambientalismo preparou o mundo para a ascensão da consciência ambiental e colaborou para o desenvolvimento da ideia de meio ambiente como algo essencial à sobrevivência de todas as formas de vida. Apesar disso, Diegues (2001) afirma que os parques instituídos nos Estados Unidos colaboraram, na verdade, para uma visão antropocêntrica da natureza, onde “fundamentos estéticos, culturais, religiosos do ser humano, sobretudo da população urbana” foram privilegiados (JUNQUEIRA; KAWASAKI, 2017).

A disputa entre as duas correntes ambientalistas que integram a primeira onda do “ambientalismo global”, o “conservacionismo” e o “preservacionismo”, marcaram os debates nos movimentos ambientalistas até a década de 1960, incentivando a criação de parques no mundo todo. No entanto, foi ainda na década de 1960, que, segundo McCormick (1992), se deu a “revolução ambientalista”, rompendo o debate entre conservacionistas e preservacionistas.

De acordo com Guha (2000), essa ruptura marcou o início da segunda onda do ambientalismo global. Para McCormick (1992), as mudanças responsáveis pela ruptura entre o debate de conservacionistas e preservacionistas se inter cruzaram

com fatores sociais e políticos que apareceram antes da década de 1960. Diferentemente das correntes conservacionistas e preservacionistas, que buscavam proteger o ambiente natural da sociedade, a ruptura gerada pela “revolução ambiental” trouxe a sociedade e o meio ambiente para o debate político, incluindo a luta contra os impactos ambientais e sociais decorrentes do avanço industrial, científico e tecnológico tanto no campo quanto nas cidades (LISBOA, 2009).

Mccormick (1992) aponta cinco fatores como determinantes para a “revolução ambiental” de 1960, quais sejam: 1) a era dos testes atômicos; 2) o livro “Primavera Silenciosa”, de Rachel Carson (1907-1964); 3) as publicações sobre desastres ambientais; 4) os avanços no conhecimentos científico e 5) a influência de outros movimentos sociais.

No contexto dos movimentos sociais anteriores à década de 1960, Gonçalves (2006, p. 10) afirma que o questionamento da ordem sociopolítica e cultural “estava por conta dos movimentos que - de diferentes maneiras - se reivindicam socialistas”, de tal modo que os movimentos emergentes na década de 1960, dentre eles o movimento ecológico (GONÇALVES, 1989, p. 12), buscavam não mais apenas a denúncia da miséria e da exploração que caracterizam o desenvolvimento do capitalismo no século XIX. De acordo com o autor, não questionavam apenas o “modo de produção”, mas também denunciavam e criticavam o “modo de vida”:

Talvez nenhum outro movimento social tenha levado tão a fundo essa ideia, na verdade esta prática, de questionamento das condições presentes da vida. Sob a chancela do movimento ecológico, veremos o desenvolvimento de lutas em torno de questões as mais diversas: extinção de espécies, desmatamento, uso de agrotóxicos, urbanização desenfreada, explosão demográfica, poluição do ar e da água, contaminação de alimentos, erosão dos solos, diminuição das terras agricultáveis pela construção de grandes barragens, ameaça nuclear, guerra bacteriológica, corrida armamentista, tecnologias que afirma a concentração do poder, entre outras. Não há, praticamente, setor do agir humano onde ocorram lutas e reivindicações que o movimento ecológico não seja capaz de incorporar.

Dessa forma, questões ecológicas passaram a ocupar espaço ao lado de questões sociais nos movimentos sociais que reivindicavam mudanças no “modo de vida”, além de mudanças no “modo de produção” e na forma de implementação de políticas públicas voltadas ao bem-estar da sociedade. Caracterizou-se uma luta não somente pelas perturbações ambientais, como poluição, extinção de espécies, desmatamento, entre outras, mas também uma luta como oposição ao modo de produção industrial, científico e tecnológico, contra valores estabelecidos pela

cultura ocidental, na qual o homem passou a ser incorporado na luta (CARVALHO, 2012; DIEGUES, 2001; GONÇALVES, 2006; JUNQUEIRA; KAWASAKI, 2017).

Entre os movimentos que exerceram influência sobre o movimento ambientalista dos anos 1960, o movimento da contracultura pode ser considerado como um de seus propulsores. De acordo com Matos (2009), o movimento está historicamente ligado aos valores e comportamentos da geração jovem americana, que se revoltou contra as instituições culturais dominantes da sociedade que viveu um grande crescimento econômico pós segunda guerra mundial. Nesse sentido,

a contracultura se opunha aos valores e instituições da sociedade capitalista ocidental rejeitando valores materialistas e consumistas, o industrialismo, a racionalidade científica, a guerra, a família patriarcal, o sexismo, a ética puritana e do trabalho, a democracia representativa e todo padrão social estabelecido. (MATOS, 2009, p. 19).

Paralelamente, a publicação do livro “*Silent Spring*” (Primavera Silenciosa) em 1962, de Rachel Carson, marcou as discussões sobre a problemática ambiental, pois denunciou o uso danoso de pesticidas e inseticidas na agricultura, descrevendo suas consequências sobre a saúde humana e o ambiente. A publicação do livro teve grande importância para que se apresentasse uma compreensão generalizada sobre as agressões que o homem vinha provocando ao meio ambiente. Evidenciou as consequências devastadoras das ações dos homens no meio ambiente, mostrando a interdependência e a conexão entre ações humanas e consequências ambientais. Em suma, sua publicação ampliou o entendimento da problemática ambiental, que passou a não ser mais restrita somente aos cientistas, sendo considerada uma das mais notáveis divulgações científicas do período (LORENZETTI, 2008). A interdependência evidenciada por Carson (1964, p. 15, tradução da autora) pode ser acompanhada no trecho a seguir:

Ainda assim, se é exato que a nossa vida, baseada na Agricultura, depende do solo, também é verdade que o solo depende de nossa vida, uma vez que as suas próprias origens e a manutenção da sua verdadeira natureza se encontram intimamente relacionadas às plantas e animais, que são seres vivos. Porque o solo é, em parte, uma criação da vida, oriundo de uma interação maravilhosa de vida e não-vida, desde infinitas idades passadas.

A partir de então, a problemática ambiental tomou outra dimensão, visto que passou a ser discutida por coletivos e outros círculos sociais, sinalizando a necessidade e o anseio por mudanças na forma como os homens se relacionam com o meio ambiente. O trabalho de Carson contribuiu para que a consciência ambiental tomasse proporções grandiosas. Segundo Gazzinelli (2005, p. 2),

Esse livro levou à proibição do DDT, mas, principalmente, desencadeou o moderno movimento ambientalista em todo o mundo. Rachel Carson era uma cientista e seu livro, ancorado em referências científicas de qualidade e escrito com sensibilidade, destinado ao leitor comum. Deve-se a isso sua notável influência na população norte-americana, que, por sua vez, pressionou o governo Kennedy a agir. Passados pouco mais de 40 anos desses fatos, ao observar a imensa força do movimento ambientalista hoje, é difícil imaginar a que grau o mundo era, nessa época, insensível à destruição do ambiente. Porém, mesmo com esse progresso, a questão ambiental continua a ser um dos mais importantes alvos da divulgação científica, porque o homem continua a agredir a natureza e, nas palavras da própria Carson, 'o homem é uma parte da natureza e sua luta contra a natureza é inevitavelmente uma luta contra si mesmo'.

Como discutido anteriormente, o livro de Carson não somente contribuiu para que a questão ambiental fosse despertada na sociedade de forma crítica e alarmante, mas também influenciou os eventos voltados ao meio ambiente que aconteceram a partir de então. A exemplo disso, as preocupações de Carson influenciaram a ONU, contribuindo para a estruturação da “Declaração sobre o Ambiente Humano”, em 1972, na cidade de Estocolmo, Suécia, que fez parte de um encontro cujo objetivo foi buscar respostas para os problemas ambientais no mundo (LORENZETTI, 2008).

A “Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano”, que ficou conhecida como Conferência de Estocolmo, contou com a representação de 113 países e estabeleceu um Plano de Ação Mundial para o meio ambiente, assim como recomendou a implementação de um Programa Internacional de Educação Ambiental.

O movimento ambientalista surge na década de 1960 como uma forma de estopim de questões já existentes. Assim como eventos históricos exerceram influência no surgimento e no desenvolvimento do movimento ambientalista, este deu origem às discussões sobre a necessidade de uma Educação Ambiental. A Conferência de Estocolmo, influenciada pelo livro de Carson, deu sequência a uma série de outros encontros que se mostraram marcos decisivos para o rumo da Educação Ambiental no mundo e no Brasil.

A seguir, procuro descrever como os diferentes encontros internacionais sobre meio ambiente influenciaram o surgimento e a elaboração da Educação Ambiental enquanto campo essencial para mudanças da relação homem-natureza na humanidade.

4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONSTITUIÇÃO, CORRENTES E TENDÊNCIAS

Segundo Lorenzetti (2008), a expressão *environmental education* (Educação Ambiental) foi utilizada pela primeira vez em 1965, durante uma Conferência em Educação na universidade de Keele, na Inglaterra. A partir de então, Dias (2000) afirma que, nesta Conferência, pesquisadores concordaram que a Educação Ambiental deveria se tornar parte essencial da educação de todos e deixar de ser vista como essencialmente voltada à conservação ou à Ecologia Aplicada. Dois anos depois, em 1968, a *Society for Environmental Education* foi fundada na Inglaterra, com objetivo de discutir a crise atual e futura da humanidade (LORENZETTI, 2008).

Apesar de a origem do termo *environmental education* ser anterior à Conferência de Estocolmo, o evento foi fundamental para que o pensamento dominante na educação passasse a ser criticado (LORENZETTI, 2008). A Conferência contou com a participação de políticos, especialistas, autoridades do governo e representantes da sociedade civil, e a ONU, pela primeira vez, manifestou a necessidade de modificar o modo de intervir no meio ambiente, entendendo que essa mudança seria possível por meio da Educação Ambiental (RAMOS, 2001). A Conferência enfatizou a necessidade de adotar políticas globais ambientais, baseada na interdependência de todos os problemas ambientais, e também tratou de evidenciar a responsabilidade do homem em sua relação com o ambiente, e a importância singular da educação para a resolução de problemas.

A partir de então, a Educação Ambiental passou a ser considerada como um campo de ação pedagógica para que ações, frente aos problemas ambientais identificados, fossem tomadas (LORENZETTI, 2008). Carvalho (2012, p. 41) aponta que o tratado de Educação Ambiental formulado na Conferência de Estocolmo definiu o marco político para o projeto político pedagógico da Educação Ambiental:

[...] construir uma perspectiva interdisciplinar para compreender as questões que afetam as relações entre os grupos humanos e seu ambiente e intervir nelas, acionando diversas áreas do conhecimento e diferentes saberes [...] valorizando a diversidade de culturas e dos modos de compreensão e manejo do ambiente.

À medida que a Conferência de Estocolmo foi importante para declarar a necessidade de adotar a Educação Ambiental em escala global, em 1975 foi realizado o I “Seminário Internacional de Educação Ambiental”, conhecido como “Conferência de Belgrado”, evento no qual foram formulados os princípios e as

orientações para o “Programa Internacional de Educação Ambiental”, uma educação que deveria ser contínua, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada aos interesses nacionais (LORENZETTI, 2008).

Nesta Conferência, foi elaborada a “Carta de Belgrado” que destacou os pontos necessários para a dimensão ambiental, assinalando a necessidade de elaborar um novo conceito de desenvolvimento, que levasse em conta uma maneira de suprir as necessidades dos seres humanos e também buscasse a erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição, da exploração e da dominação. A Carta de Belgrado contribuiu, posteriormente, para a definição do conceito de “desenvolvimento sustentável” (LORENZETTI, 2008). No entanto, no Brasil, a Educação Ambiental ainda era vista como o estudo da Ecologia, sem ver a

possibilidade de ações de apoio à Educação Ambiental, quer pelo desinteresse que o tema despertava entre os políticos dominantes, quer pela ausência de uma política educacional definida para o país, como reflexo do próprio momento que atravessava (DIAS et al, 2000, p. 81).

Apesar do contexto brasileiro, a Conferência de Belgrado, em âmbito internacional, contribuiu para que se estabelecesse conhecimentos e práticas relativas à Educação Ambiental. Dessa forma, no Brasil, a Educação Ambiental surgiu pela primeira vez na legislação em 1973, um ano após a “Conferência de Estocolmo”, como atribuição da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), orientada para a gestão integrada do meio ambiente, a quem caberia o desenvolvimento da Educação Ambiental (LORENZETTI, 2008). É importante destacar que, no contexto brasileiro, as principais fontes da problemática ambiental, que posteriormente influenciaram o surgimento da Educação Ambiental no país, eram contraditórias. De um lado, o Estado preocupado com investimentos estrangeiros, que só chegariam se medidas preservacionistas fossem adotadas; de outro, a volta do exterior de intelectuais que se aproximavam da luta dos movimentos sociais e da luta pela abertura política de questões ambientais (GONÇALVES, 2006). Loureiro (apud LORENZETTI, 2008, p. 184) discorre sobre a influência internacional para o surgimento da Educação Ambiental no Brasil, com destaque à criação da SEMA.

Acho que o começo foi de fora pra dentro, porque não tinha um movimento ambientalista forte nos anos 1970 e, na verdade, não tinha movimentos sociais que fizessem com clareza essa discussão ambiental [...] Por força da pressão do grupo de Estocolmo, o Brasil cria um aparato de Estado que começa a trazer a questão ambiental para dentro da estrutura do Estado muito por questões de fora. Então a SEMA é fruto disso [...] mas é um

começo muito incipiente. Tinham coisas interessantes, mas em termos conceituais muito frágeis, que tendiam a um conservacionismo muito forte [...].

Nesse contexto, a criação da SEMA evidenciou que, enquanto a problemática ambiental se fortalecia através de outros movimentos sociais em outros países, como a Contracultura nos anos 1960 nos Estados Unidos, no Brasil, o governo iniciou a assimilação das questões ambientais como forma de garantir investimentos estrangeiros, sem uma grande influência de movimentos sociais da época (LORENZETTI, 2008). Assim, “antes que se houvesse enraizado no país um movimento ecológico, o Estado militarista e tecnocrático criou instituições para gerir o meio ambiente” (GONÇALVES, 2006, p. 23), de forma que a preocupação inicial efetiva dessas instituições era o plano internacional de investimentos, e não o valor intrínseco da questão ambiental. Nesse sentido, Carvalho (apud LORENZETTI, 2008, p. 184) aponta a importância da SEMA para que a Educação Ambiental começasse a ser institucionalizada no país, cujo momento de criação da secretaria contrastava com o cenário internacional:

[...], no Brasil, diferentemente de outros países, enquanto nos outros países de organiza na vertente dos movimentos de contracultura etc., no Brasil o governo militar fez questão logo de assimilar as questões ambientais. [...] a SEMA, por exemplo, é uma experiência do governo militar, que é extremamente interessante. [...] É ela quem dá alguns tons no Brasil. O primeiro curso de especialização em EA desenvolvido em Brasília pelo Ministério do Meio Ambiente [...] foi quem primeiro falou da EA dessa forma.

Após a Conferência de Belgrado, em 1977 foi realizada a “Conferência Intergovernamental de Tbilisi”, que, de acordo com Ramos (2001), se constituiu em um marco para a globalização e a institucionalização da Educação Ambiental em âmbito global - e a Educação Ambiental foi vinculada à compreensão de três conceitos fundamentais: 1) aquisição de novos conhecimentos e valores, 2) novos padrões de conduta e 3) a interdependência, estabelecendo-se uma nova dimensão educativa que determinou prioridades para a sua aplicação (RAMOS, 2001).

Essa Conferência se constituiu em um marco para o desenvolvimento da Educação Ambiental porque definiu seus objetivos, seus princípios e suas características, assim como estratégias no plano internacional, onde urgia que a Educação Ambiental envolvesse pessoas de todas as idades e níveis, tanto no âmbito formal quanto no do âmbito não-formal (LORENZETTI, 2008).

Para Loureiro (2004, p. 71), a Conferência de Tbilisi:

[...] aponta para a Educação Ambiental como meio Educativo pelo qual se podem compreender de modo articulado as dimensões ambiental e social, problematizar a realidade e buscar as raízes da crise civilizatória. Nessa conferência foi tomado o devido cuidado em não se creditar a esta a responsabilidade exclusiva pela mudança de práticas e relações sociais que são vistas como inadequadas às concepções ambientalistas de mundo.

Outro importante aspecto desta Conferência foi trazer para discussão a importância dos meios de comunicação social no papel de sensibilização das pessoas quanto à problemática ambiental, apontando a importância de se ir além da sensibilização, auxiliando na mudança de atitudes e proporcionando novos conhecimentos que pudessem repercutir no processo educacional (LORENZETTI, 2008). A Conferência de Tbilisi propôs uma série de recomendações a fim de orientar esforços para o desenvolvimento da Educação Ambiental, dentre as quais se baseiam, entre outros princípios e características, o reconhecimento da integração e da interdependência dos aspectos biológicos, ecológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais (Tbilisi, CEI, de 14 a 26 de outubro de 1977).

De acordo com Lorenzetti (2008), a década de 1970 foi palco das primeiras ações concretas em Educação Ambiental no Brasil, a partir da Conferência de Estocolmo e da criação da SEMA. No entanto, a Educação Ambiental no Brasil, inicialmente, se caracterizou por uma educação centrada em aspectos ecológicos do meio ambiente. Nesse sentido, as concepções de meio ambiente presentes na Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), instituída pela Lei nº. 6.938/81 em 1981, que objetiva “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições de desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” (LORENZETTI, 2008, p. 200), centram aspectos naturalistas, ecológicos e de viés conservacionista e preservacionista do meio ambiente, apresentando dissonâncias em relação às concepções presentes na Declaração de Belgrado e na Conferência de Tbilisi (LORENZETTI, 2008).

Após a PNMA, a Constituição Federal de 1988 legislou, em nível constitucional, termos de proteção ao meio ambiente, dedicando um capítulo para o meio ambiente, no qual se mostrou a consagração da defesa do meio ambiente em âmbito constitucional (LORENZETTI, 2008). A partir de então, o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 afirma que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia

qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2003, p. 139). No ano seguinte, em 1989, foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) no qual incumbiu-se a tarefa de estimular a Educação Ambiental nas suas diferentes formas (LORENZETTI, 2008).

Até então, a Educação Ambiental havia se institucionalizado a partir de Declarações, Conferências e Tratados nos quais se compartilhavam preocupações, objetivos e princípios na aplicação da Educação Ambiental em âmbito internacional. No entanto, em 1992, a partir da “Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento” (CNUMAD), conhecida como “Rio-92”, realizada na cidade Rio de Janeiro, a Educação Ambiental teve seus conhecimentos e práticas difundidos, contribuindo para a circulação de ideias e reafirmando a Declaração de Estocolmo de 1972:

buscando estabelecer uma nova parceria global e igualitária entre os Estados, respeitando os interesses coletivos que protejam a integridade do ambiente e do desenvolvimento, reconhecendo a natureza como um sistema integral e interdependente da Terra” (SATO, 2003, p. 55).

Esse evento contou com a participação de políticos, pesquisadores, estudantes e professores que discutiram compromissos e ações para melhorar o ambiente e o desenvolvimento sustentável no mundo, buscando melhoria na qualidade de vida para todos os povos do planeta para o século XXI. O encontro deu origem à “Agenda 21”, documento voltado à metodologia de implementação do desenvolvimento sustentável, e ao “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global” (LORENZETTI, 2008).

Sato (apud LORENZETTI, 2008, p. 206), sobre a importância da Rio-92, destacou:

[...] a Rio-92 foi bastante determinante. Foi um divisor de águas, as pessoas se sensibilizaram mais, começaram a lutar mais. E fruto de diversas publicações, que também aí eu acho que tive certa contribuição, de começar a publicar na área, de começar a falar mais de EA. Acho que tudo isso acaba mobilizando. A criação de Redes, criação dos Comitês Gestores, dos Órgãos Colegiados de Decisão, os próprios PCNs que trazem a dimensão ambiental como transversal, enfim um conjunto de situações [...].

De acordo com Loureiro (apud LORENZETTI, 2008, p. 205), o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global foi importante porque “[...] começa a dar outra cara efetivamente para a EA [Educação

Ambiental] e os ministérios começam a dialogar mais com isso [...] você tem uma coisa bem mais clara em termos de EA e as diferentes configurações.”

O Tratado da Rio-92 reconheceu, finalmente, a ligação entre problemas como o aumento da pobreza, da degradação humana e ambiental, e da violência, que passaram a ser identificados no modelo de civilização dominante baseado em superprodução e superconsumo para uma minoria, e em subconsumo e falta de condições para produzir por parte da maioria (LORENZETTI, 2008).

A preocupação ambiental deixa de ser um problema isolado, encontrando-se inserida no contexto global, não podendo mais ser dissociada da concepção de um mundo socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável (LORENZETTI, 2008, p. 214).

A partir do movimento ambientalista de 1960 e das diversas Conferências realizadas sobre meio ambiente em âmbito internacional, a Educação Ambiental passou a ser vista como meio para realizar mudanças visando ao bem-estar do homem e da natureza. Nesse sentido, a partir da Educação Ambiental como forma de garantir um meio ambiente saudável e o despertar da consciência ambiental, diversas foram as correntes que se apresentaram dentro da Educação Ambiental.

A seguir, apresento uma síntese de algumas dessas correntes e tendências da Educação Ambiental para, posteriormente, discutir quais delas se aproximam dos fundamentos e ideias da “Ecopsicologia”, assim como para discutir qual a possibilidade de contribuição da “Ecopsicologia” para a Educação Ambiental, na luta para constituir um meio ambiente social e ambientalmente justo para todos.

4.1 Macrotendências e correntes da Educação Ambiental

Como já apontado, várias são as correntes e as tendências de Educação Ambiental. De acordo com Sauvé (2008, p. 17),

Quando se aborda o campo da Educação Ambiental, podemos nos dar conta de que, apesar de sua preocupação comum com o meio ambiente e do reconhecimento do papel central da educação para a melhoria da relação com este último, os diferentes autores (pesquisadores, professores, pedagogos, animadores, associações, organismos, etc.) adotam diferentes discursos sobre a EA e propõem diversas maneiras de conceber e de praticar a ação educativa neste campo. Cada um predica sua própria visão e viu-se, inclusive, formarem-se “igrejinhas” pedagógicas que propõem a maneira “correta” de educar, “o melhor” programa, o método “adequado”.

O surgimento de diferentes abordagens voltadas ao entendimento, e talvez    resolução, da crise ambiental se apresentaram ao longo do surgimento da Educação

Ambiental. Para Layrargues e Lima (2014, p. 26), essa multiplicidade de práticas e posições apresentadas no campo da Educação Ambiental:

conduziu naturalmente novos esforços de diferenciação desse universo de conhecimentos, práticas e posições pedagógicas, epistemológicas e políticas que interpretavam as relações entre educação, sociedade, ambiente natural e construído e sustentabilidade.

Em um primeiro momento, concebeu-se a Educação Ambiental como uma prática conservacionista que se orientou pela conscientização ecológica. Isso se deu devido ao “berço” da Educação Ambiental (LAYRARGUES; LIMA, 2014). De acordo com Layrargues e Lima (2014), a institucionalização da Educação Ambiental ocorreu a partir do sistema ambiental, e não educacional e, portanto, apresentou inicialmente práticas voltadas às ciências ecológicas e biológicas, sem viés pedagógico ou político explícito. Nesse sentido, os autores se manifestam da seguinte forma:

Esse conjunto de circunstâncias reforçou uma releitura “ecológica” dos problemas ambientais, como explica a predominância absoluta de cientistas naturais no campo da Educação Ambiental em detrimento de profissionais das ciências humanas ou sociais. (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 27).

Em um segundo momento, a partir dos diversos encontros e estudos que passaram a abordar e a trabalhar o campo da Educação Ambiental, surgiram outras práticas e caminhos possíveis de se conceber e realizar a Educação Ambiental. As práticas se realizavam a partir de diferentes “percepções e formações de seus protagonistas, com os contextos sociais nos quais se inserem e com as mudanças experimentadas ao longo do tempo pelo próprio ambientalismo” (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 28). Com o surgimento de diferentes abordagens e teorias, a necessidade de investigar as correntes que surgiam se tornou tema importante. Diversos foram os trabalhos realizados (LAYRARGUES; LIMA, 2014; LOUREIRO, 2004; OSCAR, 2015; PELIZZOLI, 2002; REIGOTA, 2005; SAUVÉ, 2005; SORRENTINO, 1995) com o objetivo de, segundo Layrargues e Lima (2014) “representar a realidade com maior fidelidade”, surgindo, dessa forma, diversas denominações para diferenciar a prática educativa na Educação Ambiental. Sobre as diferentes formas de conceber e realizar a Educação Ambiental, Layrargues e Lima (2014, p. 28) se manifestam da seguinte forma:

Dependendo desse conjunto complexo de circunstâncias, alguns atores escolhem um determinado caminho, outros escolhem um caminho diferente: uns acreditam ser determinante o desenvolvimento da sensibilidade na relação com a natureza, outros entendem que é fundamental conhecer os princípios ecológicos que organizam a vida. Alguns têm forte expectativa no autoconhecimento individual e na capacidade de mudança do próprio

comportamento em relação à natureza, outros estão seguros que é preciso contextualizar o problema ambiental com suas dimensões sociais e políticas, entre outras possibilidades.

No Brasil, Layrargues e Lima (2014) apontam Sorrentino (1995) como o primeiro a tentar classificar as correntes na Educação Ambiental, identificando as correntes “conservacionistas”, “ao ar livre”, “relacionadas à gestão ambiental” e à “economia ecológica”. Os autores afirmam ainda que o surgimento da vertente crítica da Educação Ambiental foi uma forma de contrapor-se à vertente conservacionista, ao passo que a vertente pragmática é considerada uma variação moderna da vertente conservacionista (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Nesse contexto, no início de 1990, quando a Educação Ambiental, no Brasil, começou a tomar uma forma educativa e pedagógica concreta, educadores ambientais diferenciam duas vertentes da Educação Ambiental: “conservadora” e “alternativa”, como forma de mostrar a insatisfação com o rumo que o campo tomava quanto à escassez de um debate social e político e sua relação com o meio ambiente (LAYRARGUES; LIMA, 2014). A primeira vertente apontada pelos educadores, conservadora, apresentava

práticas educativas [...] que investiam em ações individuais e comportamentais [...] de forma a-histórica, a política, conteudística e normativa” que “não superariam o paradigma hegemônico [...] reduzindo-os (o ser humano) à condição de causadores da crise ambiental, desconsiderando qualquer recorte social. (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 29).

Esse enfoque da vertente conservacionista deu origem à “corrente pragmática”, considerada por Layrargues e Lima (2014, p. 32) como “dois momentos de uma mesma linhagem”. A diferença que os autores apontam entre a “macrotendência conservacionista” e a “macrotendência pragmática” é que, apesar de ambas se voltarem à questão dos recursos ambientais sem relação com a dimensão social e econômica, a primeira têm como prática pedagógica o contato com a natureza através da ideia de “conhecer para amar, amar para preservar” e a segunda é voltada ao estímulo à mudança comportamental nos hábitos de consumo, na qual a prática educativa ocorre essencialmente no ambiente urbano.

De acordo com Sauvé (2008), a corrente conservacionista se desenvolveu ao se constatar os primeiros sinais de esgotamento dos recursos, e foca a educação em gestão de recursos: reduzir, reciclar, reutilizar, ou economizar água e energia, e gerir o lixo. A autora afirma que a educação com viés conservacionista enfatiza o

desenvolvimento de habilidades de gestão ambiental e ao “ecocivismo”. Segundo ela, se trata de uma corrente de educação para o consumo, na qual integra a preocupação ambiental de conservação de recursos.

Nesse contexto, a macrotendência pragmática também é voltada ao consumo. Sauvé (2008, p. 37) identifica a macrot nd ncia pragmática na “corrente da sustentabilidade”, que se assemelha   corrente conservacionista, pois supõe que o desenvolvimento econômico   “indissociável da conservação dos recursos naturais e de um compartilhar educativo dos recursos”. No entanto, Sauvé (2008) discute que a educação voltada ao compartilhamento equitativo de recursos não se d  de maneira igual, já que não se apresenta, geralmente, uma preocupação com pessoas que vivem em estado de pobreza.

No que diz respeito   outra vertente identificada no início dos anos 1990, dita “alternativa”, segundo Layrargues e Lima (2014), originou novos adjetivos: “crítica”, “emancipatória”, “transformadora” e “popular”. Os autores afirmam que esta vertente surgiu apoiada em ideias do pensamento freiriano,   medida em que a necessidade de se problematizar os contextos societários e sua interface com a natureza se mostrou essencial. Sobre o “viés comportamentalista” observado na vertente conservacionista, os autores apontam a necessidade de lutar por uma nova sociedade e romper com o paradigma da Educação como meio da reprodução acrítica, proposta contrária à vertente alternativa, chamando atenção para a diferença entre “Educação e Adestramento ambiental”:

a crise ambiental não expressava problemas da natureza, mas problemas que se manifestavam na natureza. As causas constituintes destes problemas tinham origem nas relações sociais, nos modelos de sociedade e desenvolvimento prevalecente. (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 29).

Layrargues e Lima (2014) utilizam o termo “macrot nd ncia” pois afirmam que as três macrot nd ncias apontadas – conservacionista, pragmática e crítica - “englobam uma ampla diversidade de posições mais ou menos próximas do tipo ideal considerado”, que poderiam abraçar as diversas outras correntes identificadas até o momento: Sorrentino (1995), que identificou a existência de quatro vertentes: conservacionista, ao ar livre, relacionadas à gestão ambiental e   economia ecológica; Sauvé (2008), que identificou a existência de quinze correntes, divididas em dois grupos, um engloba as correntes de tradição “antiga” e a outra correntes que surgiram recentemente no contexto da Educação Ambiental: as de tradição

antiga: naturalista, conservacionista/recursista, resolutive, sistêmica, científica, humanista, moral/ética; e as recentes: holística, biorregionalista, prática, crítica, feminista, etnográfica, da ecoeducação, e da sustentabilidade; e Oscar (2015), que agrupou as principais correntes existentes na Educação Ambiental através de diferentes trabalhos e pesquisas anteriores (LOUREIRO, 2004; PELIZZOLI, 2002; REIGOTA, 2005; SAUVÉ, 2005) e sugeriu a existência de seis correntes: “crítica”, preservacionista/conservacionista, holística, socioambiental, ecosofia e cartesiana.

Alguns trabalhos, como o de Pelizzoli (2002), que discute correntes da ética ambiental, e o de Loureiro (2004), que discute correntes éticas da Educação Ambiental, realizaram a classificação/identificação de diferentes correntes da Educação Ambiental baseados em parâmetros distintos. Sauvé (2008) apresentou uma “cartografia das correntes em Educação Ambiental” a partir da concepção dominante de meio ambiente, a intenção central da Educação Ambiental, os enfoques privilegiados e os exemplos de estratégias ou modelos que ilustram a corrente.

A partir das diferentes classificações apresentadas pelos autores acima, optei por utilizar a classificação em macrotendências apresentada por Layrargues e Lima (2014), por apresentar uma síntese dos modelos político-pedagógicos para a Educação Ambiental de forma mais completa, porém concisa. Destaco que, mais adiante, ao apresentar as similaridades de algumas proposições práticas e discursivas da “Ecopsicologia” com as macrotendências apresentadas por Layrargues e Lima (2014), utilizo também algumas das correntes identificadas por Sauvé (2008) com o objetivo de complementar as similaridades vistas nas macrotendências.

4.1.1 Macrotendência conservacionista

De acordo com Layrargues e Lima (2014, p. 30), a macrotendência conservacionista se caracteriza a partir dos princípios da ecologia, “na valorização da dimensão afetiva em relação à natureza e na mudança do comportamento individual em relação ao ambiente”.

Sauvé (2008) discute que a corrente conservacionista é ligada à corrente recursista, pois ambas têm um viés voltado à gestão de recursos, sem que haja uma

preocupação com a dimensão social. Nesse contexto, é considerada como a primeira corrente forte e bem consolidada na Educação Ambiental, por conta de sua tendência histórica, na qual se desenvolveu ao se constatar os primeiros sinais de esgotamento dos recursos (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Nesta macrotendência se encontram as correntes “conservacionista”, “comportamentalista”, da “Alfabetização Ecológica”, do “autoconhecimento” e de “atividades de senso-percepção ao ar livre”. Com relação à ausência da dimensão social nesta macrotendência, Layrargues e Lima (2014, p. 30) se manifestam:

São representações conservadoras da educação e da sociedade porque não questionam a estrutura social vigente em sua totalidade, apenas pleiteiam reformas setoriais. Apontam para mudanças culturais reconhecidamente relevantes, mas que dificilmente podem ser concretizadas sem que também se transformem as bases econômicas e políticas da sociedade.

Ainda de acordo com os autores, ao se adotar uma perspectiva com viés ecológico da questão ambiental, o “conservadorismo” e o “conservacionismo” se fundem, pois deixam de abranger a dimensão social, política e cultural, deixando de lado as diferentes responsabilidades dos atores sociais enredados na crise. Nesse sentido, a dimensão ambiental é reduzida “a uma mera questão tecnológica [...] acreditando que os princípios do mercado são capazes de promover a transição no sentido da sustentabilidade” (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 30).

4.1.2 Macrotendência pragmática

Como discutido anteriormente, a macrotendência pragmática:

As macrotendências conservacionista e pragmática representam duas tendências e dois momentos de uma mesma linhagem de pensamento que foi se ajustando às injunções econômicas e políticas do momento até ganhar essa face modernizada, neoliberal e pragmática que hoje a caracteriza. (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 32).

Caracterizada pela dominância da lógica de mercado, é apontada como o projeto político-pedagógico hegemônico atual, cujas raízes estão no estilo de produção e consumo advindos do pós-guerra (LAYRARGUES; LIMA, 2014). Esta macrotendência age através de um “mecanismo de compensação” que busca corrigir as “imperfeições” do sistema produtivo baseado “no consumismo, na obsolescência planejada e na descartabilidade dos bens de consumo” (LAYRARGUES; LIMA, p. 31).

A “corrente resolutiva” apresentada por Sauvé (2008), possui semelhanças com a macrotendência pragmática apontada por Layrargues e Lima (2014), pois apresenta enfoque na resolução de problemas, buscando diagnóstico e a  o a serem tomados. Basicamente, concebe o meio ambiente como um conjunto de problemas, no qual se busca informar a sociedade sobre as problemáticas ambientais, a fim de desenvolver um diagnóstico e posteriormente um plano de a  o. O objetivo, segundo Sauvé (2008), é a modificação de comportamentos ou de projetos coletivos, o que faz com que essa corrente seja frequentemente associada   “corrente conservacionista/recursista”. Nesse sentido, o caráter pragmático possui duas características complementares, segundo Layrargues e Lima (2014, p;32):

Primeiro, a ausência de reflexão que permita a compreensão contextual e articulada das causas e consequências ambientais [...] [que] deriva da crença na neutralidade da ciência e resulta em uma percepção superficial e despolitizada das relações sociais e de suas interações com o ambiente. Segundo a busca desenfreada por ações factíveis que tragam resultados orientados a um futuro sustentável, embora dentro do limite que não ultrapasse as fronteiras do realismo político, no economicamente viável, da conservação do *status quo*, que na Educação Ambiental se enquadra na perspectiva da “atividade-fim”.

Se a macrotendência conservacionista é considerada vinculada à “pauta verde”, como biodiversidade, unidades de conservação, determinados biomas e ecoturismo, a macrotendência pragmática   vista como vinculada à “pauta marrom”, por caracterizar-se como essencialmente urbano-industrial com enfoque na economia de energia ou de água, no mercado de carbono, nas eco-tecnologias e na diminuição da “pegada ecológica”, dentre outras “expressões do conservadorismo dinâmico que operam mudanças superficiais, tecnológicas e comportamentais” (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 31). Dessa forma, a macrotendência pragmática representa uma derivação evolutiva da macrotendência conservacionista, pois elas

[...] têm em comum a omissão dos processos de desigualdade e injustiça social. Ambas são comportamentalistas e individualistas, mas a forma conservacionista   uma versão mais ing nu  e enviesada de grupos mais ligados às ciências naturais que entendem a crise ambiental e a Educação Ambiental dessa maneira, ora porque não têm uma reflexão sociológica da questão ambiental ora porque entendem que politicamente   melhor não misturar ecologia e política, e neste caso, nos referimos a atores ideologicamente interessados em evitar uma perspectiva de conflito na abordagem da questão. (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 32)

Assim, segundo os autores, a vertente pragmática se define pelo capitalismo de mercado, baseado na “necessidade” de se adequar às mudanças tecnológicas e econômicas e às pressões do mercado.

4.1.3 Macrotendência crítica

De acordo com Layrargues e Lima (2014, p. 33), a “macrotendência crítica” engloba as correntes da Educação Ambiental “Popular”, “Emancipatória”, “Transformadora” e do “Processo de Gestão Ambiental”, e se posiciona contra as correntes conservadoras, buscando, portanto, “contextualizar e politizar o debate ambiental, problematizar as contradições dos modelos de desenvolvimento e de sociedade”.

Além da dimensão política presente na macrotendência crítica, a Educação Ambiental crítica defende a ideia de que a questão ambiental não encontrará respostas em soluções reducionistas e que os reducionismos são empobrecedores, conjugando-se, dessa maneira, ao pensamento da complexidade. Segundo Layrargues e Lima (2014, p. 33), vem daí seu potencial para ressignificar dualidades falsas que o paradigma dominante impõe: “o paradigma cartesiano inseriu nas relações entre indivíduo e sociedade, sujeito e objeto do conhecimento, saber e poder, natureza e cultura, ética e técnica, entre outras dualidades”.

Nesta macrotendência, a dimensão social e política é essencial para sua compreensão, de forma que não se pode dissociá-las da existência dos indivíduos, valores, crenças e subjetividades, assim como da construção da relação do ser humano com a natureza. Nas palavras de Layrargues e Lima (2014, p. 33):

Na experiência educativa o aprendizado e a mudança são indissociáveis: não é possível aprender algo novo sem mudar o ponto de vista nem, inversamente, mudar uma realidade sem descobrir algo novo com e sobre ela. [...] Por essas razões, constatamos que a Educação Ambiental Crítica cresceu significativamente na última década, notadamente no âmbito acadêmico, e tem mostrado grande vitalidade para sair da condição de contra-hegemonia e ocupar um lugar central no campo, atualmente ocupado pela macrotendência pragmática.

Sauvé, afirma que a “corrente crítica” não se trata de uma crítica “estéril”, mas sim de uma crítica que pode apontar a transformação de realidades, através de questionamentos de correntes dominantes e visões dominantes sobre o que é meio ambiente.

Após discutir os diferentes enfoques e abordagens encontrados nas macrotendências elaboradas por Layrargues e Lima (2014), a seguir, apresento as proximidades e os distanciamentos entre a “Ecopsicologia” e a Educação Ambiental, buscando as similaridades entre as proposições e abordagens dos dois campos.

5 “ECOPSICOLOGIA” E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: LIMITES E POSSIBILIDADES

Busquei, através deste trabalho, apresentar as proposições da “Ecopsicologia” e o processo histórico no qual surgiu o movimento ambientalista e o debate sobre a necessidade de uma Educação voltada ao meio ambiente e a relação do ser humano com ele.

O objetivo é indicar os possíveis caminhos de contribuição da “Ecopsicologia” para a Educação Ambiental, buscando identificar qual, ou quais, macrotendências melhor englobam os pressupostos desta área ainda emergente, a “Ecopsicologia”. Como apresentado ao longo da pesquisa, a “Ecopsicologia” procura, por meio da junção da Ecologia e da Psicologia, investigar e propor formas de “cura” e reaproximação na relação homem-natureza. Assim, a Educação Ambiental, por meio de diferentes proposições e vertentes, também caminha para o mesmo objetivo, apesar de apresentar diferentes abordagens e proposições, inerentes ao campo educativo.

Ao desenvolver um arcabouço teórico que buscasse apresentar os princípios e ideias da “Ecopsicologia” no que tange a abordagens da área da Psicologia e da Ecologia, Roszak buscou em Freud, Jung, Gestalt-Terapia, Reich e Ecologia Profunda conceitos, teorias, abordagens e percepções sobre o ser humano que integrem o sujeito em sua totalidade, interligando meio ambiente e humano à saúde psicológica, física e ambiental, de forma que o ser humano seja entendido como parte integral do meio ambiente.

Nesse sentido, Roszak (1995) defende que a saúde do ser humano, seja ela psicológica ou física, é vista como intrinsecamente conectada à saúde do planeta, sendo que as ações diárias para com o meio ambiente fazem parte de manifestações psicológicas, transformadas em ações, que revelam, no psicológico humano, os efeitos da separação do homem e da natureza.

Ao sugerir que os seres humanos seriam emocionalmente ligados à terra, Roszak (1995) apresenta conceitos sobre como essa ligação ocorre. Mais do que buscar fundamentações para sua teoria, Roszak (1992) procurou apresentar como estes conceitos trabalham juntos para nortear a aplicação prática e teórica da “Ecopsicologia” através de oito princípios.

Roszak (1992, p. 321, tradução da autora), ao apresentar os oito princípios norteadores da “Ecopsicologia”, propõe, através do quarto princípio, que a “cura” da relação homem-natureza deve acontecer ainda na infância, por meio de “técnicas tradicionais de cura de povos centrados na terra, a experiência em ambientes selvagem [...]” e “os [...] insights da Ecologia Profunda”. Dessa forma, o autor propõe que uma das abordagens possíveis é a inserção do ser humano, principalmente na infância, em ambientes naturais, para que um senso de pertencimento seja desperto ainda na infância e continue na vida adulta.

O autor defende que a mudança na relação do homem com a natureza precisa ir além de práticas cognitivas, ocorrendo também na esfera emocional do ser humano. Nesse mesmo sentido, Danon (2006) discute que a “Ecopsicologia”, no campo educacional, pode levar o ser humano a pensar sobre as visões de mundo e de ser humano concentrando sua atenção no aspecto emocional, ao despertar sensibilidades que são entorpecidas através de estímulos mentais do modo de vida moderno, e assim fazer com o que a emoção do contato com a natureza seja aflorada.

Para a autora, a Educação Ambiental pode se beneficiar da “Ecopsicologia” na medida em que a “Ecopsicologia” promove a conexão com a natureza, na qual as pessoas possam “amá-la” a partir do sentimento de pertencimento despertado através do contato direto com a natureza.

Segundo Roszak (1992, p. 321), o ser humano passa a agir e a pensar de forma coerente por meio de ações sustentáveis, a partir de um “senso de responsabilidade ética para com o planeta é experienciado vividamente como nossa responsabilidade ética para com outras pessoas”. Depois, o autor, no sexto princípio, afirma que o desenvolvimento do “ego ecológico” deve acontecer a partir da “reavaliação de certos traços de caráter compulsivamente masculinos”, baseando-se no Ecofeminismo: as estruturas sociais baseadas na ideia do homem como dominador da natureza - e da mulher, do feminino - passam a ser criticadas e, por fim, rejeitadas. Nesse sentido, o Ecofeminismo aponta que o problema não é o antropocentrismo em si, mas o androcentrismo: traços masculinos são enaltecidos na sociedade como poderosos e eficientes, apoiados em uma construção histórica marcada pela visão de que a natureza é obrigada a servir, ser explorada e reduzida de forma a se extrair dela “todos os seus segredos” (ROSZAK, 1992).

Assim, a partir da reavaliação dos traços masculinos da cultura dominante, Roszak (1992, p. 321) discute no sétimo princípio sobre as questões sociais e econômicas em direção a uma sociedade sustentável, tanto na esfera homem-natureza quanto na esfera homem-homem, rejeitando a ideia de desenvolvimento econômico em detrimento da dominação e destruição ambiental, mas reconhece o potencial tecnológico: afirma que a “Ecopsicologia” é “pós-industrial e não anti-industrial em sua orientação social”.

No sétimo princípio da “Ecopsicologia”, Roszak (1992) evidencia a busca de implicações sociais e políticas por meio da alteração do princípio econômico pautado no crescimento desenfreado em nome do desenvolvimento, mas ao mesmo tempo discute a “genialidade tecnológica” como uma forma de “reparar” as mazelas resultantes da revolução industrial.

Finalmente, a partir do oitavo, e último princípio, Roszak (1992, p. 321) afirma que “as necessidades do planeta são as necessidades da pessoa, os direitos da pessoa são os direitos do planeta”, traduzindo ideias holísticas da “Ecologia Profunda”, a qual se apoia na visão dos seres vivos como parte de uma grande teia, interconectada e interdependente, na qual o ser humano é concebido como um fio, e não uma espécie principal (antropocêntrica), e todos os seres vivos possuem direitos iguais. Nesse contexto, pautado na “igualdade biosférica”, de acordo com Braun (2005), a “Ecopsicologia” afirma o direito à igualdade com que todos os elementos da biosfera possuem de viver e se desenvolver plenamente para alcançar sua própria forma individual dentro do processo evolutivo.

Naess (2007) sustenta que a partir da “igualdade biosférica”, a “Ecologia Profunda” defende o respeito por todas as formas de vida, e o reconhecimento de viver, em sua maior capacidade de plenitude, de todos os seres vivos do planeta.

Baseado nos princípios e ideias de Roszak (1992), é possível observar similaridades com diferentes abordagens encontradas em correntes da Educação Ambiental. O autor sugere, entre outros conceitos voltados fundamentalmente à Psicologia, a inserção do ser humano na natureza, o despertar do sentimento de pertença, a concepção do ser humano a partir de uma visão holística, além de abordar questões sobre desenvolvimento e ideias apoiadas no Ecofeminismo. Nesse sentido, as propostas de Roszak (1992) encontram similaridades com as abordagens dentro da Educação Ambiental, em algumas correntes apresentadas por

Sauvé (2009). Entre elas: a “corrente naturalista”, a “corrente humanista”, a “corrente holística”, a “corrente da Ecoeducação” e a “corrente feminista”.

A “corrente naturalista”, de acordo com Sauvé (2008), tem centralidade na relação com a natureza e no entendimento de seus fenômenos ecológicos, na qual o enfoque educativo pode ser cognitivo (aprender sobre a natureza), experiencial (viver na natureza e aprender com ela), afetivo, espiritual ou artístico. Esta corrente tem enfoque educativo através da aprendizagem por imersão. De acordo com Sauvé (2008, p. 19), “as proposições da corrente naturalista com frequência reconhecem o valor intrínseco da natureza, acima e além dos recursos que ela proporciona e do saber que dela se pode obter”, e se propõe a desenvolver vínculos com a natureza por meio de experiências cognitivas e afetivas na natureza, como forma de entender os fenômenos ecológicos. O aprendizado é focado através dos sentidos: o educando é imerso na natureza por meio da educação ao ar livre (*outdoor education*). Além disso, é possível perceber similaridades com a “corrente naturalista” quando Roszak (1992, p. 321) discute que “as necessidades do planeta são as necessidades da pessoa, os direitos da pessoa são os direitos do planeta”. Ao mesmo tempo, os princípios apresentados por Roszak (1992) apresentam similaridades com a “corrente humanista”, na qual um sentimento de pertença é estimulado no ser humano.

Assim como a “corrente naturalista”, a “corrente humanista” tem como objetivo, por meio da Educação Ambiental, conhecer o meio de vida e se conhecer melhor em relação a ele, desenvolvendo um sentimento de pertença. A estratégia se dá através do estudo do meio, de itinerários ambientais e da leitura da paisagem. De acordo com Sauvé (2008):

Esta corrente dá ênfase à dimensão humana do meio ambiente, construído no cruzamento da natureza e da cultura. O ambiente não é somente apreendido como um conjunto de elementos biofísicos, que basta ser abordado com objetividade e rigor para ser mais bem compreendido, para interagir melhor. Corresponde a um meio de vida, com suas dimensões históricas, culturais, políticas, econômicas, estéticas etc. Não pode ser abordado sem se levar em conta sua significação, seu valor simbólico. O “patrimônio” não é somente natural, é igualmente cultural: as construções e os ordenamentos humanos são testemunhos da aliança entre a criação humana e os materiais e as possibilidades da natureza. A arquitetura, entre outros elementos, encontra-se no centro desta interação. O meio ambiente é também o da cidade, da praça pública, dos jardins cultivados, etc. (SAUVÉ, 2008, p. 25).

Segundo Sauvé (2008, p. 26), a essa Educação Ambiental que se d  por meio do conhecimento do meio ambiente, segundo a qual, ao conhecer melhor o meio,   possível intervir nele na busca por melhores condições: “a primeira etapa é a de construir uma representação coletiva mais rica possível do meio estudado”. Nesse contexto, a “corrente etnográfica” e a “corrente biorregionalista” têm apresentado algumas similaridades com a proposta de Roszak (1992) de buscar inspirações em outras culturas, como as culturas tradicionais, e desenvolver uma visão ecocêntrica em oposição   visão antropocêntrica. De acordo com o autor, para recuperar a qualidade “animística” inata às crianças, a “Ecopsicologia” se volta às práticas tradicionais, “misticismo da natureza, como expresso na religião e na arte” e na “experiência em ambientes selvagens” (1992, p. 321, tradução da autora).

Segundo Sauvé (2008), a corrente etnográfica têm privilegiado uma relação com a natureza por meio do sentimento de pertenc a, no qual a criança aprende que ela é parte do meio ambiente, desenvolvendo desta forma um sentimento de empatia. Esta corrente apresenta o território como concepção de meio ambiente e lugar de identidade, cujo objetivo é reconhecer a ligação entre natureza e cultura através de contos, narrações, lendas, canções e imersões em paisagens. Nas palavras de Sauvé (2008, p. 34, grifo da autora):

A corrente etnográfica d  ênfase ao caráter cultural da relação com o meio ambiente. A Educação Ambiental não deve impor uma visão de mundo; é **preciso levar em conta a cultura de referência das populações ou das comunidades envolvidas**. [...] A etnográfica propõe não somente adaptar a pedagogia às realidades culturais diferentes, como **se inspirar nas pedagogias de diversas culturas que têm outra relação com o meio ambiente**.

Assim como a corrente etnográfica, a “corrente biorregionalista” têm apresentado a concepção de meio ambiente como um lugar ao qual tem que se pertencer. Desenvolve-se competências em “ecodesenvolvimento comunitário”, local ou regional, cuja estratégia é explorar o meio ambiente e realizar projetos comunitários objetivando a integração da comunidade. Segundo Sauvé (2008, p. 28, grifo da autora):

A corrente biorregionalista **inspira-se geralmente numa  tica ecocêntrica** e centra a Educação Ambiental no desenvolvimento de uma relação preferencial com o meio local ou regional, no **desenvolvimento de um sentimento de pertenc a a este último e no compromisso em favor da valorização deste meio**. Trata-se de aprender a reabitar a Terra [...].

Anthony (1995, p. 264, tradução da autora) faz uma importante crítica à “Ecopsicologia” quando discute que “há um ponto cego na ‘Ecopsicologia’ porque o campo é limitado pela sua perspectiva Eurocêntrica, assim como o movimento ambiental como um todo tem sido cego ao racismo ambiental”. O autor discute que o movimento da Ecologia Profunda, visto pelo autor, como a base para a “Ecopsicologia”, não alcança as “muitas pessoas que gostariam de ouvir a voz da terra” (ANTHONY, 1995, p. 264, tradução da autora). De acordo com Anthony (1995, p. 265, tradução da autora, grifo da autora):

A Ecologia Profunda está em contato com algo, mas **o desejo de uma pequena fração da classe média e alta Européia de ouvir a voz da Terra pode ser em parte uma estratégia de pessoas dessas classes sociais para amplificar suas *próprias* vozes interiores em um momento em que se sentem ameaçados, não somente pela destruição do planeta, mas também pelas reivindicações legítimas de comunidades humanas multiculturais clamando para serem ouvidas.** [...] Querer ouvir a voz da terra, a noção de que a natureza clama em dor, tem um potencial limitado para alcançar e tocar muitas pessoas que vivem estilos de vida prosaicos do que aqueles que pensam sobre estes assuntos de uma forma mais intelectualizada e filosófica.

Anthony (1995) sugere então um “eu multicultural”, no qual seria possível ancorar as vozes de diferentes pessoas e culturas, e não apenas de pessoas brancas, e que significaria a desconstrução da “branquitude” ao reconhecer que o surgimento de colônias e países se deu através da miscigenação de diferentes povos, ainda que a partir de meios violentos, como o estupro de mulheres indígenas e negras. Outra crítica apresentada pelo autor é o conceito, na “Ecopsicologia”, de que as pessoas estariam alienadas de suas próprias raízes, conceito que não abrange a dimensão histórica de populações que perderam seu lugar no mundo, assim como o senso de pertencimento à Terra, através de processos brutais, como pessoas negras escravizadas e tiradas de sua terra a força, ou imigrantes forçados a saírem de sua terra natal por forças políticas ou econômicas (ANTHONY, 1995). Nesse sentido, o senso de alienação proposto pela “Ecopsicologia” seria lido de forma “mítica ou numa versão higienizada”, pois não levaria em conta a alienação causada por fatores políticos e econômicos que são intimamente ligados à discriminação racial, social, cultural e à dominação de povos e, conseqüentemente, à dominação da natureza (ANTHONY, 1995, p. 267).

A partir das considerações de Anthony (1995), Roszak (1995) aponta, utilizando a experiência de nativos americanos, como populações tradicionais são

comumente utilizadas para concentrar um “senso de violação” em grupos étnicos específicos, quando, na realidade, essas violações estão longe de pertencer a um grupo étnico específico. Assim, os aspectos violentos que circundam a relação da sociedade ocidental com populações tradicionais se tornam romantizados, pois, de acordo com Roszak (1995), é menos ameaçador lidar com um grupo pequeno e que se encontra longe dos lugares onde a maioria das pessoas vivem suas vidas (nos centros urbanos), do que reconhecer que essas violações se estendem a inúmeros grupos minoritários situados, inclusive, nos centros urbanos, porém muitas vezes irreconhecíveis em virtude da marginalização forçada (ANTHONY, 1995). Sobre a alienação de populações com a terra, especificamente a população afrodescendente, Anthony (1995, p. 268, tradução da autora) aponta que:

Quando negros foram forçados a trabalhar a terra, o processo de dominação humana e da exploração da natureza ocorreram exatamente ao mesmo tempo. [...] Você consegue perceber o padrão sobre a falta de cuidado, um padrão de exploração impiedoso da terra, começar precisamente no tempo em que se institui a escravidão.

O autor finaliza sugerindo dois aspectos que seriam fundamentais para iniciar uma revolução ambiental baseada na justiça social: 1) abraçar a diversidade humana no modo como lidamos uns com os outros, ao contrário da noção de que pessoas brancas são “convencionais” e o resto é “outro”, partindo de uma perspectiva multicultural; 2) o aspecto urbano é a base para reconhecer a diversidade cultural, justiça social e liderança multicultural como aspectos centrais na reestruturação de cidades, possibilitando sanar necessidades humanas básicas e garantir dignidade para todos, e não apenas alguns (ANTHONY, 1995).

Sobre a “corrente holística”, Sauvé (2008) afirma que se concebe o meio ambiente como um todo, no qual é desejável desenvolver as múltiplas dimensões do ser, em interação com as dimensões do meio ambiente. A estratégia utilizada são oficinas de criação e exploração livre, na qual um conhecimento “orgânico” se desenvolve para que as a  o  s tomadas sejam participativas. A “corrente holística” busca integrar atividades criativas com a natureza, nas quais as expressões de cada ser possa entrar em sintonia com os processos da natureza e assim transformar-se em um processo “orgânico”. Nas palavras de Sauvé (2008, p. 27):

É preciso levar em conta não apenas o conjunto das múltiplas dimensões das realidades socioambientais, mas t  mb  m das diversas dimensões da pessoa que entra em relação com estas realidades, da globalidade e da complexidade de seu “ser-no-mundo”. O sentido de “global” aqui é muito diferente de “planetário”; significa, antes, holístico, referindo-se à totalidade

de cada ser, de cada realidade, e à rede de relações que une os seres entre si em conjuntos onde eles adquirem sentido.

Nesse sentido, ao sinalizar a importância de tomar o ser-humano em sua totalidade, Roszak (1992) se apoia na “Gestalt-terapia”. Segundo Ribeiro (1994), a “Gestalt-Terapia” propõe que o indivíduo seja percebido na sua totalidade no processo terapêutico. Por isso, Roszak (1992, p. 275) diz considerar que a síntese que a “Gestalt-Terapia” faz de outras teorias, faz dela uma “entre as formas modernas de introspecção mais ricas”. A “Gestalt-Terapia” “compreende o homem como uma totalidade integrada ao ambiente em que vive e com o qual possui uma relação de interdependência, de forma tal que pessoa-mundo constitui uma unidade de sentido” e, de acordo com Doca e Carvalho (2018, p. 379), a “Gestalt-Terapia”

Reconhece o vínculo natural e profundo do ser humano com o meio ambiente - sendo este compreendido não apenas em sua dimensão espacial e geográfica na qual ele vive e age, mas sobretudo em sua condição de organismo vivo ao qual o homem pertence.

A partir de contribuição do ecofeminismo, Roszak (1992) discute a importância de “reavaliar certos traços de caráter compulsivamente masculinos”, como apresentado no sexto princípio. Pode-se identificar uma tendência para a corrente feminista, na qual de acordo com Sauvé (2008, p. 32)

adota a análise e a denúncia das relações de poder dentro dos grupos sociais. Mas, além disso, e quanto às relações de poder nos campos político e econômico, a ênfase está nas relações de poder que os homens ainda exercem sobre as mulheres, em certos contextos, e na necessidade de integrar as perspectivas e valores feministas aos modos de governo, de produção, de consumo, de organização social

E continua:

Em matéria de meio ambiente, uma ligação estreita ficou estabelecida entre a dominação das mulheres e a da natureza: trabalhar para restabelecer relações harmônicas com a natureza    indissociável de um projeto social que aponta para a harmonização das relações entre os humanos, mais especificamente entre os homens e as mulheres.

No entanto, Roszak (1992) afirma que a “Ecopsicologia” “apoia-se significativamente em alguns [não todos] insights do Ecofeminismo”, não deixando claro quais seriam os *insights*, tampouco aprofundando a dimensão social da desigualdade entre homens e mulheres. Sobre a visão da “corrente crítica” pela “corrente feminista”, Sauvé (2008, p. 32) afirma que a “corrente feminista” se opõe à “corrente crítica”    medida que recusa o enfoque racional das problemáticas ambientais, buscando “enfoques intuitivo, afetivo, simbólico, espiritual ou artístico

das realidades do meio ambiente” na qual “são igualmente valorizados” e também denuncia a falta de participação das mulheres na construção de proposições ambientais:

A insignificância dos argumentos (associados à idéia de sustentabilidade) e a arrogância dos que a desenvolvem, quer dizer, homens brancos, classe média, educados e profissionais, são evidentes. Devemos estimular as pessoas a desconstruírem estes argumentos para pôr em dia os valores que os sustentam e as perspectivas que eles supõem. (GOUGH, 1998, p. 168 apud SAUVÉ, 2008, p. 33).

Há, ainda, a corrente da “ecoeducação” que apresenta similaridade com as proposições da “Ecopsicologia” a partir da contribuição de Shepard (1995). De acordo com o autor, “os hábitos eco suicidas da nossa espécie estão longe de ser apenas uma aberração da sociedade industrial somente” (1995, p. 21), afirmando que essa tendência está enraizada na forma de uma “mutilação ontogênica” que, segundo o autor, se inicia na “invenção” da agricultura, quando “a cultura humana alcançou um falso senso de separação de si com seu habitat natural”, assistindo à perda de ritos de passagem que, segundo Shepard (1995), seriam essenciais para uma saudável formação do psicológico humano e relação com o meio ambiente. A saúde mental padrão da qual desviamos, de acordo com o autor, vem do modo de viver de comunidades tribais, na qual celebrava-se “etapas e passagens individuais” de desenvolvimento com rituais de passagem realizados por todos os membros do grupo.

A “corrente da ecoeducação” apresentada por Sauvé (2008) propõe trabalhar a relação com o meio ambiente como desenvolvimento pessoal. A concepção de meio ambiente é entendida como uma esfera de interação essencial, na qual se propõe duas proposições, a “ecoforma  o” e a “ecoontog  nese”. Quanto    “ecoforma  o”, Pineau (apud SAUVÉ, 2008, p. 36) discute que a formação do sujeito se d   em três movimentos: a “socialização”, na qual o sujeito “recebe” a educação dos homens, pais e semelhantes; a “personalização”, através da “autoformação”, na qual o sujeito “reage sobre a aparição de sua própria forma” e a “ecologização”, que se d   através da “ecoforma  o”, que diz respeito a “formação pessoal que cada um recebe de seu meio físico”. Quanto a “ecoforma  o”, Berryman (apud SAUVÉ, 2008, p. 36-37, grifo da autora)

Evidencia também que as relações com o meio ambiente desempenham um papel importante no desenvolvimento do sujeito, em sua ontogênese. [...] Antes do tema da resolução de problemas e em uma perspectiva de educação fundamental, são os laços com o meio

ambiente que devem ser considerados em Educação Ambiental como um elemento central e primordial da ontogênese.

Nesta corrente, se evidencia a importância de reconhecer o meio ambiente como fundamental no desenvolvimento do ser humano, visto que a relação com o meio ambiente em um estágio de aprendizado inicial, ou seja, ainda na infância, faz parte da formação e do desenvolvimento do ser humano.

Apoiada nas macrotendências elaboradas por Layrargues e Lima (2014) e nas diferentes correntes apresentadas por Sauvé (2008), apresentadas aqui com o objetivo de apontar as similaridades com as propostas da “Ecopsicologia”, as abordagens propostas por Roszak parecem aproximar-se da “macrotendência conservacionista” apresentada por Layrargues e Lima (2014). De acordo com os autores, a macrotendência conservacionista se caracteriza a partir dos princípios da ecologia, “na valorização da dimensão afetiva em relação à natureza e na mudança do comportamento individual em relação ao ambiente” (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 30). Assim, apesar das preocupações apontadas por Roszak (1992) quanto   estrutura social determinada por uma visão de mundo fundamentada em dicotomias, percebe-se a ausência do debate de questões sociais, raciais ou de g nero profundas dentro da “Ecopsicologia”, apontando “representações conservadoras da educação e da sociedade”, pois deixa de questionar a estrutura social em sua totalidade (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Paralelamente, as propostas de Roszak (1992) não se aproximam, inteiramente, da “vertente crítica”. Ao mesmo tempo que o autor critica reducionismos e propõe o contato com a natureza como uma abordagem importante para despertar sentimentos de pertenc a, o autor discute, ao falar sobre a “cura” da alienação do ser humano com a natureza, que:

Aqueles que acreditam que essa condição pode ser facilmente remediada, por exemplo, passando algumas horas em um chalé, simplesmente não estão em contato com a verdadeira dimensão de sua própria alienação. (ROSZAK, 1995, p. 7, tradução da autora).

Roszak (1992) ainda apresenta críticas ao modelo hegemônico da atualidade, que está fundamentado na visão cartesiana-newtoniana, mas mant m as críticas na superficialidade, dando ênfase   visões tradicionais de conexão com a natureza e contato humano com a natureza. Portanto, como já apontado por Sauvé (2008), a corrente crítica não se trata de uma crítica “estéril”, mas, sim, de uma crítica que pode apontar a transformação de realidades, através de questionamentos de

correntes e visões dominantes sobre o que é meio ambiente. De acordo com Sauvé (2008, p. 30, grifo da autora):

Esta postura crítica, com um **componente necessariamente político, aponta para a transformação de realidades**. Não se trata de uma crítica estéril. Da pesquisa ou no curso dela emergem projetos de a  o em uma perspectiva de emancipação, de **libertação das alienações**. Trata-se de uma postura corajosa, porque ela **começa primeiro por confrontar a si mesma (a pertinência de seus próprios fundamentos, a coerência de seu próprio atuar) e porque ela implica o questionamento dos lugares-comuns e das correntes dominantes**.

Ainda assim, apesar da crítica estéril apontada por Sauvé, Roszak (1992) discute a necessidade de evitar reducionismos e discute a importância de olhar criticamente para visões dominantes de mundo, que, segundo o autor, nos levaram à atual crise planetária que vivemos. Quando Roszak (1995) discute a importância de se adotar estratégias que sejam complexas, ao contrário de simplistas,    possível entender que o autor critica as abordagens e visões reducionistas encontradas no âmbito do movimento ambientalista, ou seja, abordagens puramente ecológicas que não levam em conta outras dimensões, como a psicológica proposta pela “Ecopsicologia”. É nesse contexto que o autor apresenta a ideia de que as pessoas engajadas no movimento ambientalista pareciam não se preocupar em discutir abordagens que levassem em conta o psicológico a quem se dirigia os alertas. É interessante observar que as proposições de Roszak, se inserem em um momento que, segundo Layrargues e Lima (2014), a “vertente conservacionista” se apresentava como vertente hegemônica.

Quanto    crítica ao reducionismo, Roszak (1992) encontra sustentac  o em Layrargues e Lima (2014) quanto    direção para uma abordagem crítica. Segundo os autores a questão ambiental não encontrar   respostas em soluções reducionistas e, os reducionismos são empobrecedores, conjugando-se, dessa maneira, ao pensamento da complexidade – e é justamente disso que resulta o potencial da macrotendência crítica para ressignificar falsas dualidades que o paradigma dominante impõe (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Rozzak (1992), então, admite a importância de rejeitar as dualidades que penetram a sociedade e lhe d  o a característica repressora que permeia todos os setores do campo social, pessoal e ecológico. Sua proposta é, fundamentalmente, começar o trabalho e a “cura” na infância, de forma a manter a conexão homem-natureza, e não reprimi-la na vida adulta. Dessa forma, ele discute que mudanças

positivas podem ocorrer em direção a uma relação homem-natureza saudável e uma sociedade justa, mas parece focar nas abordagens a partir da proposta de imersão na natureza para que o ser humano desperte o senso de pertencimento.

Apesar dos limites entre a “Ecopsicologia” e a Educação Ambiental, é perceptível a vontade por mudança nesse novo campo de conhecimento. Através da literatura e contato com os diversos trabalhos realizados na área no Brasil, nota-se a importância da dimensão psicológica não só na esfera pessoal, mas também na esfera ambiental - e coletiva. Carvalho (2013) afirma que a “Ecopsicologia” é uma abordagem emergente que se choca com uma visão antropocêntrica da Psicologia, sugerindo a existência de psicopatologias veladas proveniente da relação homem-natureza que hoje se encontra deturpada e doente. Essa relação homem-natureza que se enfraqueceu ao longo da história, principalmente através do desenvolvimento urbano-industrial, dá força à visão antropocêntrica que rejeita a ideia da existência de um “inconsciente ecológico”, segundo o qual o ser humano teria em sua dimensão psíquica a presença da natureza e da conexão integrativa.

Desse modo, Rozsak (1995), ao discutir as dimensões do “pessoal e do planetário”, representantes da ligação entre a Psicoterapia e o movimento ambientalista, sustenta que a interação sinérgica entre os dois é indissociável, pois as necessidades do planeta também são as necessidades das pessoas, assim como os direitos das pessoas também são os direitos do planeta. De acordo com o autor, ao compreender essa relação, o “ego ecológico” dos seres humanos amadurece em direção a um senso de responsabilidade ética com o planeta, que passaria a permear as relações sociais e políticas, além da relação homem-natureza.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar esta pesquisa, o meu sentir era de que a desconexão com o mundo natural levou também à desconexão do ser humano com ele mesmo. Como disse Carson (1962), “o homem é uma parte da natureza e sua luta contra a natureza é inevitavelmente uma luta contra si mesmo”. De onde partir e como partir para alcançar as respostas necessárias?

Esses sentimentos e pensamentos me levaram à “Ecopsicologia”, que pareceu me mostrar um possível caminho entre a crise e a “cura” para lidar com o abismo que nos encontramos hoje. Nesse contexto, enquanto estudante de Ecologia, senti-me tomada pelo desejo de pesquisar como a Ecologia e a Psicologia, juntas, podem se aliar à Educação Ambiental na busca por um mundo mais justo para todos, humanos e não-humanos, um mundo no qual todas as relações sejam harmônicas e, acima de tudo, respeitadas. Respeitosa não apenas entre o ser humano e o meio ambiente, mas também respeitosa entre ser humano e ser humano, com valores de igualdade e justiça para todos.

Na tentativa de entender e trabalhar essas questões, deparei-me com diferentes autores e perspectivas que buscam dimensionar o campo da Educação Ambiental quanto aos seus limites, possibilidades e vertentes. A partir de diferentes modos de compreender o meio ambiente e a sociedade, muitas foram as correntes que surgiram na Educação Ambiental durante sua história. Apesar da existência de diferentes eixos e abordagens na Educação Ambiental:

Cada corrente se distingue por características particulares, mas podem se observar zonas de convergência. Por outro lado, a análise de proposições específicas ou de relatos de intervenção nos levam amiúde a constatar que eles integram características de duas ou três correntes. (SAUVÉ, 2008, p. 39).

Segundo Carvalho (2012):

A EA [Educação Ambiental] está efetivamente oferecendo um ambiente de aprendizagem social e individual no sentido mais profundo da experiência de aprender. Uma aprendizagem em seu sentido radical, a qual, muito mais do que apenas prover conteúdos e informações, gera processos de formação do sujeito humano, instituindo novos modos de ser, compreender, posicionar-se ante outros e si-mesmo, enfrentando os desafios e crises do tempo em que vivemos. (CARVALHO, 2012, p. 54-55).

Acredito que, como ser humano de um mundo repleto de diversidade ecológica e humana, nada mais justo do que encontrarmos diversidade nas

abordagens da Educação Ambiental, permitindo que as discussões se tornem mais ricas, vistas de diferentes pontos de vista e influências históricas. Nas palavras de Layrargues e Lima (2014, p. 27):

Com o tempo, os educadores ambientais perceberam que, da mesma maneira que existem diferentes concepções da natureza, meio ambiente, sociedade e educação, também existem diferentes concepções de Educação Ambiental. Ela deixou de ser vista como uma prática pedagógica monolítica, e começou a ser entendida como plural, podendo assumir diversas expressões.

A Educação Ambiental propõe a revisão de valores e comportamentos sociais que incitam mudanças profundas na percepção acerca do meio ambiente, assim como nas relações humanas construídas nele, onde valores e atitudes do sujeito a respeito de si, do outro e da natureza possam ser vistos e reavaliados de forma a se considerar múltiplos aspectos que afetam essas relações. Como tem sido apontado por vários autores do campo, o caminho não deve se ater apenas a aspectos da vida natural, e deve interligar a crise ambiental à sociedade, seus modos de vida e modo de se relacionar. Nesse sentido, Carvalho (2012, p. 154) afirma que:

A Educação Ambiental é uma proposta educativa que nasce em um momento histórico de alta complexidade. Faz parte de uma tentativa de responder aos sinais de falência de todo um modo de vida, o qual já não sustenta as promessas de felicidade, afluência, progresso e desenvolvimento. A modernidade ocidental, da qual somos filhos, apostou todas as suas fichas em uma razão científica objetificadora e no otimismo tecnológico correspondente. Do mesmo modo, fez-nos crer que o bem viver residia no imperativo da acumulação material baseada nos circuitos de trabalho, produção e consumo, dos quais parcelas cada vez maiores da população do planeta estão sendo dramaticamente excluídas ou, dito de outra forma, incluídas em posições de absoluta inferioridade e desigualdade

Nesse sentido, a discussão fundamentada na “Ecopsicologia”, que tem como pressuposto o fato de a crise ambiental ter conexão com a crise psicológica que vivemos na atualidade, pode ser percebida não só através de desastres ambientais, mas também através do enfraquecimento entre as relações do campo individual, social e ecológico (CARVALHO, 2013). A crise ambiental é percebida, na “Ecopsicologia”, como uma “disfuncionalidade” da visão de mundo cartesiana-newtoniana, que revela um conjunto de crenças e valores, como acumulação, competição, consumo e crescimento econômico sem fim, que afetam tanto o meio ambiente e os seres que nele vivem e dele dependem, como os seres humanos que também compartilham dessa mesma relação de dependência e sobrevivência com o meio ambiente. A partir de uma visão holística e integradora, a “Ecopsicologia”

busca extinguir as noções dualistas que permeiam todos os campos da sociedade e da mente humana, como humano-natureza, ecologia-psicologia ou mente-corpo. A integração do existencial e do ecológico, do ecossistema e da psique, bem como do indivíduo e da comunidade, seria indispensável para atingir uma visão não-reducionista e não-fragmentada, o que culminaria no rompimento da alienação nas dimensões ecológica, ambiental, cultural, social e psicológica.

Como vimos, é notória a relação que se faz, na “Ecopsicologia”, entre o adoecimento psíquico e o adoecimento ambiental, segundo a qual o adoecimento ambiental e o adoecimento psíquico são inseparáveis, causados pelas dualidades históricas que estão enraizadas na mente de todos nós. No entanto, falta no campo uma visão crítica que englobe os problemas sociais, raciais e de gênero como fatores que também têm seu “papel” na destruição do meio ambiente e na concretização de valores desumanos.

A “Ecopsicologia” busca, assim como a Educação Ambiental, modos de desenvolver visões e práticas alternativas à visão e às práticas hegemônicas da atualidade, que se apoiam na visão de mundo cartesiana-newtoniana e se apresentam como uma visão reducionista, fragmentada e utilitarista. No entanto, a crítica apresentada por Anthony (1995), como vimos na seção 5, é de suma importância, ao passo que advogar pela “cura” da conexão entre homem e natureza sem considerar aspectos sociais, raciais e de gênero torna a crítica às práticas hegemônicas rasa, pois apenas reforça o “direito” à conexão homem-natureza a grupos já privilegiados e que são contemplados de forma positiva pelo modelo hegemônico.

Através do levantamento de trabalhos que abordam os temas “Ecopsicologia” e Educação Ambiental no Brasil, pudemos observar uma busca, por meio dos fundamentos, dos conceitos e das bases da “Ecopsicologia” para sustentar diferentes saberes, ações e práticas na Educação Ambiental, de forma a pavimentar novos caminhos em direção à cura da relação homem-natureza.

A partir da pesquisa realizada, o contato com diversas literaturas e autores, assim como diferentes pontos de vista, fica clara a relação entre a problemática social e a problemática ambiental. Quando Roszak explicita suas preocupações com as abordagens do movimento ambientalista, ao citar uma “imagem norteadora simplista”, aponta uma crítica voltada às abordagens reducionistas, encontradas na

macrotendência conservacionista e pragmática. Mas, ao mesmo tempo que o faz, deixa essa discussão na superfície, dando ênfase a proposições que acabam sendo mais próximas de vertentes conservacionistas e conservadoras.

Além de se preocupar com qual abordagem seria eficiente para a “cura” da relação homem-natureza, Roszak (1992) também discute e aponta para a necessidade de se levar em conta o contexto psicológico no movimento ambientalista. De acordo com o autor, “o movimento ambiental trabalhou para organizar, educar e agitar com pouca consideração pelas complexidades frágeis do público que desejava conquistar” (ROSZAK, 1995, p. 2, tradução da autora), e afirma que após um período necessário de alertas e conscientização de termos ecológicos, as pessoas, agora, precisam ser despertadas para novos modos de viver que permitam uma prática saudável de relação do homem com a natureza, algo além do mero conhecimento de conceitos e termos ecológicos. É importante apontar que Roszak (1992) apresenta suas propostas em um contexto no qual a Educação Ambiental se encontrava fortemente voltada ao conservacionismo. Nas palavras de Layrargues e Lima (2014, p. 27, grifo da autora):

Em um momento inicial, concebia-se a Educação Ambiental como um saber e uma prática fundamentalmente conservacionista, ou seja, **uma prática educativa que tinha como horizonte o despertar de uma nova sensibilidade humana para com a natureza, desenvolvendo-se a lógica do “conhecer para amar, amar para preservar”**, orientada pela conscientização “ecológica” e tendo por base a ciência ecológica. Isso provavelmente porque a face mais visível da crise ambiental em seu período inicial foi a degradação de ambientes naturais e porque as ciências ambientais naquela época ainda não estavam maduras o suficiente para compreender a complexidade das relações entre sociedade e natureza. **Os problemas ambientais eram percebidos como efeitos colaterais de um projeto inevitável de modernização, passíveis de serem corrigidos, ora pela difusão de informação e de educação sobre o meio ambiente, ora pela utilização dos produtos do desenvolvimento tecnológico.**

Dessa forma, Roszak (1995) defende a necessidade de que a comunidade psicoterapeuta, juntamente com o movimento ambiental, recorra a “motivações afirmativas e o amor pela natureza”, ao contrário de se utilizar de estratégias reducionistas que acabam por paralisar as pessoas para a ação.

Quanto aos psicoterapeutas, segundo Roszak (1995, p. 2-3, tradução da autora), o entendimento acerca da sanidade humana parece ter parado nos “limites da cidade”. O autor afirma que os problemas psicoterapêuticos e os problemas ecológicos “não podem ser resolvidos dentro dos limites de estados-nações”, necessitando ser discutido e endereçado ao mundo todo, incluindo gerações,

diferentes culturas e todas as instituições político-econômicas vigentes, de modo a iniciar uma profunda mudança na estrutura hegemônica que concebe o meio ambiente como um conjunto de recursos a serem utilizados (ROSZAK, 1995, p.1).

Nesse sentido, o autor afirma que:

Nós estamos vivendo em um tempo no qual tanto a Terra quando a espécie humana parece clamar por um **reajuste radical no pensamento político**. É possível que o pessoal e o planetário apontam para um caminho em direção a uma nova base para uma vida emocional e econômica sustentável, uma sociedade de cidadania ambiental que pode unir o intimamente emocional e o vasto biosférico? (ROSZAK, 1995, p. 2, tradução da autora, grifo da autora).

Como discutido na seção 2.2.1, tendo como referências as ideias de Freud, de Jung, da Gestalt-Terapia e da Ecologia Profunda, Roszak escreve sobre a possibilidade de, ao despertar um sentimento de amor do ser humano em relação à natureza, a relação homem-natureza se tornar uma relação de unicidade, reciprocidade, cumplicidade e lealdade, na qual uma nova “concepção de psique, ecologicamente baseada”, estaria disposta a admitir os “laços intrínsecos que existem entre nós e a biosfera, e tudo nela que nos sustenta à vida” (ROSZAK, 1995, p. 17).

Como discutido ao longo do trabalho, as abordagens propostas pela “Ecopsicologia” podem ser encontradas e comparadas a variadas vertentes da Educação Ambiental, como a corrente “naturalista”, “etnográfica”, “biorregionalista”, “holística”, “humanista”, “feminista”, podendo, inclusive, aproximar-se da macrotendência “conservacionista”. De fato, a “Ecopsicologia” busca suas fundamentações nas mais variadas teorias e a partir dos mais variados conceitos do campo da Psicologia. Parece-me contraditório que, ao mesmo tempo em que Roszak (1992) propõe um reajuste radical no pensamento político, as abordagens se voltem àquelas encontradas nas vertentes conservacionista, humanista e naturalista.

Levando em consideração a discussão levantada pelo presente trabalho, uma das contribuições da “Ecopsicologia” para a Educação Ambiental é no sentido de que as políticas públicas mudem a visão do que, essencialmente, significa saúde. Ao longo do trabalho foram apresentados alguns estudos que mostram os efeitos da natureza na saúde psicológica do ser humano, como o “efeito floresta” de Greenway (1995), que são investigados por diversos outros estudos e demonstram benefícios positivos do contato do ser humano com a natureza (BAUER, 2012; BOWLER *et al.*,

2010; HOME; HUNZIKER; BAUER, 2012; KNOPF, 1987; ULRICH, 1983; ULRICH *et al.*, 1991; WARD THOMPSON; ASPINALL, 2011).

Nas palavras de Roszak (1995, p. 14, tradução da autora, grifo da autora):

Mesmo que esse compromisso nunca se qualifique como mais do que uma “mera” hipótese, pode contribuir significativamente para uma política diferente. Ao assumir uma profunda conexão entre psique e Gaia, a **“Ecopsicologia” poderia produzir uma reavaliação das estratégias políticas do movimento ambiental, podendo gerar um novo critério de saúde mental ambientalmente baseado, que poderia assumir implicações legais e decisivas na produção de políticas públicas.** Ao sugerir, com o peso de profissionais da psicologia, que as pessoas são ligadas emocionalmente à terra, **poderia se redefinir o entendimento de “sanidade”, um significado que poderia atingir até a mesma força política e legal que agora atribui riscos físicos à resíduos tóxicos.**

Nesse sentido, propor mudanças a partir do sistema de políticas públicas pode ser um grande passo para uma nova e, talvez, mais completa visão da relação homem-natureza. Considerando o objetivo do trabalho, acredito ser importante destacar que aspectos psicológicos não são abordados de maneira explícita nas recomendações da Conferência de Estocolmo, da Conferência de Belgrado, da Conferência de Tbilisi ou da Rio-92, no documento Agenda 21. Essas Conferências constituem marcos para a Educação Ambiental através de diferentes dimensões abordadas e desenvolvidas em cada encontro, entre elas dimensões políticas, pedagógicas e de práticas no âmbito da Educação Ambiental. Entre algumas proposições encontradas nos tratados e documentos oficiais das Conferências, a respeito das bases para se trabalhar a Educação Ambiental, se encontram: as dimensões socioculturais e econômicas; os valores éticos; os aspectos biológicos e físicos, histórico-cultural, político, moral e técnico.

Na Conferência de Belgrado (SÃO PAULO, 1994, p. 13), a primeira diretriz básica dos programas de Educação Ambiental discute que “a Educação Ambiental deve considerar o ambiente em sua totalidade - natural e construído pelo homem, ecológico, político, econômico, tecnológico, social, legislativo, cultural e estético”. Na Conferência de Tbilisi, sobre a função, objetivos e princípios diretores da Educação Ambiental:

Embora seja óbvio que os aspectos biológicos e físicos constituem a base natural do ambiente humano, as **dimensões socioculturais e econômicas, e os valores éticos definem, por sua vez, as orientações e os instrumentos com os quais o homem poderá compreender e utilizar melhor os recursos da natureza,** com o objetivo de satisfazer suas necessidades. (SÃO PAULO, 1994, p. 30, grifo da autora).

Sobre os princípios diretores, segundo o documento da Conferência de Tbilisi, a Educação Ambiental deverá “considerar o ambiente em sua totalidade, ou seja, em seus aspectos naturais e artificiais, tecnológicos e sociais (econômico, político, técnico, histórico-cultural, moral e estético)” (SÃO PAULO, 1994, p. 31).

Sobre os objetivos da Educação Ambiental, ainda a partir da Conferência de Tbilisi:

Um objetivo fundamental da Educação Ambiental: é conseguir que indivíduos e coletividades compreendam a natureza complexa do meio ambiente natural e daquele criado pelo homem, resultante da **interação de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais** [...] (SÃO PAULO, 1994, p. 30, grifo da autora).

Os aspectos discutidos, quando remetidos de alguma forma à esfera psicológica, mantêm-se voltados a ideias sobre mudanças de comportamentos e atitudes, ainda sem abordar a dimensão psicológica de maneira clara:

[...] mediante a Educação Ambiental: **transformar progressivamente as atitudes e os comportamentos** para fazer com que todos os membros da comunidade tomem consciência de suas responsabilidades na concepção, elaboração e aplicação dos programas nacionais ou internacionais relacionados ao meio ambiente (SÃO PAULO, 1994, p. 33, grifo da autora).

Sobre um viés comportamentalista, é possível ler o seguinte trecho nas recomendações da Conferência de Tbilisi:

[...] a educação deve desempenhar uma função capital visando criar uma consciência e melhor compreensão dos problemas que afetam o meio ambiente. **Essa educação vai estimular a formação de comportamentos positivos em relação ao meio ambiente e à utilização de seus recursos pelas nações** (SÃO PAULO, 1994, p. 28, grifo da autora).

E também:

[...] Cabe à EA transmitir conhecimentos necessários para [...] **estimular os valores éticos econômicos e estéticos que constituem a base de uma autodisciplina, favorecer o desenvolvimento de comportamentos compatíveis com a preservação e a melhoria desse ambiente** (SÃO PAULO, 1994, p. 28, grifo da autora).

Sobre a interdependência entre aspectos a serem considerados na Educação Ambiental, não são abordados quanto à relação entre a dimensão psicológica e ambiental:

[...] Ao adotar um enfoque global enraizado numa ampla base interdisciplinar, a **Educação Ambiental** cria mais uma vez uma perspectiva geral dentro da qual se **reconhece a existência de uma profunda interdependência entre o ambiente natural e o ambiente construído**. (SÃO PAULO, 1994, p. 28, grifo da autora).

Já no documento da “Agenda 21”, documento voltado para metodologia de implementação do desenvolvimento sustentável, e no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (LORENZETTI, 2008), é possível ler as seguintes proposições sobre a reorientação da educação na direção do desenvolvimento sustentável: “a Educação Ambiental e para o Desenvolvimento Sustentável deverá tratar da dinâmica tanto do ambiente físico-biológico quanto do socioeconômico e do desenvolvimento humano (que pode incluir o espiritual)” (SÃO PAULO, 1994, p. 55). Aqui já é possível encontrar uma menção ao aspecto espiritual, embora ainda não aborde o aspecto psicológico. Porém, no mesmo documento, ao abordar a importância de ofertar habitação adequada, se encontra o seguinte trecho: “o acesso a habitação segura e saudável é essencial para o bem-estar físico, **psicológico**, social e econômico das pessoas, devendo ser parte fundamental das atividades nacionais e internacionais” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1996, p. 56, grifo da autora).

A partir da revisão de literatura feita pelo presente trabalho, é possível apontar que, apesar de faltar uma discussão aprofundada sobre os aspectos psicológicos na construção e na relação com o meio ambiente nesses encontros internacionais sobre Educação Ambiental, a “Ecopsicologia”, enquanto um novo campo do conhecimento em elaboração, pode contribuir para políticas que reconheçam a conexão entre bem-estar psicológico e ambiental como dimensões inseparáveis. Ao longo do trabalho, procurei discutir diferentes vertentes e visões da Educação Ambiental como forma de entender as relações que podem ser estabelecidas entre a “Ecopsicologia” e a Educação Ambiental. Acredito que as contribuições ao campo da Educação Ambiental são sempre bem-vindas, ampliando, desta forma, as visões e as possibilidades no tratamento de um assunto tão emergente e global.

No contexto da educação, é possível que a “Ecopsicologia” contribua por meio da adoção de outros meios para abordar e trabalhar a questão ambiental sem englobar medo, vergonha e culpa, rompendo com uma visão de mundo fragmentada, de maneira que se possa contemplar a relação homem-natureza por meio de uma ciência que se dedica a estudar as inter-relações entre homem e seu ecossistema, em sua teia complexa de interdependência. Essas ideias encontram sustentação em Leff (2003), que propõe uma educação que busca deslocar-se do conhecimento especializado em disciplinas e fragmentado, isto é, propõe uma

educação problematizadora da razão instrumental, integrando o “conhecimento racional” ao “conhecimento sensível”, como uma via para entender as complexidades das interrelações entre sociedade e natureza. A intenção é distanciar-se de uma educação domesticadora, ou da “concepção bancária de educação”, segundo a qual, o educador se torna depositante do conhecimento, e o educando se torna mero depositário, que memoriza e repete o conhecimento sem reflexão crítica, perpetuando uma injusta ordem social (FREIRE, 1987).

A recomendação da Conferência de Tbilisi de “ajudar a descobrir os sintomas e as causas reais dos problemas ambientais” pode encontrar uma aliada na “Ecopsicologia”. Isso porque a teoria da “Ecopsicologia” é de que, essencialmente, a raiz dos nossos problemas ambientais estão intrinsecamente ligados a aspectos psicológicos, que se modificam e se transformam ao longo da nossa história, quanto à relação do homem com a natureza. Da mesma forma que, como apontado por Sauvé (2008), diversas vertentes da Educação Ambiental trabalham com visões e fundamentações teóricas similares entre si, a “Ecopsicologia” também apresenta diferentes visões e fundamentações teóricas em seu próprio campo. Assim, abordagens práticas e teóricas da “Ecopsicologia” podem ser incorporadas em diferentes correntes da Educação Ambiental.

Para finalizar, cabe perguntar se    possível que a “Ecopsicologia” possa dar origem a uma nova vertente de Educação Ambiental, na qual sejam abordadas as relações entre questões psicológicas e ambientais a partir de suas próprias fundamentações teóricas e contribuições de diferentes correntes da Educação Ambiental, como a corrente da ecoeducação ou da educação ambiental crítica, dentro das quais existem diferentes vertentes e visões sobre educação e meio ambiente.

REFERÊNCIAS

- ANTHONY, C. Ecopsychology and the deconstruction of whiteness. *In*: ROSZAK, T.; GOMES, M. E.; KANNER, A. D. (ed.). **Ecopsychology**: Restoring the Earth, healing the mind. San Francisco: Sierra Club, 1995. p. 263-278.
- BARKER, R. G. *et al.* **Ecological psychology**: concepts and methods for studying the environment of human behavior. 1968.
- BARKER, R., C.; SCHOGGEN, P. **Qualities of community life**. 1973.
- BARKER, R. G.; WRIGHT, H. F. **Midwest and its children**: the psychological decay of an American town. 1954.
- BILIBIO, M. A. C. Ecopsicologia, Ecologia Profunda e Educação Ambiental. **Revista Recaminho**, Brasília, p. 8-10, 2009.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo da psicologia. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.
- BÔLLA, K. D. S. **A natureza precisa das crianças e as crianças precisam da natureza**: a integração entre Ecopsicologia e educação como um caminho para o bem-estar e a sustentabilidade. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2019. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNESC-1_c2fa5b782842bafa39c4d41052cf900a. Acesso em: 14 ago. 2020.
- BÔLLA, K. D. S.; MILIOLI, G. A Educação Ambiental como instrumento para a construção de uma sociedade ecológica. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais (Online)**, [S.l.], n. 22, p. 11-19, 2011. Disponível em: http://rbciamb.com.br/index.php/Publicacoes_RBCIAMB/article/view/335. Acesso em: 14 ago. 2020.
- BOWLER, D. E. *et al.* A systematic review of evidence for the added benefits to health of exposure to natural environments. **BMC public health**, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 456, 2010. Disponível: <https://bmcpublihealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/1471-2458-10-456>. Acesso em: 14 ago. 2020.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BRAUN, R. **Novos paradigmas ambientais**: desenvolvimento ao ponto sustentável. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

BROWN, L. Ecopsychology and the environmental revolution: an environmental foreword. *In*: ROSZAK, T.; GOMES, M. E.; KANNER, A. D. (ed.). **Ecopsychology: Restoring the Earth, healing the mind**. San Francisco: Sierra Club, 1995. p. 13-16.

CAHALAN, W. **Ecological groundedness in Gestalt Therapy**. *In*: ROSZAK, T.; GOMES, M. E.; KANNER, A. D. (ed.). **Ecopsychology: Restoring the Earth, healing the mind**. San Francisco: Sierra Club, 1995. p. 216-223

CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1997.

CARNEIRO, C.; BINDÉ, P. J. A Psicologia Ecológica e o estudo dos acontecimentos da vida diária. **Estudos de Psicologia**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 277-285, 1997. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X1997000200010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 14 ago. 2020.

CARSON, R. **Silent spring**. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 1962.

CARVALHO, M. A. B. **De frente para o espelho**: Ecopsicologia e Sustentabilidade. 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: https://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/14858/1/2013_MarcoAurelioBilibioCarvalho.pdf. Acesso em: 14 ago. 2020.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2012.

CARVALHO, L. M. *et al.* A educação ambiental no Brasil: análise da produção acadêmica – teses e dissertações. CNPq: Relatório Científico. Rio Claro, UNESP – Rio Claro, UNICAMP, USP – Ribeirão Preto, 2016.

CESARMAN, F. **Ecocidio**: estudio psicoanalítico de la destrucción del medio ambiente. 2. ed. Tabasco: Editoria Joaquim Mortiz, 1976.

CHAGAS, K. K. N. **Por uma Educação Ambiental corporalizada**: a emoção em trilhas interpretativas. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/14275/1/KadydjaKNC.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2020.

DANON, M. **Ecopsychology**: crescita personale e coscienza ambientale. Milão: URR, 2006.

DE LIMA GUIMARÃES, S. T. Nas trilhas da qualidade: algumas idéias, visões e conceitos sobre qualidade ambiental e de vida. **Geosul**, [S.l.], v. 20, n. 40, p. 7-26, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13233/12251>. Acesso em: 14 ago. 2020.

DEVEREUX, P. *et al.* **Earthmind**: a modern adventure in ancient wisdom. Harper & Row, 1989.

DIAS, G. F. **Educação ambiental, princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 1992.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC. 2001.

DOCA, F. N. P.; CARVALHO, M. A. B (des)conexão criança e natureza sob o olhar da gestalt-terapia e Ecopsicologia. **Revista da Abordagem Gestáltica - Phenomenological Studies**, [S.l.], v. 24, n. 3, p. 379-387, set./dez. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v24n3/v24n3a10.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2020.

DOHERTY, T. J. Ecopsychology and Environmentally-Focused Psychologies: APA 2011 Conference report on environmentally-focused psychology. **Environmental, Population, and Conservation Psychology Bulletin**, out. 2011.

DOSS, E. *et al.* Ecopsicoterapia: a natureza como ferramenta terapêutica. **Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc São Miguel do Oeste**, [S.l.], v. 3, p. e19698-e19698, 2018. Disponível em: <https://unoesc.emnuvens.com.br/apeusmo/article/download/19698/10454/>. Acesso em: 14 ago. 2020.

DUARTE, A. J. O. Ecologia da alma: a natureza na obra científica de Carl Gustav Jung. **Junguiana**, [S.l.], v. 35, n.1, p. 5-19, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-08252017000100002. Acesso em: 14 ago. 2020.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA (ed.). Theodore Roszak. 2020. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Theodore-Roszak>. Acesso em: 7 jun. 2020.

FARIAS, A. L.; KNECHTEL, M. R. Uma perspectiva psicanalítica para a Educação Ambiental. **Ambiente & Educação**, [S.l.], v. 23, n. 2, p. 322-338, 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/8443>. Acesso em: 14 ago. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GAZZINELLI, R. A divulgação científica como instrumento de cidadania. **Diversa**, [S.l.], n. 8, dez. 2005.

GONÇALVES, C. W. P. Os (des)caminhos do meio ambiente. 14. ed. São Paulo: Contexto. 2006.

GONÇALVES, M. T. **Cidade e poética**: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente urbano. Ijuí: Unijí, 2007.

GRAY, L. Shamanic Counseling and Ecopsychology. *In*: ROSZAK, T.; GOMES, M. E.; KANNER, A. D. (ed.). **Ecopsychology**: restoring the Earth, healing the mind. San Francisco: Sierra Club, 1995. p. 172-182.

GREENWAY, R. The wilderness effect and Ecopsychology. ROSZAK, T.; GOMES, M. E.; KANNER, A. D. (ed.). **Ecopsychology**: restoring the Earth, healing the mind. San Francisco: Sierra Club, 1995. p. 122-135.

GRÜN, M. **Ética e educação ambiental**: a conexão necessária. Papirus Editora, 1996.

GUHA, R. **Environmentalism**: a global history. New York: Longman, 2000.

HIBBARD, W. Ecopsychology: a review. **The Trumpeter**, [S.l.], v. 19, n.2, p. 23-58, 2003. Disponível em: <http://trumpeter.athabasca.ca/index.php/trumpet/article/view/93>. Acesso em: 14 ago. 2020.

HOME, R.; HUNZIKER, M.; BAUER, N. Psychosocial outcomes as motivations for visiting nearby urban green spaces. **Leisure Sciences**, [S.l.], v. 34, n. 4, p. 350-365, 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01490400.2012.687644>. Acesso em: 14 ago. 2020.

HUGUET, V. F. **Educação ambiental**: Instituto Çarakura, Florianópolis, Brasil. 2018. Relatório de estágio. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/31476>. Acesso em: 04 abr. 2020.

JUNG, C. G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis: Vozes, 2000.

JUNQUEIRA, E.; KAWASAKI, C. S. Os movimentos ambientalistas e a Educação Ambiental: a militância como espaço educativo. **Cadernos CIMEAC**, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 162-186, 2017. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/cimeac/article/view/2471>. Acesso em: 14 ago. 2020.

KELLERT, S. R.; WILSON, E. O. (ed.). **The biophilia hypothesis**. Island Press, 1995.

KNOPF, R. Human behavior, cognition, and affect in the natural environment. In: STOKOLS, D.; ALTMAN, I. **Handbook of environmental psychology**. New York: Wiley, 1987.

LAYRARGUES P. P.; LIMA, G. F. C. As macro-tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental brasileira. **Ambiente e Sociedade**, [S.l.], p. 23-40, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n1/v17n1a03.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2020.

LEANDRO, Z, F. **Homem, natureza e Ecopsicologia**: análise de concepções da comunidade da microbacia hidrográfica do Rio do Campo. 2001. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais) – Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2001.

- LEFF, E. **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez; Blumenau: Edifurb, 2003.
- LEOPOLD, A. **A sand county almanac** (The land ethic). New York: Ballantine, 1949.
- LIMA, G. F. da C. **Formação e dinâmica do campo da educação Ambiental no Brasil: emergência, identidades e desafios**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279827>. Acesso em: 14 ago. 2020.
- LIMA, V. A. A. de. Ecologia e juízo moral: vozes de líderes ambientais em Rondônia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.l.], v. 30, n. 3, p. 464-477, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000300003. Acesso em: 14 ago. 2020.
- LISBOA, M. V. Socioambientalismo: coerências conceituais e práticas entre os movimentos. In: PETERSEN, P. (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 129-137.
- LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.
- LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental e “teorias críticas” In: GUIMARÃES, M. (org). **Caminhos da Educação Ambiental: da forma à ação**. Campinas: Papirus, 2006. p. 51-87.
- LORENZETTI, L. *et al.* **Estilos de pensamento em Educação Ambiental: uma análise a partir das dissertações e teses**. 2008. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91657>. Acesso em: 14 ago. 2020.
- LOWEN, A. **Bioenergética**. 9. ed. São Paulo: Summus, 1982.
- MACY, J., BROWN, M. Y. **Nossa vida como Gaia**. São Paulo: Gaia, 2004.
- MATOS, M. C. de F. G. Panorama da Educação Ambiental brasileira a partir do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://ppge.educacao.ufrj.br/dissertacoes/dissertacao_maria_cordeiro_de_farias_gouveia_matos.pdf. Acesso em: 14 ago. 2020.
- MCCORMICK, J. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- NAESS, A. The shallow and the deep, long-range ecology movement. A summary. **Inquiry**, 1973. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00201747308601682>. Acesso em: 14 ago. 2020.

NAESS, A. Los movimientos de la Ecología Superficial y la Ecología Profunda: un resumen. **Revista Ambiente y Desarrollo**, v.1, n.23, p. 98-101, 2007. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/822734/mod_resource/content/1/Naess%20-%20Ecologia%20superficial%20y%20ecologia%20profunda.pdf. Acesso em: 14 ago. 2020.

O'CONNOR, T. Therapy for a dying planet. *In*: ROSZAK, T.; GOMES, M. E.; KANNER, A. D. (ed.). **Ecopsychology**: Restoring the Earth, Healing the Mind. San Francisco: Sierra Club, 1995. p. 149-155.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: Agenda 21. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html>. Acesso em: 18 ago. 2020.

OSCAR, S. **Correntes de tendências da Educação Ambiental**. São Paulo: REPEd, 2015.

PERLS, F.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, R. **Gestalt-Terapia**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1997.

PELIZZOLI, M. L. **Correntes da ética ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2002.

PINHEIRO, J. Psicologia Ambiental: a busca de um ambiente melhor. **Estudos de Psicologia**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 377-398, 1997. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X1997000200011&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 14 ago. 2020.

RAMOS, E. C. Educação ambiental: origem e perspectivas. **Educar em Revista**, [S.l.], n. 18, p. 201-218, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602001000200012&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 14 ago. 2020.

RIBEIRO, J. P. **Gestalt-terapia**: o processo grupal. São Paulo: Summus, 1994.

REIGOTA, M. Estado del de la educación ambiental en Brasil. **Tópicos en Educación Ambiental**, [S.l.], v. 4, n. 11, 2005, p. 49-62.

ROSZAK, T.; GOMES, M. E.; KANNER, A. D. **Ecopsychology**: restoring the Earth, healing the mind. San Francisco: Sierra Club Books, 1995.

ROSZAK, T. **The voice of the Earth**: An exploration of ecopsychology. New York and Toronto: Simon et Schuster, 1992.

ROSZAK, T. Where Psyche Meets Gaia. *In*: ROSZAK, T.; GOMES, M. E.; KANNER, A. D. (ed.). **Ecopsychology**: Restoring the Earth, Healing the Mind. San Francisco: Sierra Club, 1995. p. 1-17

SABINI, M. **The Earth has a soul**: C. G. Jung on nature, technology & modern life. Berkeley: North Atlantic Books, 2016.

SALVADOR, A. D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. Porto Alegre: Sulina, 1986.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Educação Ambiental e Desenvolvimento**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental, 1994. Disponível em: https://smastr16.blob.core.windows.net/cea/cea/EA_DocOficiais.pdf. Acesso em: 14 ago. 2020.

SAUVÉ, L. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, [S.l.], v. 31, n. 2, p. 317-322, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://www.foar.unesp.br/Home/projetoviverbem/sauve-ea-possibilidades-limitacoes-meio-ambiente---tipos.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2020.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental. *In*: SATO, M., CARVALHO, I. C. M. (orgs.) **Educação Ambiental**: pesquisas e desafios. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009. p. 17-44.

SATO, M. **Educação ambiental**. São Carlos: Rima, 2003.

SHEPARD, P. **Nature and madness**. San Francisco: Sierra Club Books, 1982.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A. Pesquisa Científica. *In*: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R. Políticas de Educação Ambiental do órgão gestor. *In*: MELLO, S. S. de.; TRAJBER, R. (coord.). **Vamos cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em Educação Ambiental na escola. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral da Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2020.

SILVERSTEIN, S. **A árvore generosa**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2017. (Originalmente publicado em 1964).

TAGLIAPIETRA, O. M.; CARNIATTO, I. A interdisciplinariedade na Educação Ambiental como instrumento para a consolidação do Desenvolvimento Sustentável. **Revista Brasileira De Educação Ambiental (RevBEA)**, [S.l.], v. 14, n. 3, p. 75-90, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/9353>. Acesso em: 14 ago. 2020.

TERRA, L. O.; DE CALAIS, L. B. O (ser) humano da Psicologia: um olhar a partir do diálogo entre a Ecopsicologia e a Gestalt Terapia. **Cadernos de Psicologia**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 473-497, 2020. Disponível em: <https://seer.cesjf.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/2504>. Acesso em: 14 ago. 2020.

THOREAU, H. D. **Walden**. Ed. J. Lyndon Shanley. Princeton: Princeton UP, 1854.

TROTTA, E. E. Wilhelm Reich e a psicossomática. *In*: MALUF JÚNIOR, N. **Reich: o corpo e a clínica**. São Paulo: Summus, 2000. p. 63-89.

ULRICH, R. S. *et al.* Stress recovery during exposure to natural and urban environments. **Journal of Environmental Psychology**, [S.l.], v. 11, n. 3, p. 201-230, 1991.

ULRICH, R. S. Aesthetic and affective response to natural environment. *In*: ALTMAN, I; WOHLWILL, J. F. **Behavior and the natural environment**. Boston: Springer, 1983. p. 85-125.

VOLPI, J. H. **Fundamentos epistemológicos em direção a uma Ecopsicologia**. 2007. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/10592?show=full>. Acesso em: 14 ago. 2020.

VOLPI, J. H.; FLORIANI, D; LESZCZYNSKI, S. A. C. Ecopsicologia: fundamentos epistemológicos de uma ciência interdisciplinar. *In*: ENCONTRO PARANAENSE, CONGRESSO BRASILEIRO, CONVENÇÃO BRASIL/LATINO-AMÉRICA, XIII, VIII, II, 2008. **Anais...** Curitiba: Centro Reichiano, 2008. Disponível em: <https://docplayer.com.br/4357841-Ecopsicologia-fundamentos-epistemologicos-de-uma-ciencia-interdisciplinar.html>. Acesso em: 14 ago. 2020.

VOLPI, J. H; VOLPI, S. M. **Práticas da psicologia corporal aplicadas em grupo**. Centro Reichiano, 2001.

WARD THOMPSON, C.; ASPINALL, P. A. Natural environments and their impact on activity, health, and quality of life. **Applied Psychology: Health and Well-Being**, [S.l.], v. 3, n. 3, p. 230-260, 2011. Disponível em: <https://iaap-journals.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1758-0854.2011.01053.x>. Acesso em: 14 ago. 2020.

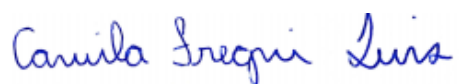
YINGER, J. Contraculture and subculture. **American Sociological Review**, [S.l.], v. 25, n. 5, p. 625-635, 1960. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2090136>. Acesso em: 14 ago. 2020.

YORK, M. **The emerging network: a sociology of the new age and neo-pagan movements**. Lanham: Rowman & Littlefield, 1995.



Orientadora

Profa. Dra. Rosa Maria Feiteiro Cavalari



Aluna

Camila Fregni Lins